

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**Rio de Janeiro – Ano 21 – Nº 62
Maio/Agosto – 2015**

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 21, N° 62, (maio/ago.2015) – Rio de Janeiro: CiFE-FiL. 168 p. il.

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**

CDU 801 (05)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de filologia e de linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)

Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397/603 – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ
pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e <http://www.filologia.org.br/revista>

Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Pereira da Silva
Vice-Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Mario Botelho
Primeira Secretária:	Profa. Dra. Regina Céli Alves da Silva
Segunda Secretária:	Profa. Me. Eliana da Cunha Lopes
Diretor de Publicações	Profa. Me. Anne Caroline de Moraes Santos
Vice-Diretor de Publicações	Profa. Me. Naira de Almeida Vellozo

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe: José Pereira da Silva

Conselho Editorial

Alicia Duhá Lose	Álvaro Alfredo Bragança Júnior
Angela Correa Ferreira Baalbaki	Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues
João Antonio de Santana Neto	José Mario Botelho
José Pereira da Silva	Maria Lucia Leitão de Almeida
Maria Lúcia Mexias Simon	Mário Eduardo Viaro
Nataniel dos Santos Gomes	Regina Céli Alves da Silva
Ricardo Joseh Lima	Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz

Diagramação, editoração e edição	José Pereira da Silva
Editoração eletrônica	Silvia Avelar Silva
Projeto de capa:	Emmanuel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a instituições de ensino, centros, órgãos e institutos de estudos e pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

0. Editorial – José Pereira da Silva	5
1. A língua: elo e talho entre a filologia e linguística – Miguel Afonso Linhares	7
2. Abrindo caixas de arquivo: um olhar filológico – Gérsica Alves Sanches	28
3. Dêixis e mesclagem: a expressão pronominalizada “a gente” como categoria radial – Viviane da Fonseca Moura Fontes e Lilian Vieira Ferrari	45
4. Evoluções fonético-fonológicas das vogais portuguesas – Eliane da Rosa	61
5. Hipercorreção: marcas linguísticas na modalidade escrita de alunos no processo de alfabetização – Silvio Nunes da Silva Júnior	74
6. Horapollo – Francisco de Assis Florencio	93
7. Hurt: uma análise experiencial do relato de uma ex-professora da rede pública de Belo Horizonte – João Paulo Xavier e Adriana Fernandes Barbosa	102
8. O discurso jornalístico acerca de Lampião e de seu bando nos jornais <i>Mundo Novo</i> e <i>O Lidador</i> – Liliane Lemos Santana Barreiros	114
9. Reconstituição e análise de documentos antigos do final do século XIX do sul do Brasil – Tatiana Ribeiro e Tatiana Keller	127
10. Tradição textual de obra do século XVI: versões manuscritas e edição príncipe – Rejane Centurion Gambarra e Gomes	141
11. Uma introdução às <i>Questões Apologéticas</i> do Pe Manuel da Penha do Rosário – José Pereira da Silva	153

RESENHAS

1. “Cavalgada Ambígua”, de Antônio Cândido – Priscila Figueiredo da Mata Medeiros	160
2. Literaturas em língua portuguesa: a utopia em trânsito sob os ventos do império – Priscila Figueiredo da Mata Medeiros	164

EDITORIAL

O CiFEFiL tem o prazer de apresentar-lhe o número 62 da *Revista Philologus*, com onze artigos e duas resenhas, dos seguintes quinze autores: Adriana Fernandes Barbosa (102-113), Eliane da Rosa (61-73), Francisco de Assis Florencio (93-1-1), Gérsica Alves Sanches (28-44), João Paulo Xavier (102-113), José Pereira da Silva (153-159), Lilian Vieira Ferrari (45-60), Liliane Lemos Santana Barreiros (114-126), Miguel Afonso Linhares (7-27), Priscila Figueiredo da Mata Medeiros (160-163 e 164-168), Rejane Centurion Gambarra e Gomes (141-152), Silvio Nunes da Silva Júnior (74-92), Tatiana Keller (127-140), Tatiana Ribeiro (127-140) e Viviane da Fonseca Moura Fontes (45-60).

No primeiro artigo, Miguel percorre a formação dos estudos da linguagem no Ocidente até os olhares de modernos filólogos lusófonos, mostrando como a filologia e a linguística se constituíram cientificamente, e como *língua* pode ser mais um critério para compreender melhor o binômio filologia-linguística.

No segundo artigo, Gérsica reflete sobre as noções de arquivo e de memória, a partir do estudo filológico empreendido com um arquivo pessoal, chamando a atenção para a sua relevância histórica do arquivo e do manuscrito, que podem ser usados para impor silenciamentos e apagamentos ou para reverter o jogo mnemônico.

No terceiro artigo, Viviane e Lilian estudam a polissemia da expressão “a gente” nos discursos oficiais do ex-presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva em discursos oficiais.

Eliane descreve e explica a trajetória evolutiva do sistema fonético-fonológico da língua portuguesa desde sua origem até hoje.

No quinto artigo, Francisco apresenta, traduz e comenta alguns hieróglifos da obra *Horapollo*, de um hipotético escriba egípcio.

A seguir, Silvio estuda a relação entre língua e sociedade, partindo de produções escritas com “hipercorreção”, constatando que os alunos mais novos têm mais hipercorreção na escrita que os mais velhos e que as alunas fazem mais hipercorreções que os alunos.

João e Adriana discutem, no sétimo artigo, sobre a experiência docente em sala de aula, analisando-a à luz da linguística aplicada ao ensino de línguas estrangeiras e aplicando essa teoria às vivências e práticas de uma professora do ensino básico, a partir de seu relato

No oitavo artigo, Liliane analisa o discurso jornalístico em duas reportagens sobre Lampião e seu bando, veiculadas em jornais da época, para verificar como esse gênero se constitui no campo da atividade social, e como os elementos implícitos e explícitos no *corpus* utilizado construíram a imagem do cangaço.

No nono artigo, de Tatiana Ribeiro e Tatiana Keller apresentam as edições fac-similar e paleográfica/semidiplomática de quatro documentos gaúchos de 1890 para estudar a importância do trabalho filológico na preservação da língua, acompanhando sua evolução.

No penúltimo artigo, Rejane estuda a tradição textual da *História da província Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil*, de Pero de Magalhães de Gândavo, a partir das três versões produzidas pelo autor, que não correspondem rigorosamente ao mesmo livro, mas a versões diferentes umas das outras.

Por, José apresenta uma síntese introdutória da quinta edição das *Questões Apologéticas*, que está sendo preparada para ser publicada ainda neste ano, para marcar o período de implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

Nas resenhas, Priscila refletiu sobre a “Cavalgada Ambígua”, do livro *Na Sala de Aula: Caderno de Análise Literária*, de Antônio Cândido, e sobre “Literaturas em língua portuguesa: a utopia em trânsito sob os ventos do império”, do livro *Angola e Moçambique: Experiência Colonial e Territórios Literários*, de Rita Chaves.

Concluindo, o CiFEFiL pede que nos apresente sua opinião crítica sobre nossa edição, ajudando-nos a produzir um periódico melhor para a interação entre os profissionais de linguística e letras e, especialmente, entre os que trabalham com a filologia.

Rio de Janeiro, agosto de 2015.



**A LÍNGUA:
ELO E TALHO ENTRE A FILOLOGIA E LINGUÍSTICA**

Miguel Afonso Linhares (IFRN)
miguel.linhares@ifrn.edu.br

RESUMO

Desde o desenvolvimento da *παιδεία* até o aprimoramento do método histórico-comparativo do século XVIII para o XIX, sobressaíram duas espécies de estudos da linguagem no Ocidente: a gramática e a filologia. No começo do século XX, Ferdinand de Saussure deu primazia ao estudo da língua como estrutura abstrata, um corte epistemológico do qual surgiu a linguística moderna. Com efeito, Dubois *et alii* (2006, p. 394), em um dicionário consultado por várias gerações de pesquisadores, conclui o verbete *linguística* dizendo que a linguística, após um período de fundação caracterizado por uma limitação estreita e rigorosa do objeto *língua* e um recuo para além de fronteiras precisas, anexou a fala, o discurso, as relações da língua com o indivíduo e com o mundo. Assim, seguindo Bassetto (2005), Cambraia (2005) e Neves (2005), traço nesse artigo um percurso pela formação dos estudos da linguagem no Ocidente até os olhares de filólogos lusófonos (VASCONCELLOS, 1966; VASCONCELOS, 1976; MELO, 1981; COUTINHO, 1976; SILVA, 2008; XIMENES, 2012), mostrando como a filologia e a linguística vieram constituindo-se, relacionando-se e distinguindo-se, e como o objeto *língua* pode, ao fim e ao cabo, ser mais um critério para compreender o binômio filologia-linguística.

Palavras-chave: Língua. Filologia. Linguística.

1. Introdução

Desde o desenvolvimento da *παιδεία* até o aprimoramento do método histórico-comparativo do século XVIII para o XIX, sobressaíram duas espécies de estudos da linguagem no Ocidente: o estudo da estrutura e do funcionamento da língua e a interpretação e o juízo das obras clássicas. O primeiro consolidou-se com o nome de *gramática* e o segundo, com o de *filologia*. O dito método histórico-comparativo nada mais é que uma conjunção dessas duas espécies de estudos, com o fim de compor a história de uma língua ou de uma “família” de línguas. No começo do século XX, Ferdinand de Saussure deu primazia ao estudo da língua como estrutura abstrata, um corte epistemológico do qual surgiu a linguística moderna. Esse corte epistemológico foi, sem dúvida, decisivo para o reconhecimento da linguística como uma ciência por si e para a sua institucionalização na academia.

Dubois *et alii* (2006, p. 394), em um dicionário consultado por vá-

rias gerações de pesquisadores, conclui o verbete *linguística* dizendo que a linguística, após um período de fundação caracterizado por uma limitação estreita e rigorosa do objeto *língua* e um recuo para aquém de fronteiras precisas, anexou a fala, o discurso, as relações da língua com o indivíduo e com o mundo. Com efeito, desde o capítulo terceiro da obra “póstuma” de Saussure (2006) até os trabalhos recentes mais “heterodoxos”, tem sido uma preocupação constante na linguística definir o que é *a* língua, de tal modo que as diferentes correntes dos estudos linguísticos distinguem-se fundamentalmente por estarem assentadas sobre diferentes perspectivas do que seja *a* língua.

Assim, seguindo Bassetto (2005), Cambraia (2005) e Neves (2005), traço neste artigo um percurso pela formação dos estudos da linguagem no Ocidente até os olhares de filólogos lusófonos (VASCONCELOS, 1966; VASCONCELOS, 1976; MELO, 1981; COUTINHO, 1976; MATTOS E SILVA, 2008; XIMENES, 2012), mostrando como a filologia e a linguística vieram constituindo-se, relacionando-se e distinguindo-se, e como o objeto *língua* pode, ao fim e ao cabo, ser mais um critério para compreender o binômio filologia-linguística.

2. Um saber antigo

No Ocidente, quando se buscam as origens dos estudos da linguagem, independentemente das suas ramificações antigas ou recentes, chega-se à Grécia clássica (Cf. WEEDWOOD, 2002, p. 21-23). Como esclarece Neves (2005, p. 19-34), a suscitação de questões sobre a linguagem entre os gregos antigos foi motivada pelas próprias relações de poder na sua sociedade. Ora, o período da Grécia antiga reconhecido como clássico é aquele em que amadureceu o governo na forma da cidade-estado: a *πόλις*. Nas cidades onde os cidadãos tomavam parte do governo, cujo exemplo mais cabal é a democracia ateniense, o cidadão não fazia sobrepor o seu parecer pela força bruta, mas sim pela força da palavra.

Foi, pois, uma necessidade social diretamente ligada ao uso da linguagem que fez brotar o estudo desta entre os gregos antigos, o que esclarece mais dados relevantes para este trabalho: por que esse estudo “linguístico” se deu inicialmente dentro de disciplinas cujos objetos não eram propriamente a linguagem, a retórica e a poética, resultados diretos dessa necessidade social à qual aludi, e que se pode resumir como a necessidade de formar homens capazes de exercer bem a cidadania, e a lógica, resultado indireto, já que resulta da busca filosófica da verdade.

Não obstante, na geração depois de Aristóteles, instaurou-se uma conjuntura nova que veio motivar os estudos da linguagem a começarem a trilhar uma rota própria e independente das disciplinas mencionadas acima (novamente o social condicionando a evolução da *ἐπιστήμη*). Trata-se da mudança política em que a cidade-estado deu lugar ao vasto império de Alexandre, o Grande, e, depois dele, aos grandes reinos chamados helenísticos, mudança essa que acarretou outra no campo sociolinguístico: o grego se tornou a língua franca de todo o oriente do mar Mediterrâneo. Não só passou a ser falado por gentes que até então os gregos julgavam bárbaras, mas também foi tornando-se sensivelmente diferente do grego em que estava escrita a literatura clássica, e, ainda mais, daquele em que tinham sido compostas a *Ilíada* e a *Odisseia*, de Homero, epopeias fundadoras cuja leitura era indispensável para o conhecimento da formação do homem grego.

Foi precisamente em um ambiente de cultura grega fora da Grécia que surgiu a necessidade de preservar o *ἑλληνισμός*, ou seja, a expressão helênica autêntica. Para tanto, o faraó Ptolomeu I, antes general de Alexandre, o Grande, mandou erguer um edifício em Alexandria, o qual dedicou às musas, daí ser chamado *Μουσεῖον*, que encerrava uma biblioteca. Aí passaram a acorrer, então, sábios de todo o mundo helênico, que se debruçavam sobre as obras dos clássicos, nomeadamente sobre as duas obras máximas de Homero, procurando discernir entre as inúmeras variações (alterações, omissões, adições) que os testemunhos sofreram ao longo da transmissão plurissecular do texto qual devia ser a mais genuína, por aproximar-se mais provavelmente da composição original. Portanto, eram estudiosos que faziam uma *κρίσις*, isto é, um juízo do que era castigo e do que era espúrio, por isso eram *κριτικοί*, ou seja, “críticos”.

Todavia, o trabalho desses estudiosos não se detinha aí. Tinha, ainda, uma dimensão pedagógica. Eram mestres que, a partir da explicação (*ἐξήγησις*) da obra literária, davam lições de língua, história, geografia, religião, ética etc. No exercício dessa função, eram conhecidos como *γραμματικοί*, ou seja, “gramáticos”. (Cf. ROBINS, 1979, p. 12-13; CAMBRAIA, 2005, p. 38-43; NEVES, 2005, p. 106-123)

Esse movimento de preservação do helenismo desenvolveu-se não só em decorrência da dispersão dos textos clássicos, mas também por conta da própria mudança que sofrera a língua grega desde os momentos em que esses textos foram produzidos. As normas literárias baseadas nos dialetos gregos vernáculos (jônico, eólico, dórico e ático) deram lugar a uma língua franca, a *κοινή διάλεκτος*, ou “linguajar comum”, o que tor-

nava o labor pedagógico mais difícil do que nos tempos de Platão ou Aristóteles, pois como o aprendiz poderia ter sucesso se a aprendizagem dependia de textos que ele não compreendia facilmente? O gramático helenístico precisava de meios novos para afrontar desafios novos.

Entende-se, pois, por que a primeira obra sobre a linguagem fora dos quadros das disciplinas que se estudavam então se parece muito com um exemplar do gênero que hoje tem o nome de cartilha. Trata-se da *Arte Gramática*, de Dionísio Trácio, que não passa de um compêndio sobre a fonologia e a morfologia da língua grega. (Cf. ROBINS, 1979, p. 10-12, 19-26; NEVES, 2005, p. 125-130)

E quanto ao filólogo? Enquanto a palavra *γραμματικός* tem uma referência muito específica, que é a *γράμμα*, a “letra”, a qual remete ao ensino-aprendizagem da leitura e da escrita, a palavra *φιλόλογος* tem uma abrangência não cerrada: a primeira raiz, *φιλ-*, é a mesma de *φίλος*, que é o amigo, portanto exprime amizade, amor, afeição; a segunda, *λογ-*, é a mesma de *λόγος*, que é originariamente a palavra, depois também enunciado, discurso, lei, razão. Portanto, o filólogo é o amigo da palavra, o amante do saber. (Cf. BASSETTO, 2005, p. 17)

Efetivamente, com esse sentido, quer de maneira mais latente, quer de maneira mais manifesta, a palavra *φιλόλογος*, bem como a forma latinizada *philologus*, está atestada por toda a Antiguidade desde o século V a.C. Assim, no *Laques*, Platão dá o testemunho seguinte: “Minha posição, ó Níquia, é simples em relação às palavras. Ou se quiseres, não simples, mas dupla. Pois tenho a impressão de amar as palavras e também de odiá-las” (*apud* BASSETTO, 2005, p. 18). Na redação original, está dito *τῷ φιλόλογος εἶναι* pelo traduzido como “amar as palavras”.

Em língua latina, Cícero testemunha o mesmo sentido em *A Ático*: “Portanto, transfiramos para Varrão aquela Acadêmica, na qual aqueles homens, nobres sem dúvida, mas, de forma alguma filólogos, falam de modo por demais contundente” (*apud* BASSETTO, 2005, p. 20). Sem dúvida, o mesmo sentido de alguém que possuía erudição, mas com um matiz diferente: a maneira de se expressar do filólogo também o distinguia.

Já na era cristã, Plutarco nas *Vidas Paralelas*, especificamente no *Catão Maior*, fez outro uso da palavra *φιλόλογος* em sentido semelhante: “Então, os mais *filólogos* dos jovens se aproximaram logo e cercaram os homens, ouvindo-os com atenção e admirando-os” (*apud* BASSETTO, 2005, p. 22). Esses homens eram Diógenes o Estoico, Carnéades o Aca-

dêmico e Critolau o Peripatético, que tinham ido a Roma em missão diplomática. Seguramente, os jovens que foram ouvi-los não eram eruditos, mas assumiram uma postura de busca do saber.

Ao mesmo tempo, os testemunhos dão conta de especializações. Assim, o historiador romano Suetônio, falando de Lúcio Ateio Pretextato em *Dos Gramáticos e Rétores*, esclarece:

Parece ter tomado a denominação de filólogo porque, como Eratóstenes, que por primeiro reivindicou para si próprio esse cognome, era considerado por seu múltiplo e variado conhecimento. Isso se depreende claramente de seus comentários, embora restem pouquíssimos; a respeito do volume deles uma outra carta ao mesmo Herma acentua: “Lembra-te de recomendar a nossa Floresta, na qual reunimos, como sabes, oitocentos livros de todos os gêneros!”. (Apud BASSETTO, 2005, p. 20-21)

Eratóstenes de Cirene foi bibliotecário de Alexandria. Embora a maior parte da sua obra remanescente verse sobre geografia, os seus próprios contemporâneos chamaram-lhe *Βῆτα*, a segunda letra do alfabeto, por considerarem que ele estava muito perto do máximo (o alfa). Isso é sugestão bastante para crer que a extensão do seu saber era efetivamente descomunal, e por isso mesmo tomou o nome de filólogo para si.

Outro romano, Sêneca, em uma das suas cartas, detalha essa especificação da palavra *filólogo* confrontando o fazer do filólogo e os do filósofo e do gramático:

Quando pega o livro de Cícero *De Republica* um certo filólogo aqui, um tal gramático ali, acolá alguém dado à filosofia, cada um revela ao outro sua preocupação. O filósofo se admira de que se tivesse podido afirmar tantas coisas contra a justiça. Quando o filólogo chega a esse mesmo ponto observa o seguinte: há dois reis romanos, um dos quais não tem pai e o outro não tem mãe. Pois pairam dúvidas sobre a mãe de Servus; não se conhece o pai de Ancius, sendo apenas considerado neto de Numa. Nota ainda que aquele a quem chamamos ditador e lemos que assim era denominado nas histórias, entre os antigos era designado por mestre do povo. Ainda hoje consta nos livros de augúrios e há prova de que, quem era designado por aquela expressão, de fato era o mestre da cavalaria. Observa ainda que Rômulo morreu durante um eclipse do sol: que houve provocação contra o povo da parte também dos reis: assim está nos (livros) pontificais e há alguns peritos que pensam assim, como Fenestella. Quando o gramático abre os mesmos livros, primeiramente comenta que as palavras *expse-reapse* foram ditas por Cícero, isto é, “pela própria coisa”, ainda mais *sepse*, isto é, “ele mesmo”. Passa depois para aquilo que o uso secular mudou, como diz Cícero: “Pois fomos chamados de volta do fim da carreira por seu grito”. Aquilo que agora, no circo, chamamos *cretam* (“cal”, “giz”) os antigos diziam *calcem*. Em seguida, reúne versos de Ênio, em primeiro lugar aqueles referentes ao Africano [...]. Afirma que Ênio tirou isso de Homero e Virgílio, de Ênio. (Apud BASSETTO, 2005, p. 21-22)

Talvez este seja o testemunho mais claro de um sentido mais específico do termo *filólogo* na Antiguidade. Entende-se bem que o gramático se dedicava a objetos que hoje seriam tidos indubitavelmente como objetos de estudos linguístico-literários, enquanto os objetos que atraíam a atenção do filólogo não são, curiosamente, reduzíveis a uma disciplina só, antiga ou moderna, mas integram um conhecimento que lhe permitia esmiuçar o conteúdo do texto.

Com efeito, à medida que se foram jungindo mais tarefas ao trabalho do gramático, este foi configurando cada vez mais o segundo nível da educação greco-romana. A função primeva de ensinar a ler e escrever ficou a cargo do *γραμματιστής*, enquanto a completação da formação, como que um terceiro grau, era ministrada pelo *ρήτωρ*, o professor de retórica. Em Roma, ao primeiro dava-se o nome de *litterator*, mas a palavra *ρήτωρ* foi apenas adaptada ao latim (*rhedor*). Igualmente, o *γραμματικός* foi primitivamente chamado *litteratus*, mas acabou prevalecendo a adaptação *grammaticus*. (Cf. BASSETTO, 2005, p. 25-26)

A citação anterior apresenta uma distinção entre o filólogo e o gramático, mas como tenho dito desde que comecei a tratar do filólogo greco-romano, o seu saber tinha um alcance aberto, que podia inclusive estender-se sobre o domínio do gramático, como o atesta Porfírio em *Sobre a Vida de Plotino*, em que diz que essa personagem não julgava que Cássio Longino fosse filósofo: “Tendo-se lido para ele *Sobre os Princípios* e *O Amante de Antiguidades*, de Longinus, diz ele: ‘Longinus é filólogo, mas filósofo de modo algum’” (*apud* BASSETTO, 2005, p. 27). Por que Longino era filólogo, mas não filósofo? Porque, segundo Proclo em *Comentários a Timeu*, ele, discorrendo sobre Platão, não se dedicava a refletir sobre o pensamento desse filósofo, mas se detinha em estudar a sua expressão. Mas, se é este o caso, por que, então, Longino não foi considerado um gramático? Eunápio em *As Vidas dos Sofistas* qualifica Longino de “biblioteca viva e museu ambulante”, do que se conclui que ele era um filólogo com a mesma justiça com a qual o eram Eratóstenes e Ateio Pretextato. (BASSETTO, 2005, p. 27)

3. Uma ciência moderna

À medida que as mudanças econômicas, sociais, políticas e ideológicas que levaram o Império Romano ao seu fim no Ocidente foram se consolidando, foi perdendo o sentido chamar filólogo a alguém. As escolas, depositárias da cultura “pagã”, desapareceram ao longo do século VI

porque as municipalidades não podiam pagar os mestres. O próprio conhecimento da língua grega, tão prezado antes pelos romanos, rareou. A Igreja tornou-se, então, guardiã da cultura: fundaram-se escolas junto às igrejas e aos mosteiros, onde não se lia a *Eneida*, de Virgílio, mas a *Bíblia*. O homem douto medieval – em regra um clérigo – não era aquele que sobressaía pelo seu múltiplo e variado saber, mas sim pelo seu conhecimento aprofundado da doutrina cristã. (Cf. ROBINS, 1979, p. 52-56; BASSETTO, 2005, p. 28)

Entende-se, daí, que foram precisamente as mudanças econômicas, sociais, políticas e ideológicas que conduziram o Ocidente europeu da Idade Média à Idade Moderna que puseram as condições favoráveis ao recobrimento do termo *filólogo*. Com efeito, desde a queda de Constantinopla em 1453 e o conseqüente fim do Império Romano no Oriente, de língua oficial grega, o conhecimento dessa língua foi crescendo no Ocidente em virtude de eruditos bizantinos se terem refugiado na Itália, levando para aí textos de autores helênicos antigos. Isso ocorreu em um quadro mais geral de revalorização da Antiguidade, sem a jaça pagã, em que se começou a cultivar o conceito ciceroniano de *Humanitas*, isto é, os *Studia Humanitatis*, que tornam o homem mais humano. Mais ou menos ao mesmo tempo, Johannes Gutenberg inventou e desenvolveu a imprensa, que permitiu a difusão dos textos em um tempo muito menor que o que se levava copiando-os à mão. (Cf. ROBINS, 1979, p. 74-75, 85-87)

Contudo, os *humanistae* não eram como Eratóstenes, Ateio Pretextato ou Longino. Os filólogos humanistas faziam algo muito parecido a parte do trabalho do gramático greco-romano: a *κρίσις*, ou seja, o juízo do que é genuíno e do que é espúrio nos testemunhos de certo texto devido aos acidentes na sua transmissão (alterações, omissões, adições), e a *ἐξήγησις*, ou seja, a interpretação, explicação, comentário sobre o conteúdo do texto. Por que, então, não se nomearam gramáticos? Porque o ofício do gramático não cessou em tempo algum, mas desde fins da Antiguidade veio se reduzindo precisamente àquilo que se entende hoje por gramática normativa: o estudo da norma-padrão da língua. Por outro lado, tanto a *κρίσις* como *ἐξήγησις* demandam um conhecimento vasto ao menos do autor e da obra, de modo que, se o filólogo humanista não era uma “biblioteca viva” ou um “museu ambulante”, não deixava de ser um erudito, como o filólogo antigo. (Cf. VASCONCELOS, 1976, p. 139-142)

Segundo Cambraia (2005, p. 43-51), houve cinco gerações de filólogos no humanismo italiano. Todos eles colecionaram manuscritos de

textos antigos, compararam-nos e corrigiram o que julgavam ser falha de transmissão. O seu trabalho pioneiro abriu a senda para que, no século XVI, já difusa a imprensa, o filólogo não só procurasse restituir os textos à forma genuína, mas também os editasse.

Ao amudar-se cada vez mais o fazer filológico, foi-se precisando, à mesma proporção, o método para desenvolver a *κρισις*, à qual cumpre chamar, agora, crítica textual. Foram necessários quatro séculos de prática filológica para que se alcançasse uma síntese metodológica coerente, a qual se deve a Karl Lachmann, daí conhecida como método lachmanniano, que até hoje tem vigência. A sua contribuição mais relevante foi aliviar o peso do juízo do filólogo perante as variantes entre os testemunhos, valendo-se de um conjunto de regras para se aproximar mais ponderadamente ao original. (Cf. CAMBRAIA, 2005, p. 51-54)

Por outro lado, o fim do século XVIII e o começo do XIX também foi o tempo em que apareceu mais um sentido novo no emprego do termo *filólogo*. Em 1786, na região de Bengala, sob o poderio da Companhia Britânica das Índias Orientais, o juiz William Jones ministrou uma conferência perante a Asiatic Society, que fundara dois anos antes em Calcutá, a qual continha uma observação seguinte:

A língua sânscrita, sem levar em conta a sua antiguidade, possui uma estrutura maravilhosa: é mais perfeita que o grego, mais rica que o latim e mais extraordinariamente refinada do que ambos. Mantém, todavia, com estas línguas tão grande afinidade, tanto nas raízes verbais como nas formas gramaticais, que não é possível tratar-se de produto do acaso. É tão forte essa afinidade que qualquer filólogo que examine o sânscrito, o grego e o latim não pode deixar de acreditar que os três provieram de uma fonte comum, a qual talvez já não exista. Razão idêntica, embora menos evidente, há para supor que tanto o gótico como o celta tiveram a mesma origem que o sânscrito. (*Apud* ROBINS, 1979, p. 107)

Se o filólogo fosse apenas um erudito que corrigia, comentava e editava obras gregas e latinas e a Bíblia, não se entende por que lhe interessaria conhecer a gramática do sânscrito. Interessava-lhe porque o filólogo a que se refere Jones era um pesquisador que procurava descobrir a história de uma língua ou de línguas que aparentemente ou consabidamente têm a mesma origem. Ao mesmo tempo, a filologia como estudo de textos escritos, visando à edição, continuou presente na atividade desse filólogo que estudava a história de uma língua ou de uma “família” de línguas, pois como é possível contar essa história sem os sucessivos testemunhos que são os textos? O filólogo-historiador pode até não fazer o trabalho do filólogo-editor, mas irremediavelmente depende deste.

Assim, à medida que o século XIX avançava, o campo dos estudos da linguagem ia cada vez mais sendo compartilhado por uma ciência nova: a linguística. Por isto, a partir deste ponto, voltarei a argumentação à relação entre a filologia e a linguística segundo as visões, primeiro, de filólogos portugueses, e depois, de filólogos brasileiros.

Começamos, pois, pelo chamado Pai da Filologia Portuguesa: José Leite de Vasconcellos. O primeiro capítulo das suas *Lições de Filologia Portuguesa* (1966, p. 3-9), intitulado *Noções Preliminares*, é dedicado a discernir cada disciplina que formava os estudos da linguagem à época. Cumpre enfatizar o que esse filólogo entendia por linguística, à qual preferia chamar glotologia:

A par de glotologia, os especialistas dizem história de uma língua. Por exemplo, Littré escreveu uma *Histoire de la Langue Française*, à qual pôs por subtítulo: *Études sur les Origines, l'Étymologie, la Grammaire, les Dialectes, la Versification et les Lettres au Moyen Âge*. A história de uma língua trata efetivamente de tudo isso: do mesmo modo que a glotologia, ela considera a língua nas suas fontes, e observa-a em toda a sua vida, no tempo e no espaço, dando também notícia dos monumentos literários, e dos trabalhos escritos a respeito dela; o remate natural é o vocabulário etimológico. A diferença, se alguma se quer achar, entre glotologia e história de uma língua, não é pois grande. Ordinariamente emprega-se *glotologia*, falando-se da ciência em geral, e *história* falando-se de uma língua em especial: glotologia de uma língua e a história dessa língua. (VASCONCELLOS, 1966, p. 7)

Longe da multiplicidade de enfoques que apresenta hoje, para Vasconcellos, a linguística era simplesmente o estudo histórico de uma língua, abarcando mesmo a gramática histórica. Mas esta não era uma seara do filólogo desde que se começara a desenvolver a pesquisa histórico-comparativa das línguas? Era e não deixava de ser no entendimento de Vasconcellos (1966, p. 8):

A *filologia* abrange pois:

História da língua (glotologia, glótica, linguística e seus ramos), com a estilística e a metrificação;

História literária:

1) *História da literatura* (em sentido amplo), com a crítica literária;

2) *Bibliografia*.

Faz-se aplicação prática da filologia, quando se edita criticamente, e se comenta, um texto. – Não se confunda *crítica literária* com *edição crítica*, pois esta só procura restituir à primitiva pureza um texto que se acha deturpado.

Não deixava de ser, porque, para Vasconcellos, a filologia abrangia toda a dimensão historiográfica que os estudos da linguagem ganharam desde os humanistas. Se bem que o filólogo continuava a ser um erudito, como nos tempos antigos, era agora mais especificamente um erudito no campo dos estudos da linguagem. O remate do capítulo exprime bem essa visão: “Nas minhas preleções entendo de ordinário por filologia portuguesa o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e acessoriamente o da literatura, olhada sobre tudo como documento formal da mesma língua” (VASCONCELLOS, 1966, p. 9).

A mesma visão é compartilhada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos nas suas *Lições de Filologia Portuguesa* (1976, p. 125-156). A mesma visão, porém, mais ardorosa, exaltando o significado da filologia por um discurso quase teológico:

Filologia é, portanto, etimologicamente: amor da ciência; o culto da erudição ou da sabedoria em geral. E em especial: o amor e culto das ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*) – sobretudo da ciência da linguagem, do *verbo* ou do *logos* que é distintivo do homem – expressão do pensamento, manifestação da alma nacional, órgão da literatura e instrumento de nós todos, mas principalmente e sublimadamente dos letrados que, apesar de tudo quanto contra eles se tenha dito e se possa dizer, são poderosos obreiros de Deus. Sem eles, se ninguém assentasse o que presenciou, pensou e viu, não havia progresso nem civilização, torno a dizê-lo. (VASCONCELOS, 1976, p. 129-130)

Contudo, Michaëlis de Vasconcelos também teve de lidar com a progressiva consolidação da linguística. Diferentemente de Leite de Vasconcellos, ela dá notícia de que no momento em que tratava do assunto (curso do biênio 1912-1913) havia quem propugnasse a emancipação da linguística (ou glotologia) carregando consigo a língua enquanto objeto de estudo, de modo que o estudo filológico se restringisse à literatura em todas as suas dimensões. Vasconcelos reagiu em tom de conciliação:

No fundo, na essência, creio que, apesar da aparente divergência, estamos todos de acordo. A discussão é apenas de nomes, de palavras. A causa reside nas transformações por que a velha *filologia* – o estudo e culto, o amor e a ciência da linguagem – passou necessariamente, associando-se com ciências modernas, alargando quanto à língua o seu campo de investigações, obrigando praticamente ao desdobramento de disciplinas, como já deixei dito, por a totalidade do saber filológico não ser acessível a ninguém, ou somente a entidades muito privilegiadas. (VASCONCELOS, 1976, p. 152)

Quase coincidentemente, no biênio anterior ao do segundo curso de filologia portuguesa ministrado por Carolina Michaëlis na Universi-

dade de Coimbra, ou seja, 1910-1911, Ferdinand de Saussure ministrara o seu terceiro e derradeiro curso de linguística geral na Universidade de Genebra, cujo conteúdo, junto com os dos dois anteriores, foram coligidos por discípulos seus na forma de um livro “póstumo”, que é o *Curso de Linguística Geral*, publicado em 1916. Depois disso, nem a filologia nem a linguística foram as mesmas. (Cf. SALUM, 2006, p. XIII-XXII)

Saussure encarava a filologia apenas como uns estágios da história da linguística. Uns estágios porque distinguia a filologia como crítica, exegese e edição de textos escritos, que foi o segundo estágio dessa história, e a filologia como estudo histórico-comparativo (à qual chamou ambigualmente *filologia comparativa* ou *gramática comparada*), que foi o terceiro. O primeiro foi a gramática. Em que a linguística se diferenciava desses três estágios, que não tinham sido suplantados um pelo seguinte, mas que naquele momento coexistiam? Da gramática, em virtude do viés normativo desta, isto é, a tarefa de estabelecer o “certo” e o “errado” no uso da língua, o que afasta o necessário “desinteresse” para constituir-se como ciência. Da filologia, porque a língua não é o único objeto desta, posto que o labor crítico-exegético demanda que o filólogo aborde múltiplos objetos. Do comparatismo, por este não ir além da reconstrução de formas anteriores dos códigos comparados, não se ter ocupado de definir um objeto. (Cf. SAUSSURE, 2006, p. 7-12)

Com efeito, a definição do objeto é fundamental na epistemologia saussuriana e, por conseguinte, no desenvolvimento da linguística independente. Assim, para Saussure (2006, p. 13), a tarefa da linguística consiste em:

- a) fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família;
- b) procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história;
- c) delimitar-se e definir-se a si própria.

Observe-se que a primeira tarefa já era cumprida pela filologia como estudo histórico-comparativo das línguas. Forçoso era, então, erguer uma cercadura mais ostensiva para essa linguística independente, o que Saussure fez precisamente na forma da definição do objeto:

Por que não é esta [a linguística] ainda reconhecida como ciência autônoma, tendo, como qualquer outra, seu próprio objeto? É que rodamos em círculo; dum lado, nada mais adequado que a língua para fazer-nos compreender

a natureza do problema semiológico; mas para formulá-lo convenientemente, necessário se faz estudar a língua em si; ora, até agora a língua sempre foi abordada em função de outra coisa, sob outros pontos de vista. (SAUSSURE, 2006, p. 24-25)

Portanto, o estudo da língua une a filologia e a linguística, mas esta, ao contrário daquela, cinge-se ao estudo da língua em si, ou seja, a língua enquanto sistema de signos, diferente da linguagem (faculdade de produzir signos) e da fala (execução da língua), caracterizado por ter uma natureza psíquica, social, homogênea e que pode ser abstraído da complexidade do ato linguageiro. O “golpe de misericórdia” é dado em seguida: “Pode-se, a rigor, conservar o nome de linguística para cada uma dessas disciplinas e falar duma linguística da fala. Será, porém, necessário não confundi-la com a linguística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua”. (SAUSSURE, 2006, p. 28)

Contudo, as consequências do corte epistemológico de Saussure não pararam aí. Esse sistema de signos é constituído por valores que são estabelecidos mediante uma relação de oposição entre eles, o que é discernível apenas em um dado momento da história de uma língua: “na perspectiva diacrônica, ocupamo-nos com fenômenos que não têm relação alguma com os sistemas, apesar de os condicionarem” (SAUSSURE, 2006, p. 101). Ainda que Saussure não tenha relativizado a análise diacrônica enquanto linguística, na prática a sentença de que a linguística “propriamente dita” é a que se ocupa exclusivamente da língua conferiu prioridade à análise sincrônica: “Após ter concedido um lugar bastante grande à história, a linguística voltará ao ponto de vista estático da gramática tradicional, mas com um espírito novo e com outros processos”. (SAUSSURE, 2006, p. 98)

O filólogo brasileiro Gladstone Chaves de Melo, na sua *Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa* (1981, p. 3-11), aderiu de tal modo ao pensamento saussuriano que o primeiro capítulo dessa obra é praticamente um protesto contra os leigos, que desrespeitavam a natureza científica da filologia e da linguística e se intrometiam em assuntos da alçada delas sem o devido conhecimento:

Poucos são os que têm ideia nítida do caráter científico dos estudos linguísticos. Basta ver que frequentissimamente se pergunta a alguém tido por conhecedor da matéria: – “Qual é a sua *opinião* sobre tal ou tal ponto?” Note-se que ninguém pediria a um matemático ou a um físico a *opinião* sobre vetores, sobre cálculos trigonométricos ou sobre problemas de acústica. O curioso pergunta sempre a estes especialistas *como é* isto ou aquilo. (MELO, 1981, p. 3)

Não bastava, pois, que a filologia e a linguística fossem ciências; era preciso que o fossem à altura das ciências exatas, em que não havia nada de subjetivo: “E aí está um dos critérios para distinguir o antigo filólogo e hoje linguísta: é a objetividade das asserções, fundadas em *factos* da língua quotidiana ou da língua escrita”. (MELO, 1981, p. 4)

Melo chama, ainda, a atenção para um elemento indispensável para o estudo filológico: o texto escrito. Pode-se fazer linguística a partir e/ou mediante textos escritos ou orais, mas não há filologia sem texto escrito. Daí distingui uma filologia *lato sensu*, como “o estudo *científico* de uma forma de língua atestada por documentos” (MELO, 1981, p. 7), e uma finalidade específica da filologia, que é “fixar, interpretar e comentar os textos” (MELO, 1981, p. 7). Por outro lado, a linguística não tem por objeto a “língua A ou B, mas o *fenômeno-língua*”. (MELO, 1981, p. 8)

O crescente prestígio da linguística nos estudos da linguagem é igualmente visível na *Gramática Histórica* do filólogo Ismael de Lima Coutinho (1976, p. 13-20), em que a própria gramática histórica aparece sujeita à linguística: “A gramática histórica não é uma ciência inteiramente autônoma, mas está subordinada à glotologia, em cujas conclusões deve basear os seus princípios; do mesmo modo, o papel do gramático se subordina ao do glotólogo” (COUTINHO, 1976, p. 14). Convém lembrar que, no começo do século, a linguística mesma era gramática histórica! E o que é a linguística para Coutinho? Quase aquilo que antes era a filologia: “a ciência que estuda a origem e o desenvolvimento da linguagem” (COUTINHO, 1976, p. 15). Isto comporta a consequência de reduzir de alguma maneira o campo da filologia, consequência que Coutinho assumiu ao definir a filologia como “a ciência que estuda a literatura de um povo ou de uma época e a língua que lhe serviu de instrumento” (COUTINHO, 1976, p. 16). Poder-se-ia cogitar que por *literatura* entendesse o conjunto de textos escritos em certa língua, mas fica bem claro que se refere às *Belles Lettres*, quando compara o filólogo ao jardineiro, que divisa as plantas com um olhar de crítica, e o linguísta, ao naturalista, que olha para todas as plantas indistintamente.

Outro notável filólogo brasileiro, Silvio Elia, na sua *Preparação à Linguística Românica* (1979, p. 1-4), expôs de modo ainda mais claro essa tendência de inversão da relação entre a filologia e a linguística que se desenrolava desde o começo do século:

A relação entre a filologia e a linguística é a da parte para o todo. – A linguística – *Sprachwissenschaft* dos alemães – é o estudo das línguas em todos

os seus aspectos, inclusive o filológico. Historicamente, a filologia precedeu a linguística, mas hoje deve situar-se modestamente no quadro geral dos estudos linguísticos. Os estudos filológicos têm caráter “histórico”. Partem de línguas determinadas, documentadas através de textos e, depois de percorrerem um itinerário cultural, onde entram a história, a epigrafia, a literatura, voltam para o texto de onde saíram. (ELIA, 1979, p. 2)

Viu-se antes que, segundo as definições de Leite de Vasconcellos e Michaëlis de Vasconcelos, a linguística estava englobada na filologia; algumas décadas depois, Elia veio dizer expressamente o contrário: a filologia é uma parte e a linguística é o todo.

Mais recentemente, Rosa Virgínia Mattos e Silva (2008, p. 7-26) reexpôs um ponto de vista seu sobre a linguística histórica que veio defendendo desde fins dos anos oitenta e a partir do qual oferece um discernimento da questão bastante condizente com o estado dos estudos da linguagem nos últimos tempos. Para a filóloga-linguista baiana, é histórico todo estudo linguístico que lida com textos, que são necessariamente produzidos em certo espaço e em certo tempo, que constituem e são constituídos por dados datáveis e localizáveis. Precisa a autora que isto é o que ela entende por linguística histórica *lato sensu*, o que pressupõe uma linguística histórica *stricto sensu*, que é o que comumente se entende por linguística histórica: “a que se debruça sobre o que muda e como muda nas línguas ao longo do tempo em que tais línguas são usadas”. (MATOS E SILVA, 2008, p. 9)

Como fica a filologia pela visão de Matos e Silva? Em um lugar de alicerce:

A linguística histórica no sentido estrito depende, diretamente, da filologia, uma vez que tem como base de análise inscrições, manuscritos e textos impressos no passado, que, recuperados pelo trabalho filológico, tornam-se os *corpora* indispensáveis às análises das mudanças linguísticas de longa duração. (MATOS E SILVA, 2008, p. 10)

Sem texto não há nem filologia nem linguística histórica, mas entre um trabalho e o outro é o filológico que lapida a matéria-prima bruta, deixando-a em condições de outros se servirem dela para fins cuja consecução depende dessa lapidação prévia. Diga-se, portanto, mais ajustadamente: sem texto não há filologia e sem texto adequado não há linguística histórica.

Observe-se, ainda, que o pensamento de Matos e Silva diverge em outro ponto importante em relação aos autores resenhados antes: o filólogo não deve ocupar-se apenas dos textos que constituem as *Belles Let-*

tres, mas de “inscrições, manuscritos e textos impressos no passado” de um modo geral. Um consentimento com essa postura dos filólogos contemporâneos acha-se em Ximenes (2012b, p. 83):

[...] as gerações atuais [de filólogos] preenchem uma lacuna deixada pelos nossos antepassados, quando se voltam para os arquivos brasileiros, em busca de textos escritos nas antigas capitanias, nos quais são revelados dados mais longínquos de nossa história registrados no período colonial. A tônica não tem sido mais os textos literários, mas os de cunho oficial das várias instâncias da administração pública preservados nos arquivos públicos, nos cartórios, nos arquivos particulares, nas cúrias das igrejas e nos jornais mais antigos impressos em terras brasileiras.

Na verdade, esse filólogo, atuando em data tão próxima à produção do presente trabalho, demonstra, efetivamente, ter um olhar sobre o próprio ofício capaz de harmonizar a redução que o campo da filologia sofreu ao longo do século XX e a extensão original desse campo:

Uma das tarefas da filologia, diríamos, o seu papel principal, é o resgate da produção textual de uma época que possibilita conhecer a história da língua, as possíveis mudanças geradas pelas alterações sociais e, sobretudo, compreender todas as manifestações vividas por uma comunidade, expressas nas entrelinhas dos textos. (XIMENES, 2012a, p. 94)

A filologia pode ter-se reduzido ao que tem sido o seu núcleo desde o humanismo: a crítica, exegese e edição de textos escritos, mas o trabalho filológico continua a ter a mesma grandeza, pois esses textos, independentemente de serem os clássicos literários ou um mero papel de cartório, não são apenas testemunhos de como era o código linguístico em tal momento, mas são testemunhos de infinitos contextos, de incontáveis vivências humanas.

4. A língua, a filologia e a linguística

De minha parte, acrescento que uma diferença epistêmica entre a filologia e a linguística reside em como filólogos e linguistas encaram o objeto *língua*. Cumpre lembrar que a língua (*langue*) para Saussure é um sistema de signos estabelecidos negativamente. Recobrando uma tese antiga e pouco conhecida sobre a origem da linguagem, de Dante Alighieri no tratado *Sobre a Eloquência Vulgar*, a língua saussuriana assemelha-se bastante à *forma locutionis*, que, segundo Dante, Deus deu a Adão e que consistia em uma espécie de molde pelo qual o primeiro homem formou a primeira língua. Na esteira do supracitado Melo, chamaremos *língua-fenômeno* a essa visão da língua. (Cf. ECO, 2002, p. 55-75)

É consabido que tal visão foi herdada por toda a linguística formalista (estruturalismo e gerativismo). Menos evidente é a sua perpetuação nas reações epistemológicas ao formalismo. Com efeito, se bem a consolidação do funcionalismo não deixou de provocar uma reviravolta dentro dos estudos linguísticos, fato é que nessa corrente a língua continuou a ser a língua-fenômeno: “O enfoque funcionalista considera princípio fundamental subordinar *o estudo do sistema linguístico* ao uso” (PEZATTI, 2011, p. 169, grifo nosso). O funcionalismo derrubou o muro entre a linguística “propriamente dita” e a linguística à qual se permitia que tomasse a licença de se nomear “linguística”, isto é, respectivamente entre a linguística da língua e a linguística da fala, mas a concepção de língua permanece a de uma *forma locutionis*.

Na verdade, mesmo quando se examinam as abordagens das “subáreas hifenizadas” (sociolinguística, psicolinguística, neurolinguística), que levam a interdisciplinaridade marcada no próprio nome, ainda se acha a língua-fenômeno. Diz Alkmim (2011, p. 33, grifo nosso) sobre a primeira: “Língua e variação são inseparáveis: a sociolinguística encara a diversidade linguística não como um problema, mas como uma qualidade constitutiva do *fenômeno linguístico*”. Refere-se a palavra *língua* aí a uma língua? Não, trata-se sem dúvida do sistema, estudado não mais na sua imanência, mas no seu devir:

As mudanças ocorridas em relação às concepções de língua (não mais vista como um sistema virtual, mas como *um sistema atual*, em uso efetivo em contextos comunicativos), às concepções de texto (não mais visto como um produto, mas como um processo), e em relação aos objetivos a serem alcançados (a análise e a explicação da unidade texto em funcionamento ao invés da análise e explicação da unidade formal, abstrata), fizeram com que se passasse a compreender a linguística de texto como uma disciplina essencialmente interdisciplinar, em função das diferentes perspectivas que abrange e dos interesses que a movem. (BENTES, 2011, p. 252, grifo nosso)

Aproveito o embalo de estar falando da sociolinguística e emendo-lhe outro exemplo – o da linguística textual – de como essa visão da língua como uma “máquina de códigos” atravessou a barreira disciplinar da linguística estrita. Por imposição das abordagens, isso fica ainda mais patente nos casos da psicolinguística, “com seu foco na interação entre *as estruturas linguísticas* e o processamento mental” (BALIEIRO Jr., 2011, p. 181, grifo nosso), e da neurolinguística, “tradicionalmente voltada para *as formas linguísticas* (isto é, para *o sistema*, suas regras e normas, seus constituintes e organização) e, portanto, para uma certa linguística”. (MORATO, 2011, p. 167, grifo nosso)

De outro lado, na filologia a língua é aquela à qual Coseriu (1979, p. 45-55) chamou *língua histórica*: um objeto ideal que conjuga vários sistemas linguísticos no tempo e no espaço e que é reconhecido como tal pelos seus usuários por amor de uma coesão estrutural e histórica. Laconicamente, diz ele que é um “advérbio substantivado”: é, por exemplo, a *língua portuguesa*, assim definida a partir do que a comunidade utente entende por *falar português*.

Seja quando se faz filologia como crítica, exegese e edição de um texto escrito, seja quando se faz um estudo histórico-comparativo, não está em tela a língua, mas sim *uma* língua. Quando o filólogo edita um texto escrito, uma pergunta que o trabalho tem de procurar responder é qual é a situação do texto no conjunto temporal e espacial coerido pela língua histórica. Quando historiografa uma língua ou uma família de línguas, já está dito: trata exatamente de evidenciar a coesão estrutural e social que assenta uma língua histórica ou um grupo de línguas históricas.

Curiosamente, Camacho (2011, p. 49), discorrendo sobre o fazer sociolinguístico, oferece ao seu leitor o vislumbre de um campo em que a língua também não é a língua-fenômeno, mas uma língua histórica:

Uma das áreas de estudos lida com fatores sociais em grande escala, associados à linguagem, como decadência e assimilação de línguas minoritárias, desenvolvimento de bilinguismo em nações socialmente complexas, planejamento linguístico em nações emergentes. Esse tipo de enfoque, comumente denominado *sociologia da linguagem*, é, na realidade, um ramo das ciências sociais, na medida em que encara os sistemas linguísticos como instrumentais em relação às instituições sociais.

É verdadeiramente um vislumbre porque o autor se apressa em delimitar o campo fora das fronteiras disciplinares da linguística, de modo que a episteme do objeto *língua-fenômeno* fica salvaguardada. Dentro dos estudos da linguagem, se se querem evocar campos em que o peso da língua-fenômeno é mais leve, então é preciso mais “ousadia epistêmica”, indo até a semântica, a pragmática e a análise do discurso, porque nesses três campos, mais que a língua-fenômeno, o objeto é a linguagem: “Que a heterogeneidade [teórico-metodológica] pode tornar as coisas mais complicadas para aqueles que querem fazer semântica é certo, mas ela pode também ajudar a ver que talvez a linguagem seja de fato um objeto muito complexo” (OLIVEIRA, 2011, p. 43). De modo especial, a pragmática, embora estritamente seja a “ciência do uso linguístico”, possui uma abertura disciplinar que pode dar perfeitamente cabida à reflexão sobre as línguas históricas:

Para pragmatistas que se dedicam a levantar problemas teóricos do estudo da linguagem, questões sobre o papel da linguagem na formação do sujeito, sobre a noção de unicidade e identidade linguísticas, sobre a imprevisibilidade e a criatividade como propriedades linguísticas, sobre a própria condição do fazer teórico linguístico não podem mais ficar relegadas ao plano das especulações. (PINTO, 2011, p. 66)

5. Conclusão

Ao longo deste artigo, busquei traçar como os estudos da linguagem se desenvolveram no Ocidente até o século XIX e, daí, como a filologia e a linguística têm compartilhado e dividido esse espaço segundo os olhares de filólogos portugueses e brasileiros. Convém, ainda, lembrar que no momento em que os estudiosos da linguagem começaram a pleitear um lugar entre os cientistas, o fazer filológico consistia, em grandes linhas, nos labores da crítica textual e da ecdótica. Entretanto, sendo este um fazer pouco disciplinado, no sentido em que, mesmo se valendo da mecânica lachmanniana, o juízo do filólogo continuava a guardar relevância, e pouco disciplinar, no sentido em que era preciso transitar por searas várias do conhecimento para alcançar a edição rigorosa, enquadrava-se bastante mal dentro das condições, cada vez melhor estabelecidas, para cancelar dado conhecimento como ciência.

A primeira condição que o estudioso da linguagem teve de cumprir para se converter em cientista foi afastar-se da vida. Quero dizer que o filólogo teve de abandonar o estudo da linguagem na vida, mais precisamente em textos escritos por alguém em certo lugar e em certo tempo, para estudá-la como se estivesse dentro de um laboratório, longe de qualquer “contaminação”. Em outras palavras, imiscuído de vida como estava, o filólogo devia abstrair o seu objeto de estudo.

No fundo, os filólogos precisaram acomodar-se à condição de as ciências modernas serem álgebras. Pela Álgebra (singular e maiúscula), toma-se dado objeto e chega-se à sua estrutura e ao seu funcionamento. Fazer ciência é partir, medir, contar para descobrir relações e, enfim, classificar. Seja uma roda, um animal, uma planta, uma sociedade ou uma língua, tudo tem uma estrutura, que permite um funcionamento, o quais é dever da ciência descobrir.

Mas, no caso dos estudos da linguagem, já não havia a gramática a lidar com as leis da língua? Por que, então, forjar uma ciência da linguagem como se não houvesse uma? Sim, sem dúvida a gramática con-

sistia, como consiste ainda, em um estudo de leis. Todavia, era e é um estudo de leis a serviço do uso; é verdade que do uso julgado certo, mas, mesmo assim, dum uso. Neste sentido, a gramática permaneceu e permanece fiel à definição de Dionísio Trácio: uma *εμπειρία* ou conhecimento prático. Portanto, não servia como ciência; não possuía o necessário desinteresse para tal.

Tão longe assim das vidas dos homens, sem os quais não existem, as línguas só podiam converter-se, aos olhos e pelas mãos dos novos cientistas da linguagem, em entes da natureza. Por aqui, o filólogo alcança a perfeição do cumprimento de outra condição para ser cientista, já enunciada rapidamente: o desinteresse. Diferentemente de um sacerdote cristão, que tem a obrigação de zelar pela sanidade das almas, o cientista moderno é um sacerdote que não se envolve – ao menos não enquanto cientista – com os problemas que afligem o homem (ele não é filósofo) ou o cidadão (ele não é político), gerados pelo próprio homem e pelo próprio cidadão. O problema é desanuviar a escuridão da realidade que esconde a estrutura e o funcionamento da mundo-máquina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALIEIRO Jr., Ari Pedro. Psicolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011, vol. 2, p. 171-202.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística (Parte II). In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011, vol. 1, p. 49-78.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

DUBOIS, Jean et alii. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix,

2006.

ECO, Umberto. *A busca da língua perfeita*. 2. ed. Bauru: Edusc, 2002.

ELIA, Silvio. *Preparação à linguística românica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

MORATO, Edwiges. Neurolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011, vol. 2, p. 143-170.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2005.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011, vol. 2, p. 17-46.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011, vol. 3.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011, vol. 2, p. 47-68.

ROBINS, Robert H. *Pequena história da linguística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

SALUM, Isaac Nicolau. Prefácio à edição brasileira. In: SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

VASCONCELLOS, José Leite de. *Lições de filologia portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1966.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Dinalivro, 1976.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2002.

XIMENES, Expedito Eloísio. Filologia: Uma ciência antiga e uma polêmica eterna. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 52, p. 93-115, jan.-abr. 2012 e n. 53, p. 74-91, maio-ago. 2012. Disponível em:

<<http://www.filologia.org.br/revista/52/07.pdf>> e em:

<<http://www.filologia.org.br/revista/53/07.pdf>>.

**ABRINDO CAIXAS DE ARQUIVO:
UM OLHAR FILOLÓGICO¹**

Gérsica Alves Sanches (FVC/FSBB/UFBa)
gersicasanches@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre as noções de arquivo e memória, a partir do estudo filológico empreendido com o arquivo pessoal de Dom Timóteo Amaro Anastácio – um religioso engajado nas lutas insurgentes, travadas inclusive na arena da linguagem, que se serve de palavras lutadoras para trazer a lume discursos dissonantes daqueles impositivos e autoritários que circulavam (e circulam) no período da ditadura militar no Brasil. Pondera-se sobre a repercussão que as noções referidas desencadeiam no trabalho filológico. Em paralelo a isso, atenta-se para a relevância histórica do arquivo e do manuscrito, pensando como eles podem ser artefatos para impor silenciamentos e apagamentos ou podem reverter o jogo mnemônico. Recorrendo a discussões teóricas propostas por Derrida (2001) e Pollak (1992), pretende-se entrever como o agenciamento de arquivos, sua inventariação, colação, seleção e análise imprime marcas significativas para as versões de memória que eles sustentam. Finalmente, transpõem-se essas questões para o trabalho de inventariação e análise dos escritos de Dom Timóteo, acondicionados em seu arquivo pessoal, considerando as produções à luz do jogo mnemônico, que gera recalques e ausências em arquivos como o estudado nesta pesquisa e que traz notícias de um período histórico-político que avança contra versões de memória que deponham contra as versões oficiais; fazendo do labor filológico um ato político.

Palavras-chave: Arquivo. Memória. Dom Timóteo. Filologia.

1. Introdução

Os desastres que marcam o fim do milênio são também *arquivos do mal*: dissimulados ou destruídos, interditados, desviados, “recalcados”. Seu tratamento é ao mesmo tempo massivo e refinado ao longo das guerras civis ou internacionais, de manipulações privadas ou secretas. Não se renuncia jamais, é o próprio inconsciente, a se apropriar de um poder sobre o documento, sobre sua detenção, retenção ou interpretação. Mas a quem cabe, em última instância, a autoridade sobre a instituição do arquivo? Como fazer as correspondências entre memento, o índice, a prova e o testemunho? (DERRIDA, 2001, p. 07)

¹ Este trabalho é fruto das reflexões empreendidas ao longo do trabalho de pesquisa desenvolvido pela autora em sua dissertação de mestrado.

As reflexões que seguem advêm de um estudo desenvolvido sobre o arquivo pessoal de Dom Timóteo Amoroso Anastácio, um religioso engajado nas lutas insurgentes, travadas inclusive na arena da linguagem, no período da ditadura militar no Brasil. Reflete-se neste trabalho sobre as noções de arquivo e como elas ressoam no estudo filológico.

Jacques Derrida, em seu livro *Mal de Arquivo*, levanta questionamentos bastante pertinentes acerca não apenas do agenciamento do arquivo, mas também de como este é concebido, engendrado e confrontado com outros. Leva-nos a indagar quem exerce o poder de constituí-lo, estudá-lo, organizá-lo. Como os aspectos históricos, sociais, econômicos ou de outra ordem repercutem nos arquivos, tornando-os dissimulados, destruídos, interditados, desviados ou “recalcados”?

Circunscrevendo essas questões para o âmbito deste trabalho: de que maneira podemos vislumbrá-las quando lidamos com o arquivo privado, de uma instituição religiosa, que se permite, ao constituir sua própria “memória”, ao resguardar aquilo que ajuíza ser necessário à posteridade, elaborar, por meio dos documentos acondicionados nos arquivos pessoais de cada um dos monges que viveu e morreu no Mosteiro de São Bento da Bahia² somados aos seus registros institucionais, uma versão de memória para a instituição, para inúmeros fatos ou acontecimentos históricos, para personalidades religiosas, enfim, para um sem-número de itens que se possam historicizar, de que se possa constituir “memória”?

2. *Em arkhê, o arquivo*

Na tese de doutorado *Arthur de Salles: A Edição de Outros Escritos*, Lose (2004), debruçando-se sobre parte do acervo do poeta Arthur de

² É necessário informar que há uma prática bastante comum nos mosteiros que é a de registrar diariamente os acontecimentos mais relevantes para a instituição, resultando na produção de Crônicas, livros de registros. A função de cronista é desempenhada pelo monge, normalmente um monge mais velho. Além de fazer registrar questões relativas à vida religiosa, produzem-se também relatos biográficos sobre os monges que viveram e morreram no mosteiro. Tal documento (constantemente escrito e diariamente lido) dá-se o nome de Dietário – também escrito pelo cronista. Há ainda nos mosteiros a figura do arquivista, monge responsável por organizar e selecionar os elementos que compuseram e compõem os arquivos pessoais de cada um dos monges e documentos relativos à vida administrativa da instituição. Então, vê-se aqui que uma instituição religiosa, como um mosteiro, acometida deste *mal de arquivo* se insere nesta disputa pelo poder de memória que é exercido (e não pertencente) pelas instituições sociais.

Salles, discorre primeiramente sobre as peculiaridades de se tomar como objeto empírico de pesquisa elementos componentes de acervo, que, de antemão, são, de alguma maneira, selecionados e nos quais são impressas marcas no instante em que inventariamos, colacionamos, selecionamos e analisamos.

Deparamo-nos, então, com a compreensão de “arquivo” que sustenta tais questionamentos, entendido ao lado das noções de memória e origem. Por esse viés de leitura, o “arquivo” como lugar da memória e do arcaico (*arkhê*) trabalharia com a ideia de *começo* e *comando* (poder), as memórias constituídas e manipuladas ao longo do tempo revelam-se não como um armazenamento de saberes e informações, mas antes como reflexo de atos de revisão, organização, segmentação, censura, repressão, dissimulação ou, até mesmo, de destruição. Foge-se, assim, de uma abordagem exclusivamente histórica do “arquivo” e da “memória”.

Importa determo-nos ainda no fato de que alguns arquivos, como é o caso do arquivo pessoal de Dom Timóteo, são *a priori* organizados pelo próprio autor, ao longo de sua vida religiosa, sendo ele, conforme diz Lose (2004, p. 6), o arquivista e o arquivado, selecionando e recalcan-

[...] dando à luz e dissimulando num jogo de esconde-esconde, fazendo do seu arquivo o lugar do dito e do não-dito, da voz e do silêncio, do manuscrito e do palimpsesto. O escritor sofre de forma extrema do *mal de arquivo*, da *pulsão de morte* que, trabalhando contra o próprio arquivo, tende a destruí-lo ou a disfarçá-lo, mascará-lo, maquiá-lo, o arquivo trabalhando contra si mesmo, deixando registrados não os traços da memória, mas registros que por si sós já são traços de outras memórias.

Essa discussão, quando trazida para o cerne do *fazer* filológico, que se desenvolve rente ao *texto*, tendo neste labor infindáveis finalidades, seja a de restituição, edição, crítica, gênese, autenticidade, veracidade, torna ainda mais preeminente a compreensão das forças psicossociais e político-ideológicas que interagem para a conformação de um arquivo. Isso assume uma conotação ainda mais problemática, tendo em vista a abordagem que esboçamos, a partir do momento em que consideramos a elaboração do arquivo histórico de uma instituição privada e religiosa, como o Mosteiro de São Bento da Bahia, que assume, ao longo do período ditatorial, diferentes posicionamentos políticos e ideológicos que, direta ou indiretamente, repercutem no arquivo e em seu próprio processo de arquivamento, pois, quando se elege algo como digno de ser arquivado, excluem-se outros documentos que se acredita não serem necessários ou não serem de interesse da instituição preservar, ou ainda, serem de in-

teresse da instituição apagá-los – neste instante realiza-se o apagamento da memória e percebe-se que ela é essencialmente forjada dentro de um jogo de poder na tentativa de construir uma versão válida de um *memento*, na acepção proposta por Derrida (2001).

Nesta perspectiva, Pollak (1992), em seu artigo “Memória e Identidade Social”, afirma que a memória é um fenômeno construído e, como tal, deve ser compreendido no cerne do jogo de negociação e organização que ocorre dentro de um determinado grupo ou de uma sociedade. A memória individual ou coletiva é construída no/pelo jogo de poder que instituições disputam na tentativa de fazer valer, de validar, a sua versão, a sua proposta de memória.

Então, tomam-se os escritos autorais do monge Dom Timóteo Amoroso Anastácio, que compõem o *corpus* de análise deste trabalho de pesquisa, como uma versão de memória em relação aos momentos de enfrentamento, de análise e crítica das ações autoritárias tomadas no período da ditadura militar brasileira na segunda metade do século XX. Pretende-se, ainda que parcamente, perceber esses escritos naquele jogo de poder, ansiando lê-lo como uma memória dissonante, mas válida para este momento que, embora temporalmente tão próximo de nós, nos possibilita tão turvas e impositivas memórias.

Têm-se desenvolvido muitos trabalhos de pesquisa em diversas áreas do saber, na tentativa de erigir, com objetos que hoje assumem o status de documento³, diferentes versões de memória para o referido período ditatorial. É interessante notar que uma significativa parcela dessas pesquisas se vale de objetos empíricos e teóricos que muitas vezes foram desconsiderados por estudiosos, por não ser atribuído a esses objetos o

³ Na acepção adotada por Le Goff (2003), em *História e Memória*, e por Foucault (2012), em *Microfísica do Poder*, ao considerarem a mudança e ampliação da concepção de ‘documento’. O ‘documento’ deixa de ser tomado como sinônimo para ‘texto’, para ser qualquer coisa que “pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (FEBVRE, 1949, p. 428 *apud* LE GOFF, 2003, p. 530). E esses documentos chamados por Le Goff de massas dormentes passam a ser tidos como “monumentos” quando, conforme afirma Zumthor, são utilizados pelo poder, surgindo, assim, a noção de documento/monumento, “[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder [...]” (p. 536); “[...] o documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio”. (LE GOFF, 2003, p. 538)

status de documento/monumento, a exemplo de um registro paroquial, um livro de atas, uma correspondência pessoal, um poema...

Polemizando sobre o caráter político de toda atividade científica, Foucault (2012), em *Microfísica do Poder*, discute sobre uma mudança de objetos teóricos para a ciência histórica que resultam de uma reformulação de objetivos teóricos e políticos relativos a uma arqueologia do saber, acarretando uma inovação metodológica numa distinta abordagem desses documentos. Há, então, uma análise que se demora sobre o texto, para marcar a singularidade dos acontecimentos, espreitá-los ali onde menos se esperava e naquilo que é tido como não possuindo história. Sendo isso demasiadamente necessário, porque eles – o documento/testemunho e o documento tido como despossuído de história – são produtos de um centro de poder, portanto, “[...] deve[m] ser estudado[s] numa perspectiva econômica, social, jurídica, política, cultural, espiritual, mas, sobretudo, enquanto instrumento de poder”. (LE GOFF, 2003, p. 538)

Galeano (1988), enredado pela tentativa de expor o trabalho das engrenagens ideológicas para fazer se perpetuar o que ele chamou de colonialismo invisível, discute sobre como a atividade científica desenvolvida na “periferia do mundo” pode contribuir ou, pelo contrário, emperrear o funcionamento dessas engrenagens. Indo mais além, esse estudioso considerará que o lugar da memória e o lugar da escrita são lugares também dessas engrenagens, que ao oferecer testemunho “para agora” e “para depois”, entende que

[...] escrevendo é possível oferecer, apesar da perseguição e da censura, o testemunho de nosso tempo e da nossa gente [...] estamos aqui, aqui estivemos; somos assim, assim fomos. Lentamente vai ganhando força na América Latina, uma literatura que não ajuda os demais a dormir, mas que lhes tira o sono: que não se propõe a enterrar os nossos mortos, mas a perpetuá-los; que se nega a varrer as cinzas e procura, em lugar disso, acender o fogo. Essa literatura continua e enriquece uma formidável tradição de palavras lutadoras. (GALEANO, 1988, p. 20).

Nessa linha de pensamento, considera-se também que, na maré de ditaduras que se alastrou pela América Latina na década de setenta, os projetos científicos podem tanto ser estéreis e castradores, como podem ser libertadores, fugindo, assim, do consumo de ideias pré-fabricadas impostas por uma força centrífuga (advindas dos grupos dominadores⁴)

⁴ O encobrimento ou apagamento de quem são os centros irradiadores dessas forças produz a perpetuação do exercício desses poderes, não dando chances de reversão para estes terrenos, que re-

produzida pelas engrenagens para espargir, em vez de adubo, veneno para extirpar qualquer força descentralizadora que se insurja neste terreno esterilizado. Por isso, o trabalho filológico, como *praxis*⁵ científica, quando delinea o seu projeto científico-político, tem a possibilidade de “acender o fogo” ao qual Galeano (1988) se refere. Ao lidar com acervos, é possível tanto enterrar os mortos e varrer as cinzas, quanto trazê-los à tona.

No exercício de leitura ao qual a filologia se propõe, esses questionamentos ladeiam todo o trabalho crítico com texto, pois tal trabalho segue etapas, como o *recensio* (que consiste no levantamento de toda a tradição manuscrita e/ou impressa do texto, além da tradição indireta que é possível construir); a *colatio* (que envolve o estabelecimento de relações entre textos e suas variantes); a *interpretatio* (que diz respeito à valoração ou atribuição de significados a versões de um documento); entre outras atividades empreendidas pela busca do conhecimento do texto, que resulta na historicização, contextualização, circunscrição do texto, sem perder de vista os elementos intervenientes que determinam esta atividade.

Por esse viés, vislumbramos o fazer filológico inserido no centro desse jogo de poder pela construção de uma memória individual e/ou coletiva, porque, ao eleger determinados textos para editá-los, analisá-los ou criticá-los, retira-se o silêncio imposto a todo texto em estado de torpor, de suspensão, trazendo-o à tona para acessar e construir saberes sobre uma memória.

Dessa maneira, a atividade crítico-filológica assume um aspecto político, inclusive se trouxermos para a reflexão as teorias, métodos, procedimentos analíticos e objetos teóricos selecionados no momento do *fazer* filológico, somando-se a isso a escolha do objeto empírico que traz consigo um dado valor histórico e simbólico, mas também ideológico, político e social, que algumas vezes dissociamos desse *fazer*.

Ao nos depararmos com os arquivos pessoais que estão acondicionados no Arquivo Histórico do Mosteiro de São Bento da Bahia, torna-se evidente o contorno político assumido nesta prática de arquivamento

produzem essas forças, mas, não obstante a isto, podem também produzir forças descentralizadas, que fissuram esta cadeia.

⁵ Utilizada aqui na acepção proposta por Marx (2007) na *Ideologia Alemã*.

que é determinada pelo próprio monge ainda vivo e que é agenciada pelo arquivista e, de maneira mais ampla, pela instituição, que, por vezes, ajusta sobre quais documentos devem ser preservados e quais devem ser descartados.

2.1. Abrindo as caixas: manuscritos e datiloscritos do amoroso

Afirma Higounet (2003, p. 9), no livro *História Concisa da Escrita*, que a escrita não representa a imobilização ou fixação da linguagem articulada, a escrita advém da necessidade do homem de criar um meio de expressão permanente; “[...] contudo, a escrita é mais do que um instrumento. Mesmo emudecendo a palavra, ela não apenas a guarda, ela realiza o pensamento que até então permanece em estado de possibilidade”.

Recorrendo a compreensão de Le Febvre citado por Higounet (2003), o documento, como um monumento, traz em si impressões; é registro, conhecimentos e informações; é “a palavra muda”, certamente, mas que, “centuplicada”, abre as portas de um universo que poderia ser até então inaudível, mas que se permite auscultar, por meio de leitura atenta e cuidadosa.

O texto manuscrito acompanha a história, sendo o responsável por preservar e transmitir ao longo do tempo e do espaço o conhecimento filosófico, histórico, científico, religioso, político e tantos outros conhecimentos aos quais não conferiríamos o mesmo *status*. A sua perpetuação acompanha o desenvolvimento das sociedades, servindo de instrumento para construir mentalidades.

Os manuscritos foram, durante muitos séculos, o único meio de difusão do pensamento escrito. O livro é um modo de dominar o mundo e assegurar a continuidade das tradições de determinados grupos, diz Mindlin (1992) – e aqui está a sua instância de poder.

Muito se tem discutido sobre uma mudança no modo como lidamos com o livro (com o texto manuscrito ou impresso), tomado até pouco tempo atrás como forma máxima de materialização e difusão da informação. Entretanto, atualmente, alguns cogitam a possibilidade de o livro ser extinto, assim como preveem a extinção do exercício da escrita como a conhecemos hoje. Sobre isto, Portella (2003, p. 9) propõe que:

[o] livro, objeto-sujeito facilmente identificável, nada é senão um qualificado agente de transformação da história. Fica difícil acreditar que a “civilização do livro”, sobre a qual Peter Sloterdijk lança hoje perturbadoras suspeitas, tenha

concluído a sua verdadeira volta. Mais provável é que a “galáxia de Gutenberg” continue navegando, com a obstinação de sempre.

Em *Reflexões sobre os Caminhos do Livro*, o autor supracitado considera o livro um qualificado agente de transformação da história e, ao apresentar uma possível história do livro, aponta para os seus diferentes contextos de produção e preservação, demonstrando o quanto o livro contribuiu para o desenvolvimento e empoderamento de alguns grupos. No entanto, isso nos remete a outra utilidade do livro, tido como instrumento – assim como é um punhal, uma foice –, ele pode estar a serviço da preservação pela repetição de determinados paradigmas...

No entanto, como instrumento (para bem ou para o mal): o livro sobreviverá à era digital? “Cercado de perigos por todos os lados, situado entre a pressão do mercado e a impressão do mundo” (PORTELLA, 2003, p. 9), como pode o livro [e o manuscrito] resistir ao atual cenário em que se encontra, com tantos instrumentos assaz rápidos e eficientes, que tem hoje um alcance muito maior?

Então, a indagação de Portella (2003) desencadeia uma reflexão que percorre os caminhos trilhados pelo livro manuscrito e suas perspectivas para a posteridade. Perseguindo tais caminhos que revelam a importância do livro para o desenvolvimento intelectual e cultural, Portella (2003) confere ao livro uma característica que o torna indissociável dos grupos letrados em qualquer época: o livro é *humano*, “[...] um ser demasiado humano, atormentado pelas dores da própria da humanidade.” (PORTELLA, 2003, p. 9) Ele “[...] guarda em seu bojo, disponíveis e protegidas, as percepções mais entranháveis da aventura humana: a *lembrança*, a *ocorrência* e a *premonição*”. (PORTELLA, 2003, p. 9)

O estudo do manuscrito como *prática* clássica da filologia, considerando os diversos testemunhos e versões que compõem a tradição direta, sem mencionar uma tradição indireta que nos dá notícias da sua existência, do seu teor, da veracidade e da relevância, compreende o processo de criação e circulação de um texto, podendo visualizar neste repertório de leitura, as intervenções sofridas, as alterações posteriores, os acréscimos, o tipo de suporte no qual são grafados os textos, a tinta, o estilo de grafia. Enfim, as características exógenas e endógenas do manuscrito proporcionam ao filólogo informações necessárias para a realização de sua atividade à espreita do documento.

Então, em plena era digital, a atividade filológica que se dá prioritariamente como textos manuscritos sobreviverá?

Num diálogo com o tempo e com a história, o livro, como registro escrito, associa-se à *lembrança*, como um olhar para o passado, possibilitando o registro e a reflexão sobre acontecimentos e conhecimentos anteriores – ressaltando que os manuscritos, durante muito tempo, foram o único meio de acessar as experiências e os conhecimentos de gerações antecessoras. Relacionado à *ocorrência*, o livro lança um olhar para o tempo presente, tecendo as malhas da história e fazendo memorar. E, associado à *premonição*, o livro permite mirar o futuro e, a partir das impressões do passado e das experiências do presente, projetá-lo.

Assim, para além de um documento escrito ou registro histórico ou literário, o livro, dotado do aspecto *humano*, alimenta e agencia, em paralelo ao seu processo de elaboração, a vontade de potência⁶ e o jogo de memória e esquecimento, em que se forjam imaginários e histórias de uma dada sociedade.

E, como espaço reservado para abrigar os registros escritos, cria-se a biblioteca, que etimologicamente deriva dos termos gregos *bíblion*, que significa livro, e *theke*, que significa caixa, cofre, receptáculo, ou qualquer estrutura que forma um invólucro protetor, informa-nos Cunha (2000). Sob a égide dessa função “protetora” e mantenedora dos livros, a biblioteca assume também a função de gerenciar a memória de um dado grupo ou sociedade. Disso surge outra problemática em relação aos parâmetros norteadores que se fazem necessários para gerir tal instituição.

Em *A Técnica de Arquivar*, Almeida Prado (1977, p. 4) chama a atenção para as funções de instituições como a biblioteca e o arquivo; a primeira seria o “[...] conjunto de material impresso e não impresso disposto ordenadamente para estudo, pesquisa e consulta [...]”; já o arquivo seria “[...] toda coleção de documentos conservados, visando à utilidade que poderão oferecer futuramente. Dá-se o nome de arquivo não só ao lugar onde se guarda a documentação, como à reunião de documentos guardados” (PRADO, 1977, p. 4). Assim, “[...] arquivar é guardar qualquer espécie de documento, visando à facilidade de encontrá-lo, quando procurado [...]”; centro ativo de informações que “[...] abriga os documentos resultantes de uma atividade, os quais são conservados como comprovantes [...]” (PRADO, 1977, p. 2).

Prado (1977) considera que o arquivo deve adequar-se à institui-

⁶ Na perspectiva de Nietzsche, a vontade de potência que inicialmente significa a vontade de “criar” e, depois, passa a representar a vontade de “dominar”.

ção, assim ele deve ter um plano de organização e funcionamento que atenda às necessidades da instituição, arquivos organizados sem orientação técnica se transformam em verdadeiros depósitos de documentos, não sendo possível cumprir a sua função de gerenciamento da memória que visa a sua acessibilidade. Esse gerenciamento, não entendido apenas como ordenação, concorre para a preservação e validação de versões de memória que se desejam únicas.

Ao ponderar sobre os escritos e objetos que compõem o arquivo pessoal de Dom Timóteo Amoroso Anastácio, que está acondicionado no Arquivo Histórico do Mosteiro de São Bento da Bahia, consideramos a representatividade que assume um manuscrito, principalmente quando este textualiza o desenvolvimento do pensamento político-humanitário do monge D. Timóteo.

Assim, desembocamos no ponto que catapultou esta pesquisa. A inventariação dos acervos constantes no Mosteiro de São Bento da Bahia, sob a orientação da pesquisadora Alcía Duhá Lose, levou ao conhecimento de um imenso universo de livros e documentos produzidos em diferentes períodos, com vastos e distintos conteúdos, origens, línguas, aspectos. Dividida em três setores, a Biblioteca do Mosteiro de São Bento da Bahia conta com o setor de Referência, comportando obras do século XIX, XX e XXI, acessíveis a qualquer pessoa interessada; o setor do Centro de Documentação e Pesquisa do Livro Raro, que conta com obras impressas dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, sendo de acesso restrito a pesquisadores⁷; e o setor do Arquivo Histórico do Mosteiro de São Bento da Bahia⁸, onde se encontram obras raras, manuscritas, produzidas no século XVI até o XX, que, em geral, referem-se à história da própria instituição, documentos administrativos, jurídicos, históricos e religiosos.

Em consonância com Lose (2009), percebe-se o valor dessas obras pelo número de vezes que estudiosos, religiosos e não religiosos, brasileiros e estrangeiros solicitaram a consulta às obras presentes nesses Arquivos, desenvolvendo suas pesquisas utilizando-se de informações

⁷ Para consultar essas obras, os pesquisadores devem previamente solicitar ao diretor da biblioteca uma autorização.

⁸ O acesso aos documentos deste Arquivo é bastante restrito, haja vista o teor dos documentos, a sua raridade e pelo fato de se encontrarem, à época do início deste trabalho, na Clausura do Mosteiro, onde só podem circular os próprios monges ou pessoas do sexo masculino com a prévia – e rara – autorização fornecida pelo Abade.

desses documentos e, muitas vezes, tornando-os seu próprio objeto de pesquisa, pois todo material que atesta um passado, quer se trate “[...] de ‘monumentos’, quer de ‘documentos’ (vestígios, alfarrábios ou testemunhos) deverá ser objeto de análise do estudioso da memória, a fim de que possa analisá-los, criticá-los num exato valor das informações”. (LOSE, 2009, p. 41)

A compreensão de Lose (2009) aproxima-se da visão de Bassetto (2005), quando este considera que, ao lidar com o documento, há sempre que se considerar sua boa ou má *sorte*. O êxito de um texto manuscrito, enuncia Bassetto (2005), dependerá do número de edições, cópias, citações, referências, estudos, meios que trazem à luz as informações contidas no documento.

O Arquivo do Mosteiro conta com documentos manuscritos e impressos que datam desde o séc. XVI. Entre eles se encontram: bulas papais; cartas de profissão dos monges; sermões; documentos relativos à vida privada do Mosteiro; a coleção dos *Livros do Tombo*, com testamentos de Catarina Paraguaçu, Gabriel Soares, Garcia D’Ávila, Francisco Dias d’Ávila, além de várias outras personalidades da história da Bahia e do Brasil; cartas de alforria; documentos de compra e venda de escravos; documentação relativa às propriedades de toda a região metropolitana de Salvador, da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão; livros de pedidos de oração; documentos cartográficos, fotográficos, desenhos; além do acervo pessoal dos monges, que contém desde documentos pessoais, correspondências, materiais de estudos, até sermões, palestras, textos científicos, esboços de homilias, conferências, sem contar nos registros de memórias e reflexões pessoais produzidas pelos próprios monges. (LOSE, 2009)

Diante dessa gama de documentos e pela sua raridade, o Grupo de Pesquisa do Mosteiro de São Bento da Bahia empreendeu um trabalho de inventariação desses documentos, com o propósito de criar um banco de dados que ofereça à própria instituição e à comunidade acadêmica informações sobre quais são os documentos presentes no Arquivo⁹ e sua natureza que, além de viabilizar um acesso mais fácil a essas obras, se configuram fontes frutíferas para o desenvolvimento de estudos linguísticos,

⁹ Este Arquivo Histórico Beneditino salvaguarda inclusive uma coleção de livros tombada pela UNESCO, a coleção dos livros do Tombo, e hoje compõe o Programa de Memória do Mundo da UNESCO/BRASIL. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=10&data=18/10/2012>>.

históricos, artísticos, teológicos, iconográficos etc. – cumprindo, conforme sinaliza Lose (2009), também com o objetivo de conservar o referido acervo, salvaguardando versões de memória(s) religiosa(s) baiana(s) e brasileira(s).

No decorrer do trabalho de inventariação, quando se fazia a catalogação das “caixas” dos monges, houve os primeiros contatos com o acervo pessoal de D. Timóteo Amoroso, um homem erudito, com um lastro cultural considerável, que como monge assume um papel de destaque dentro da história recente da congregação beneditina no Brasil, por ter se dedicado a pensar questões teológicas e doutrinárias da Igreja católica, por promover ações cidadãs (motivadas pelos princípios da teologia da libertação), e também por incitar uma reflexão e um olhar crítico em relação aos cerceamentos que ocorreram durante a ditadura militar aqui no Brasil.

Por viver em um período de grande tensão, de misérias, de censuras e de violências, D. Timóteo empreendeu uma luta em defesa dos direitos humanos e, em seu acervo pessoal, é possível encontrar diversos escritos que versam sobre tal questão ou que, de alguma forma, mencionam a situação política da época que inclusive afetava direta e indiretamente a vida religiosa e social do Mosteiro.

Seu acervo pessoal contém textos manuscritos, datiloscritos e impressos, de cunho religioso, político, histórico e científico. Há textos para homilias, palestras, trabalhos científicos e textos políticos que refletem sobre os direitos humanos em contexto ditatorial. A relação intelectual e de amizade que matinha com teólogos, literatos, políticos, religiosos, como Leonardo Boff e Gustavo Gutiérrez, pensadores da teologia da libertação, o jesuíta e socialista Gonzalo Arroyo, o historiador argentino Rogelio García Lupo, a religiosa Vera Lucia Parreiras Horta, OSB¹⁰ (hoje superiora do mosteiro beneditino feminino da Bahia), Carlos Mesters (frade carmelita e teólogo, que se dedica a estudar a exegese bíblica do ponto de vista histórico-crítico), François Houtart (um religioso, teólogo e sociólogo belga, envolvido com a teologia da libertação), entre tantos que figuram entre as correspondências e produções textuais de Dom Timóteo e se presentificam em seus discursos.

Após ter promovido a inventariação do acervo pessoal de Dom

¹⁰ A sigla OSB refere-se à Ordem de São Bento.

Timóteo, selecionaram-se os textos que apresentavam atravessamentos entre o político e o religioso – utilizando aqui a acepção do termo *político*¹¹ proposta por Bobbio, Matteucci e Pasquino – que permitem entrever, por meio de elementos linguísticos-discursivos, algumas das formações ideológicas que são acionadas neste processo de escrita.

Trazendo a lume os textos com essa temática por meio do trabalho de edição, cumprimos com uma das etapas da atividade filológica na compreensão de Spina (1994), aquela que se atém ao texto, prima por explicá-lo, por restituí-lo e dispô-lo para publicação, ao lado daquela que atenta para o contexto, preocupa-se com a autoria e com a datação, situando-o em seu período de produção, escrutando-o, deslindando as suas malhas bem cosidas a fim de investigá-lo.

O acervo pessoal de Dom Timóteo deve ser lido tendo como pano de fundo as questões religiosas, históricas e sociais que se configuram como forças atuantes (de *recalque* ou de resistência), dando-lhe contornos e forma, como a mudança doutrinal da Igreja, que se vê diante de demandas sociais graves; a grande maré de ditaduras que ganha força na década de 70 e que terá suas raízes fincadas ainda hoje nas pseudodemocracias que as sucedem; a fome, a miséria, a pobreza que se tornam problemas cada vez maiores e mais danosos na “periferia do mundo” que sofre com as forças impositivas, exploradoras, excludentes e opressoras advindas do colonialismo invisível de que fala Galeano (1988).

É forçosa, então, uma leitura cautelosa de um arquivo, pois, além de haver um trabalho anterior de arquivamento pelo próprio arquivado, há também a incidência de forças como essas que trabalham amplamente, reconfigurando as impressões do arquivo, “[...] o arquivo tanto produz quanto registra o evento [...]” (DERRIDA, 2001, p. 10), assim como não

¹¹ Adotam-se aqui as acepções de política e de poder político propostas por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 954) no *Dicionário de Política*, em que expõem que o termo política, derivado do adjetivo grego *politikós*, que significa “[...] tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social [...]”. “Ocorreu assim desde a origem uma transposição de significado, do conjunto das coisas qualificadas de um certo modo pelo adjetivo “político”, para a forma de saber mais ou menos organizado sobre esse mesmo conjunto de coisas: uma transposição não diversa daquela que deu origem a termos como física, estética, ética e, por último, cibernética”. (p. 954)

“O conceito de Política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder. Este tem sido tradicionalmente definido como ‘consistente nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem’ (Hobbes) ou, analogamente, como ‘conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados’ (Russell)”. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 954)

há memória sem suporte, também não há arquivo sem arconte e sem re-calques. Não há arquivo sem *mal de arquivo*.

Problematizando a compreensão de arquivo, não seria suficiente conferir organicidade ao arquivo, dispondo os documentos sobre um suporte, seria necessário um poder arcôntico de unificação, de identificação e de classificação, referindo-se ao poder de consignação de que trata Derrida (2001), entendendo-o como uma morada que congrega os signos.

Mas é necessário insistir: esta potência arquiviolítica não deixa para atrás de si nada que seja próximo. Como a pulsão de morte é também, segundo as palavras mais marcantes do próprio Freud, uma pulsão de agressão e de destruição (*Destruktion*), ela leva não somente ao esquecimento, à amnésia, à aniquilação da memória como *meme* ou *anamnesis*, mas comanda também o apagamento radical, na verdade a erradicação daquilo que não se reduz jamais à *mneme* ou à *anamnesis*; a saber, o arquivo, a consignação, o dispositivo documental ou monumental como *hupomnema*, suplemento ou representante mnemotécnico, auxiliar ou memento. Pois o arquivo, se esta palavra ou esta figura se estabiliza em alguma significação, será jamais a memória nem a anamnese em sua experiência espontânea, viva e interior. Bem ao contrário: o arquivo tem lugar em lugar da falta originária e estrutural da chamada memória. *Não há arquivo sem um lugar de consignação, sem uma técnica de repetição e sem uma certa exterioridade. Não há arquivo sem exterior.* (DERRIDA, 2001, p. 22)

Ao lidar com acervos como esse, presente no Arquivo Histórico do Mosteiro de São Bento da Bahia, compreende-se a riqueza e a diversidade de informações que um arquivo pode congrega.

3. *Considerações finais*

Assim, volta-se para uma ideia lançada anteriormente no que diz respeito ao livro, a sua função e contribuição para os grupos sociais. De modo geral, a produção escrita, compreendida como um modo de materialização e sistematização de formas do dizer, também pode ser lida como um monumento, que traz em si impressões, é registro, índice de conhecimentos e informações.

No trabalho de inventariação do arquivo pessoal de Dom Timóteo, realizamos uma incursão no terreno movediço dos seus escritos, a fim tomar conhecimento dos tipos de registros e documentos que estavam acondicionados em suas caixas. Na leitura do seu arquivo, pudemos perceber um movimento contínuo de reflexão-ação-reflexão que parece ser norteado não apenas por demandas religiosas, mas antes filosóficas e políticas, trazendo como verve de muitos documentos percepções e dis-

cursos que se afinam e, por vezes, sustentam algumas correntes de pensamento e de ação que se insurgem diante do caótico cenário latino-americano em meados do século XX.

No trabalho de inventariação e catalogação, realizou-se a identificação de todos os documentos que compõem o fundo documental de Dom Tomóteo Amoroso Anastácio, classificando-os como bibliográficos ou iconográficos, utilizando descritores (data, tipologia, autor, destinatário, assunto, anexo). Esse processo de análise e classificação incide sobre o arquivo pessoal do monge Timóteo de modo a imprimir-lhe marcas, dá-se caminhos de leitura, ao identificá-los e classificá-los, *recalcamos*, pois os circunscrevemos àquela classificação.

A produção intelectual de D. Timóteo e suas reflexões teológicas foram, em parte, publicadas no livro *A Flauta de Deus*, uma coletânea de homilias. Ademais, vários textos de sua autoria foram publicados em jornais e cadernos litúrgicos da Igreja Católica, como *A Ordem e Convergência* e, em paralelo a sua intensa atividade de escrita, desenvolvia trabalhos de tradução de obras filosóficas ou até mesmo literárias, normalmente a pedido de Alceu Amoroso de Lima.

Todo o trabalho de argumentação que se percebe nos textos editados parece levar em conta as condições psíquicas e sociais do auditório, estabelecendo uma comunidade efetiva de espíritos e havendo um acordo acerca da questão a ser discutida, pois toda a argumentação visa à adesão dos espíritos, pressupondo a existência de um contato intelectual, por isso estes textos ressoam. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996)

Enfim, o estudo do arquivo pessoal de Dom Timóteo abre fissuras nas narrativas históricas oficiais do período da ditadura militar e torna evidente que o trabalho com o arquivo e com a memória pode configurar-se como uma prática de resistência, um ato político, que tanto pode produzir ausências, vazios e silêncios – gerados pelas múltiplas formas de dominação – como pode gerar transformação das condições de existência – desencadeadas pelas múltiplas formas de resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro*: princípios da técnica da editoração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ARCHANJO, José Luiz. (Org.). *Teilhard de Chardin*: vida e pensamento.

tos. São Paulo: Martin Claret, 1997.

ARNAUDO, Florencio José. *El año en que quemaron las Iglesias*. 2. ed. Buenos Aires: Pleama, 1996.

ARNS, D. Paulo Evaristo. (Pref.). *Brasil: nunca mais*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

AUERBACH, Erich. Filologia da literatura mundial. In: ARRIGUCCI JR., Davi; TITAN JR., Samuel. (Orgs.). *Ensaio de literatura ocidental*. Trad.: Samuel Titan Jr. e José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades / Editora 34, 2007.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador, conversações com Jean Lebrun*. Trad.: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 15. ed. São Paulo: Ática, 2003.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad.: Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Trad.: Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: UNESP, 1992.

GALEANO, Eduardo. *A descoberta da América: que ainda não houve*. 2. ed. Porto Alegre: Universidade, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad.: Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LOSE, Alcía Duhá. *Critérios para edição conservadora do Dietário (1582-1815) do Mosteiro de São Bento da Bahia*. São Paulo: ANPOLL, 2007 [Comunicação oral não publicada].

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: _____. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da ar-*

gumentação. A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2006.

_____; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 2010.

PÉREZ, C. L. V. Cotidiano: histórias, memória e narrativa. In: GARCIA, Regina Leite. (Org.). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>.

SAID, Edward W. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SOUZA, Eneida Maria de. Males de arquivo. In: MARQUES, Reinaldo; BITTENCOURT, Gilda. (Orgs.). *Limiares críticos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 81-88.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. São Paulo: Ars Poética, Edusp, 1994.

TAVARES, Eduardo Diogo. *O milagre de dom Amoroso: ou como D. Timóteo, abade do Mosteiro de S. Bento, venceu as legiões hereges*. Salvador: P&A, 1995.

VERDELHO, Evelina. *Livros das obras de Garcia de Resende: edição crítica, estudo textológico e linguístico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

**DÊIXIS E MESCLAGEM:
A EXPRESSÃO PRONOMINALIZADA “A GENTE”
COMO CATEGORIA RADIAL**

Viviane da Fonseca Moura Fontes (UFRJ/CBNB)

vivianefontes23@gmail.com

Lilian Vieira Ferrari (UFRJ)

RESUMO

A pesquisa enfoca o estudo da polissemia da expressão dêitica “a gente” nos discursos oficiais do ex-presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva. O *corpus* para a pesquisa foi selecionado a partir de transcrições de discursos oficiais do presidente Lula, disponibilizados até o final do ano de 2010 no *site* oficial da presidência da República. Este estudo tem como referencial teórico a linguística cognitiva, responsável não só por abrir as portas para a identificação dos diferentes significados que integram a polissemia dos dêiticos, mas também por permitir a investigação dos processos mentais que franqueiam a compreensão de fenômenos dêiticos prototípicos e não prototípicos. Com isso, objetiva-se demonstrar que as características semânticas do dêitico “a gente” refletem uma categoria radial (LAKOFF, 1987) organizada numa escala de prototipicidade (MARMARIDOU, 2000) que vai da referência dêitica mais prototípica (“a gente” inclusivo - eu + você(s)) à menos prototípica (“a gente” exclusivo - eu + outro(s)). Os resultados da pesquisa mostraram que significado dêitico surge do processo de mesclagem conceptual decorrente da interação de informações semânticas e lexicais. Propõe-se, portanto, uma explicação unificada para a estruturação dessa categoria dêitica, com base no modelo dos espaços mentais (FAUCONNIER, 1994, 1997) e no processo de mesclagem conceptual (FAUCONNIER, 1997; FAUCONNIER & TURNER, 2002). Neste sentido, duas importantes generalizações teóricas são destacadas: a categorização radial como organização conceptual do conhecimento adquirido (ROSCH, 1975; LAKOFF, 1987) e a construção do significado por mesclagem conceptual (FAUCONNIER & TURNER, 2002).

Palavras-chave: Categoria radial. Mesclagem conceptual. Dêixis.

1. Introdução

A literatura sobre dêiticos abrange um considerável conjunto de pesquisas sobre pronomes pessoais, tanto no âmbito da análise do discurso, quanto em estudos vinculados à sociolinguística variacionista. Embora ambos os estudos tenham apresentado mapeamentos descritivos detalhados de pronomes pessoais em seus usos discursivos e sociais, o presente trabalho pretende preencher uma importante lacuna descritiva relacionada à caracterização da complexidade semântica desses pronomes. Mais especificamente, nossa proposta é focar a polissemia da expressão pronominalizada “a gente”, com o objetivo de demonstrar que o uso

dessa forma para a indicação de primeira pessoa do plural apresenta uma estrutura semântica bem mais complexa do que o significado “EU + VOCÊ(S)”, que normalmente lhe é atribuído.

Assim, à luz da linguística cognitiva, argumentamos que a estrutura polissêmica do dêitico “a gente” reflete uma categoria radial (LAKOFF, 1987; MARMARIDOU, 2000), e propomos uma explicação unificada para a estruturação dessa categoria, com base no modelo dos espaços mentais (FAUCONNIER, 1994, 1997) e no processo de mesclagem conceptual (FAUCONNIER & TURNER, 2002). No que diz respeito à análise, a pesquisa recrutou dados linguísticos reais, investigando, mais precisamente, a ocorrência da expressão pronominalizada “a gente” em discursos oficiais do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O presente trabalho está organizado em três seções principais. A seção 2 traz um apanhado teórico relacionado aos estudos cognitivistas sobre categorização (ROSCH, 1975, 1978) e projeções entre domínios (LAKOFF, 1987; FAUCONNIER, 1994, 1997). A terceira seção menciona os postulados cognitivistas a respeito do fenômeno da dêixis (MARMARIDOU, 2000). A seção 4 apresenta uma análise detalhada dos dados.

2. O processo de categorização e a projeção entre domínios

A linguística cognitiva se apresenta como uma abordagem da linguagem, compreendida como forma de construção do conhecimento sociocultural do homem no mundo. Com base nessa visão cognitivista, postula-se que a linguagem e suas estruturas não constituem entidades autônomas, mas, sim, manifestações de capacidades cognitivas gerais, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual. Ou seja, a linguagem é considerada uma parte da cognição que interage com outros sistemas cognitivos tais como percepção, atenção, memória, raciocínio etc.

Com relação ao processo de categorização conceptual, as pesquisas iniciadas por Eleanor Rosch (1975, 1978), no âmbito da psicologia linguística, propõem a noção de *categorias radiais* para justificar a existência de membros intermediários organizados em termos de uma *escala de prototipicidade* entre o núcleo prototípico e as fronteiras categoriais. Portanto, a organização categorial, segundo Rosch, deve abarcar desde

representantes mais centrais, com suficiente similaridade ao protótipo, até representantes mais periféricos, que constituem efeitos do protótipo e compartilham alguns traços com o núcleo da categoria.

Lakoff (1987), associando a noção de *frame* ao processo de categorização, argumenta que a mente humana é caracterizada e organizada por estruturas de conhecimento formadas pela exposição sociocultural do homem no mundo. De acordo com essa proposta, todo nosso conhecimento de mundo é armazenado em estruturas mentais permanentes denominadas modelos cognitivos idealizados. Tais estruturas também franqueiam a criação de categorias e o estabelecimento de relações/conexões entre elas. Por isso, são os modelos cognitivos idealizados os responsáveis por sustentarem operações que caracterizam o raciocínio humano.

Além disso, postula-se, à luz da linguística cognitiva, que modelos cognitivos idealizados, ao mesmo tempo em que são responsáveis pela categorização do conhecimento adquirido, apoiam espaços mentais que emergem a partir do acesso às suas informações. Essas estruturas transitórias são responsáveis pela projeção de informações, pinçadas dos domínios estáveis (modelos cognitivos idealizados), que funcionando como arquivos provisórios de organização do pensamento em linguagem. Dessa forma, o espaço que ancora o discurso na situação comunicativa imediata (falante, ouvinte(s), lugar e momento da interação) é chamado *Espaço Base*. É a partir dessa *base* que outros espaços são normalmente criados para alocar informações que extrapolam o contexto imediato. Isso acontece porque falamos de passado e de futuro, de lugares distantes, de hipóteses, de arte e de literatura e também de cenários que só existem em nossa imaginação.

3. Pesquisas cognitivistas sobre a dêixis

Os estudos em linguística cognitiva que propõem uma nova concepção dos fenômenos pragmáticos são fundamentais para que se chegue a uma compreensão mais detalhada da função dêitica de certas formas linguísticas não convencionais, ampliando, assim, a visão tradicional sobre o fenômeno, que estabelece limitações categóricas na avaliação dos termos considerados dêiticos.

Marmaridou, em *Pragmatic meaning and cognition* (2000), apoia-se na teoria dos protótipos (ROSCH, 1975) e no trabalho de Lakoff (1987) sobre semântica cognitiva com base na noção de modelo cogniti-

vo idealizado, para determinar que a categoria da dêixis deve acolher não só exemplos prototipicamente dêíticos, como também aqueles casos não tão óbvios, mas que carregam características peculiares do centro da categoria.

Marmaridou propõe que a dêixis seja conceptualizada em termos de um modelo cognitivo idealizado, estruturado com base na hipótese da espacialização da forma e responsável pelo estabelecimento do protótipo da categoria. Assim, tem-se um esquema imagético de CENTRO *versus* PERIFERIA, cuja característica fundamental é a noção de egocentricidade estabelecida a partir das relações de proximidade ou distância com o centro dêítico (“eu”). Tal representação inclui o ato linguístico de apontar uma entidade no espaço. A menção a uma expressão dêítica constrói um espaço mental em que o emissor e o receptor estão correpresentados como entidades no tempo e no espaço. Expressões linguísticas são pistas para a ativação de espaços mentais e para a definição do centro dêítico. A partir da noção de modelo cognitivo idealizado, surge o esquema de *proximidade X distância* que permeia a organização dos usos dêíticos numa escala de prototipicidade, que vai do centro da categoria até as radialidades mais periféricas.

Em síntese, o espaço mental evocado por uma expressão dêítica envolve a conceptualização do modelo cognitivo idealizado dêítico, que possui como entidades¹²-padrão os interlocutores, um lugar e um período de tempo.

Na análise dêítica de pronomes pessoais, Marmaridou não chega a oferecer uma explicação semântica completa sobre a maneira como tais efeitos são conceptualizados, isto é, não esclarece como o significado de cada uso é construído cognitivamente. A autora sugere uma descrição do fenômeno, sem, contudo, detalhar os mecanismos que explicam o processo de construção dos diferentes significados associados aos pronomes pessoais.

4. Análise dos usos da expressão “a gente”

O objeto de estudo do trabalho é a polissemia da expressão pronominalizada “a gente” em contextos nos quais o termo exerce a função

¹² Termo utilizado para identificar os elementos dêíticos constitutivos da cena comunicativa.

sintática de sujeito.

Os dados para a pesquisa foram selecionados a partir de transcrições de discursos oficiais do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, disponibilizados no *site* oficial da presidência da República, na seção Secretaria de Imprensa e Porta-Voz (<http://info.planalto.gov.br>) entre os anos de 2002 e 2010.

Visando a uma proposta de categorização da expressão “a gente”, desenvolveu-se um critério de organização radial que tem como núcleo prototípico a referência ao “FALANTE” e ao(s) “OUVINTE(S)” (uso inclusivo). Todos os outros sentidos se destinam a compor as *radialidades* da categoria que se afastam do centro à medida que ocorre a não identificação de uma das entidades-padrão relacionadas no núcleo.

4.1. Proposta de organização categorial para a expressão pronominalizada “a gente”

A semântica associada às construções gramaticais reflete nossa habilidade cognitiva de conceber eventos de maneiras diferentes; ou seja, a habilidade de projetar perspectivas diferentes a partir de uma mesma forma linguística. No caso da expressão dêitica “a gente”, a perspectivização proporciona a construção de diferentes matizes de significado, organizados numa categoria radial que inclui ocorrências prototípicas e não prototípicas.

Na esteira da proposta de Marmaridou (2000) para a categorização radial dos dêiticos em inglês, os resultados desta análise puderam ser organizados da forma apresentada na **Fig. 1**.

A **Fig. 1** representa a categoria radial formada pelos diferentes sentidos do dêitico “a gente”, partindo do centro da categoria que projeta os elementos relevantes do modelo cognitivo idealizado padrão da dêixis para a referência de 1ª pessoa do plural; as *radialidades* inserem usos que vão numa escala do mais ao menos prototípico. O núcleo da categoria guarda o sentido básico do fenômeno: palavra que indica um falante e seu(s) ouvinte(s), num espaço e tempo específicos. É, portanto, onde se encontra o uso inclusivo. Um exemplo pode ser a sentença usada numa fila de um banco onde alguém pode dizer para os demais participantes da fila: “*A gente já está aqui há duas horas*”. Os demais usos mantêm um grau de similaridade maior ou menor com o centro da categoria. É o que ocorre com o uso genérico que, apesar de manter a referência ao falante e

ao(s) ouvinte(s), amplia sua inclusão para indivíduos que não necessariamente estão presentes na interação. Um exemplo seria a sentença “*A gente sabe que ser professor exige muita dedicação*”.

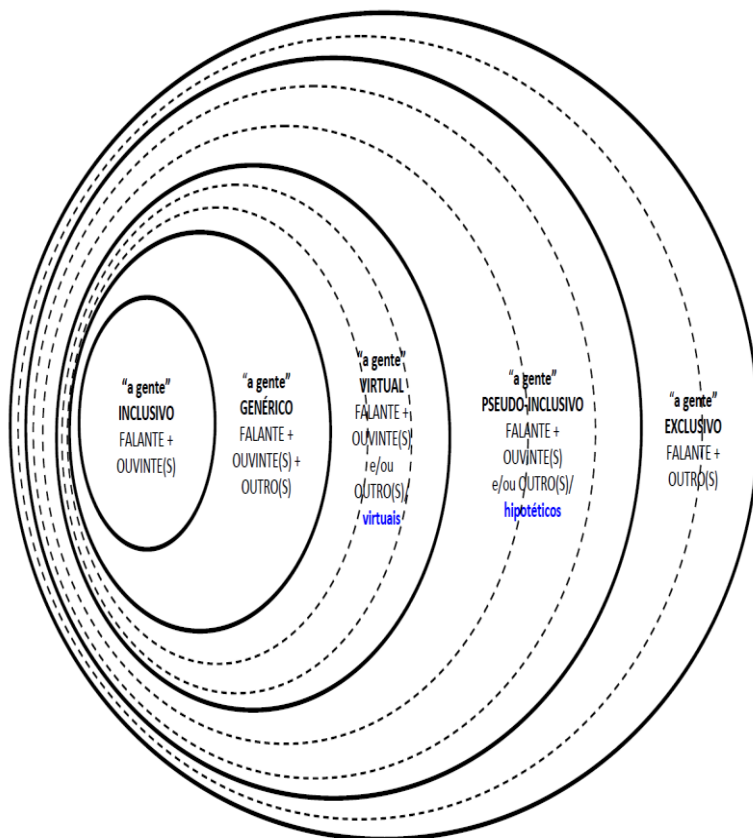


Fig. 1 –
Representação referente à categoria radial da expressão pronominalizada “a gente”

Outras ocorrências de “a gente” indicam usos que contam com apenas parte das características do núcleo da categoria. Nesses usos, o que se verifica é que alguns elementos não são projetados diretamente do modelo cognitivo idealizado padrão da dêixis, mas acionam modelos cognitivos idealizados distintos que irão contribuir para a interpretação dos termos dêicticos. Dentre os usos menos prototípicos, destaca-se o uso

virtual em que o papel dos interlocutores deve ser projetado de um espaço mental alternativo, visto que o modelo cognitivo idealizado padrão da dêixis não comporta a indicação. É o que se percebe no conselho dado pelo pai ao filho em “*Durante todo o ano a gente estuda bastante para entrar de férias mais cedo*”. Tem-se, portanto, um uso que permite aos interlocutores assumir papéis ancorados em espaços mentais que ultrapassam os limites contextuais do evento de fala.

O uso pseudoinclusivo afasta-se ainda mais do núcleo da categoria, promovendo uma inclusão simulada de um ou mais elementos constituintes da referência dêitica de pessoa “a gente”. A pseudoinclusão de ouvinte(s), de outros ou até do próprio falante caracteriza um uso que prescinde de algumas informações básicas pertencentes ao centro dêitico da categoria. Pode-se ter uma sentença como “*Agora a gente vai apresentar os gráficos que comprovam a teoria*” proferida por alguém que é o único responsável pela apresentação dos dados. Assim, por indicar os interlocutores, mesmo que hipoteticamente, esse uso se posiciona numa *radialidade* anterior ao uso exclusivo, que, por sua vez, negligencia completamente uma das características principais do centro da categoria: a referência ao ouvinte. Ou seja, a exclusão do ouvinte na dêixis de pessoa configura um uso periférico, mas que ainda pode permanecer membro da categoria por manter o sentido plural envolvendo ainda um elemento do núcleo (no caso, o falante). Poderíamos citar como exemplo a sentença “*A gente lutou para garantir os direitos dos trabalhadores brasileiros*” dita por alguém que tenha participado de manifestações sindicais no país.

4.2. Mesclagem conceptual na construção dos sentidos da expressão pronominalizada “a gente”

A expressão pronominalizada “a gente”, por si só, já evidencia um processo cognitivo resultante de integração conceptual por compressão de unicidade (FAUCONNIER & TURNER, 2002), ou seja, na representação da mescla para a 1ª pessoa “a gente”, estão comprimidos os sentidos referentes à indicação de falante, de ouvinte(s) e, em alguns usos menos prototípicos, de outro(s) indivíduo(s) ausente(s) na cena comunicativa. Então, pode-se considerar que a expressão “a gente” configura um elemento dêitico formado pela mesclagem de outros elementos dêiticos cujas referências apontam para 1ª, 2ª e, eventualmente, 3ª pessoa.

Os resultados da presente pesquisa demonstram que, muitas ve-

zes, a interpretação do uso da expressão “a gente” requer também o acionamento de *frames* alternativos, que contribuem para a construção dos diferentes significados do dêitico. Esse fenômeno resulta do fato de que se trata de um discurso oficial ancorado também em um modelo cognitivo idealizado institucional (discurso presidencial), que inclui os papéis de presidente, cidadãos brasileiros etc. Para a composição dos diferentes sentidos ativados por “a gente”, exige-se, nesses casos, a projeção de elementos distintos vindos de modelos cognitivos idealizados variados.

Assim, todos os usos do dêitico “a gente” a serem descritos envolvem processos de mesclagem conceptual, em que se estabelecem correspondências entre espaços alternativos e o modelo cognitivo idealizado prototípico da dêixis.

A seguir, será identificado cada um dos sentidos da expressão pronominalizada “a gente” no *corpus* analisado, detalhando-se o processo de mesclagem ativado em cada caso.

4.2.1. Uso inclusivo

Primeiro, eu queria que todos vocês ficassem de pé para que a gente pudesse prestar uma homenagem às vítimas das enchentes no Rio de Janeiro. (Discurso na cerimônia de premiação da 5ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), Rio de Janeiro-RJ, 06 de abril de 2010).

A interpretação semântica para o uso inclusivo, ilustrado na **Fig. 2**, aciona um espaço alternativo (modelo cognitivo idealizado de discurso oficial) no qual as informações sobre presidente (Lula), plateia (alunos, professores e políticos), tempo (06/04/2010) e lugar (Rio de Janeiro) estão arquivadas. Entre os modelos cognitivos idealizados, surge uma construção abstrata chamada esquema genérico, responsável por reunir as informações sobre indivíduo 1, indivíduo 2, tempo e espaço compartilhados pelos espaços de partida (*inputs* 1 e 2). O modelo cognitivo idealizado padrão da dêixis sustenta toda a operação cognitiva, à medida que estabelece correspondência com o modelo cognitivo idealizado de discurso oficial e possibilita projeção das entidades dêíticas de pessoa (falante e ouvinte) no espaço mental destinado à compreensão desse uso. Assim, a interpretação do sentido de “a gente” inclusivo caracteriza-se pela projeção e fusão, no espaço mescla, das contrapartes referentes às 1ª e 2ª pessoas nos modelos cognitivos idealizados conceptualizados.

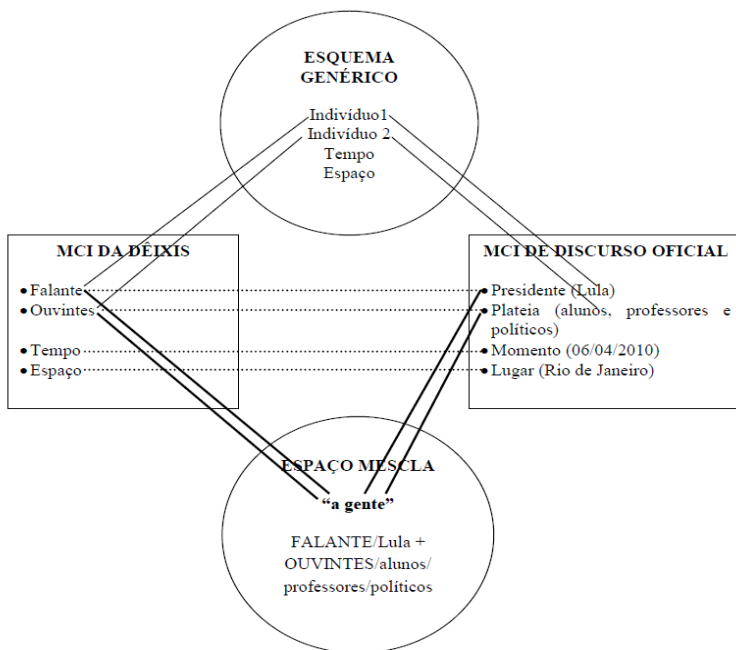


Fig. 2 – Representação referente ao uso inclusivo no exemplo (1).

Há, como elementos projetados na mesclagem, as representações de “falante”/“presidente” (Lula) e de “ouvintes”/“plateia” (alunos, professores e políticos). Logo, a integração conceptual revela uma ocorrência prototípica do dêitico cuja descrição semântica aponta para “FALANTE/Lula + OUVINTES/alunos/professores/políticos”.

Embora resultando de dois modelos cognitivos idealizados, os usos aqui podem ser caracterizados como prototípicos, já que falante e ouvinte(s) (e os elementos “presidente” e “plateia”, que lhes correspondem diretamente) são projetados normalmente no espaço mescla, e não há projeção de terceiros nesse espaço. Todos os casos a serem discutidos a seguir fogem, em alguma medida, a esse padrão.

4.2.2. *Uso genérico*

Quando a gente está nadando... quando a gente entra na água e a gente começa a nadar, quando a gente começa a cansar, a gente, em vez de ir até o final, a gente tenta voltar – apavorado, muitas vezes – sem se dar conta de

que a volta é mais difícil do que a ida. (Discurso na cerimônia de encerramento da 1ª Conferência Nacional de Educação, Centro de Convenções Ulysses Guimarães – Brasília-DF, 1º de abril de 2010).

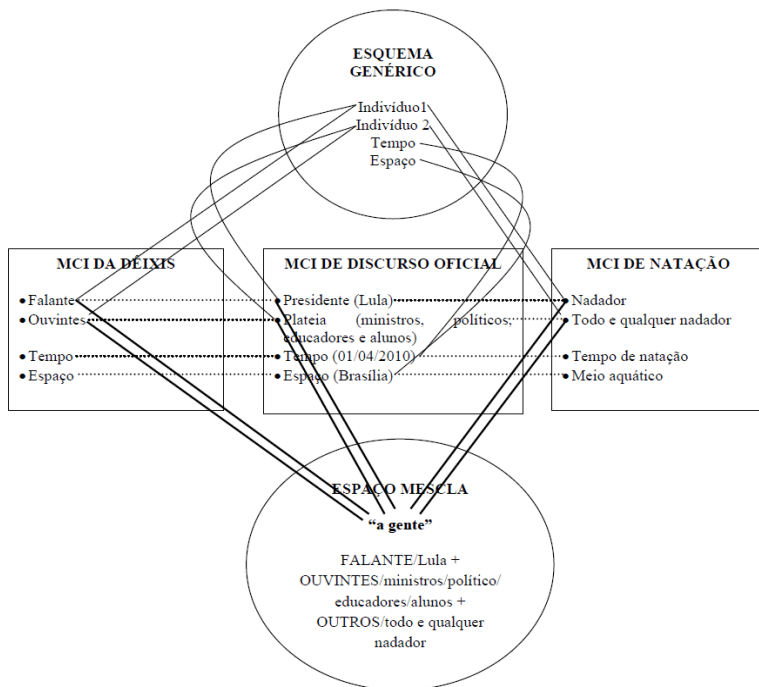


Fig. 3 – Representação referente ao uso genérico no exemplo (2).

A indicação dêitica do “a gente” na **Fig. 3** afasta-se do centro da categoria, na medida em que, além de indicar o falante e os membros da plateia presentes ao discurso em Brasília, aponta para qualquer outra pessoa que, porventura, tenha passado pela situação de “entrar na água, nadar, cansar, tentar voltar, apavorar-se e perceber a dificuldade desse ato”.

A integração conceptual no diagrama acima apresenta o pronome “a gente” como indicador dêitico de um falante dentro de um grupo com o qual interage. Para a interpretação deste uso menos prototípico, um modelo cognitivo idealizado dêitico é ativado, estabelecendo correspondências com outros modelos cognitivos idealizados análogos: o modelo cognitivo idealizado de discurso oficial e o modelo cognitivo idealizado de natação.

Das correspondências entre os modelos cognitivos idealizados,

um esquema genérico é criado para sustentar a afinidade entre os *inputs* acionados. Como resultado da inter-relação entre os modelos cognitivos idealizados, surge um espaço que reúne informações mescladas dos chamados espaços de partida (*inputs* 1, 2 e 3). Os papéis de “falante”, “presidente” e “nadador”, de um lado, e de “ouvinte”, “plateia” e “nadadores em geral”, de outro, descritos nos *inputs* 1, 2 e 3, são comprimidos na representação de 1ª pessoa do plural “A GENTE”, cuja descrição semântica, nesse caso, é “FALANTE/Lula + OUVINTES/ministros/políticos/educadores/alunos + OUTROS/todo e qualquer nadador”.

4.2.3. *Uso virtual*

(...) *tem um ponto que nos une? É esse ponto que vai nos fazer ir para a rua juntos, é esse ponto que vai fazer a gente ir para ao Congresso Nacional, é esse ponto que vai fazer o presidente da República nos atender.* (Discurso durante encontro com representantes das Centrais Sindicais da 4ª Marcha da Classe Trabalhadora – Palácio do Planalto, 05 de dezembro de 2007).

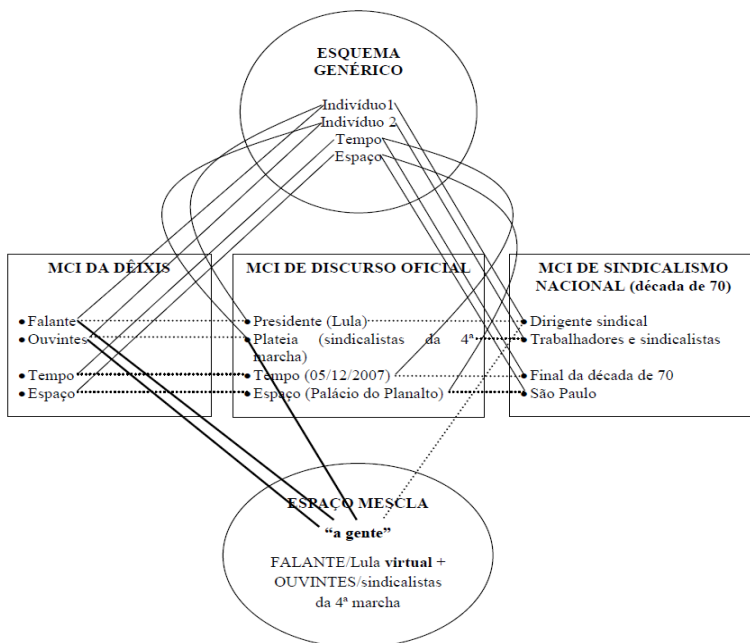


Fig. 4 – Representação referente ao uso virtual no exemplo (3).

O diagrama 4 indica que os espaços de partida – *input* 1 (modelo

cognitivo idealizado da dêixis), *input* 2 (modelo cognitivo idealizado de discurso oficial) e *input* 3 (modelo cognitivo idealizado de sindicalismo nacional) – têm suas contrapartes associadas, representadas e compartilhadas num esquema genérico. A expressão dêitica “a gente” envolve a projeção no espaço mescla de “falante” e “ouvintes” vindos do modelo cognitivo idealizado da dêixis, “plateia” (sindicalistas da 4ª marcha) decorrente do modelo cognitivo idealizado de discurso oficial e “dirigente sindical” projetado a partir do modelo cognitivo idealizado de sindicalismo nacional no passado. O papel de “presidente”, por sua vez, não é projetado no espaço mescla, o que explica o caráter menos prototípico do dêitico. Neste caso, a 1ª pessoa projetada é uma mescla entre o falante atual (Lula) e sua contraparte como sindicalista no passado. Tanto sua experiência pessoal quanto o conhecimento cultural dos participantes na cena comunicativa contribuem para que a estrutura linguística possa significar muito mais do que indica convencionalmente. Este uso não prototípico possibilita a polissemia da expressão “a gente”, autorizando a interpretação da descrição semântica “FALANTE/Lula *virtual* + OUVINTES/sindicalistas da 4ª marcha” que emerge a partir da operação de mesclagem conceptual.

4.2.4. *Uso pseudoinclusivo*

Agora, fazer esgoto, que vai embaixo da terra; fazer tratamento de saneamento básico nos lugares mais pobres deste país; colocar guia em sarjeta... Porque a classe rica não sabe o valor de um metro de asfalto. A gente já nasce no asfalto, então... Agora, vá na terra do pobre, que o cara costuma carregar um quilo de barro embaixo do pé para ir trabalhar, quando chove, e faça um asfaltozinho, mesmo que seja uma “piçarrinha”, para ver como ele vai ganhar o reino da alegria. (Discurso na cerimônia de anúncio de novos projetos financiados pelo FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – (PAC Habitação), Brasília, 10 de novembro de 2009).

A mesclagem apresentada na ilustração 5 aciona três espaços de partida: modelo cognitivo idealizado da dêixis, modelo cognitivo idealizado de discurso oficial e modelo cognitivo idealizado de classe social. Tais domínios colaboram para a construção de um sentido novo para a indicação dêitica desse tipo de “a gente” pseudoinclusivo, já que sustentam projeções de elementos distintos no espaço da mesclagem. Entre os modelos cognitivos idealizados surgem informações que são emparelhadas e compartilhadas num esquema genérico. No modelo cognitivo idealizado da dêixis, as representações de “falante” e “ouvinte” são selecionadas e projetadas no espaço mescla, sendo a primeira uma projeção vir-

tual. O modelo cognitivo idealizado de discurso oficial contribui com a indicação de “presidente” (como uma representação virtual) e “plateia” (composta por cidadãos privilegiados); a 3ª pessoa provém da referência a “cidadãos privilegiados” do modelo cognitivo idealizado de classe social (referente à década em que o falante/Lula nasceu). A conceptualização do uso pseudoinclusivo se dá a partir da integração, no espaço mescla, dos elementos provindos dos *inputs* 1, 2 e 3. Na interpretação semântica do diagrama 5, observa-se a descrição “FALANTE/Lula *hipotético* + OUVINTES/cidadãos privilegiados + OUTROS/cidadãos privilegiados”. Este tipo de “a gente” caracteriza a penúltima *radialidade* da categoria, pois estabelece referência apenas hipotética ao falante.

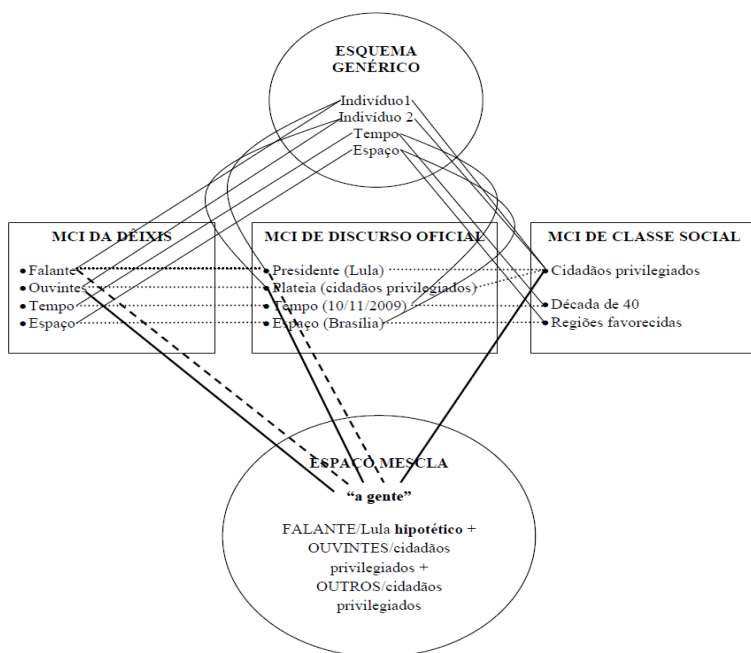


Fig. 5 – Representação referente ao uso pseudoinclusivo no exemplo (4)

4.2.5. *Uso exclusivo*

Então, eu agradeço a Deus, todos os dias, o dia em que a minha mãe pegou um pau de arara – no dia 13 de dezembro de 1952 – e colocou oito filhos dentro, e veio comendo farinha, rapadura e água suja do rio São Francisco, para a gente chegar aqui em São Paulo. (Registro histórico do discurso em Guarua

lhos, Guarulhos-SP, 04 de setembro de 2010).

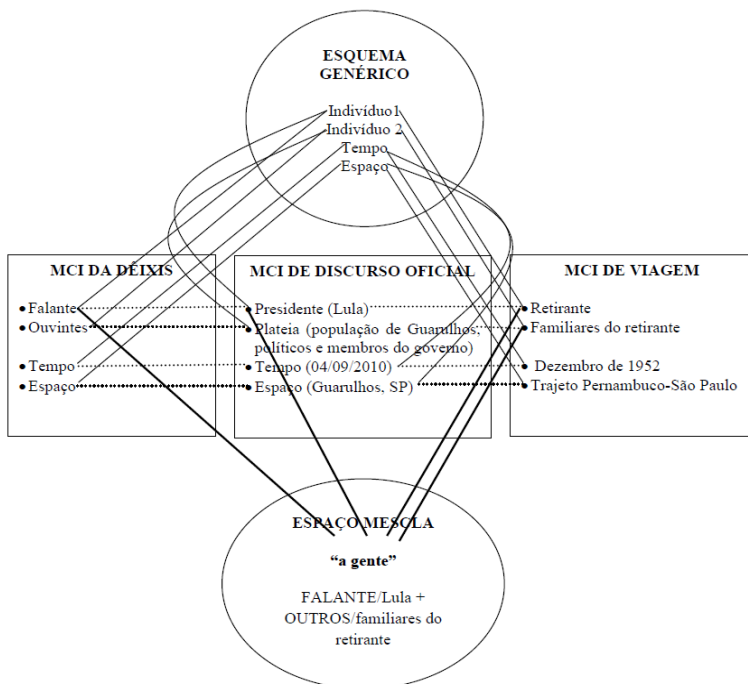


Fig. 6 – Representação referente ao uso exclusivo no exemplo (5)

O diagrama 6 apresenta a mesclagem a partir de três modelos cognitivos idealizados distintos: modelo cognitivo idealizado padrão da dêixis, modelo cognitivo idealizado de discurso oficial e modelo cognitivo idealizado de viagem. No espaço mescla, as informações de “falante”, “presidente” e “retirante” vindas, respectivamente, dos modelos cognitivos idealizados da dêixis, de discurso oficial e de viagem são projetadas. Os papéis de “presidente” e “retirante” são emparelhados e, juntamente com a indicação de familiares, são comprimidos na representação de 1ª pessoa do plural (“A GENTE”) na mesclagem. Esse uso exclusivo, por prescindir da referência ao(s) ouvinte(s), encontra-se numa *radialidade* mais afastada do centro da categoria de “a gente”. A descrição semântica para esse exemplo é “FALANTE/Lula + OUTROS/familiars do retirante”.

5. Conclusão

Verificou-se, nesta pesquisa, que as teorias linguísticas tradicionais não chegam a explicar usos dêiticos de formas pronominais consideradas não dêiticas. Para investigar essas questões, adotamos o referencial teórico da linguística cognitiva, que oferece possibilidade para a investigação de processos mentais que franqueiam a interpretação da polissemia de fenômenos pragmáticos, como a dêixis.

O processo de interpretação de um dêitico se inicia pelo entendimento usual que temos dele: a expressão “a gente” indica um grupo do qual o falante faz parte. Esse sentido está ancorado no modelo cognitivo idealizado padrão da dêixis responsável por reunir as informações prototípicas a respeito da dêixis – termo que indica um falante e os interlocutores num tempo e espaço específicos.

Quando a comunicação indica participantes externos à interação, faz-se necessário o acesso a outro domínio cognitivo (*input 2*), que fornece informações atualizadas sobre os interlocutores, o lugar e o tempo relativos ao contexto em foco. Entre os domínios de partida, informações são projetadas como contrapartes, fundamentando todo o processo. O significado novo decorre dos elementos vindos dos *inputs* e projetados no espaço mescla. Portanto, a análise semântica dos dados mostrou ser a interpretação polissêmica dos dêiticos dependente de um processo de mesclagem entre domínios conceptuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAUCONNIER, G. *Mental spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____; TURNER, M. *The way we think*. New York: Basic Books, 2002.

FERRARI, L. Linguística cognitiva: fundamentos teóricos de pesquisas recentes e aplicações interdisciplinares. In: FERRARI, L. (Org.). *Espaços mentais e construções gramaticais: do uso linguístico à tecnologia*. Rio de Janeiro: Imprinta, 2009b, p. 13-26.

_____. A construção do sentido. In: MOLLICA, M. C. (Org.). *Linguagem: para a formação em letras, educação e fonoaudiologia*. São Paulo:

Contexto, 2009c, p. 66-71.

_____. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____; FONTES, V. F. M. Dêixis e mesclagem: a expressão pronominalizada “a gente” como categoria radial. *Revista Linguística* (Revista do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ). Rio de Janeiro: Imprinta, vol. 6, n. 2, 2010, p. 44-63.

FONTES, V. F. M. *O uso dêitico da expressão pronominalizada “a gente”*. 2008. Trabalho final do curso Tópicos Especiais I. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Faculdade de Letras/UFRJ, Rio de Janeiro.

_____. *O caráter perspectivizador da gramática no uso dêitico da expressão pronominalizada “a gente”*. Rio de Janeiro: Trabalho final do curso Introdução à Linguística Cognitiva. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Faculdade de Letras. UFRJ, 2009.

_____. *Dêixis e mesclagem: a expressão pronominalizada “a gente” como categoria radial*. 2011. Dissertação (de Mestrado em Linguística). – Faculdade de Letras/UFRJ, Rio de Janeiro.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

MARMARIDOU, S. On Deixis. In: *Pragmatic meaning and cognition*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000.

ROSCH, E. Principles of categorization. In: ROSCH, E.; LLOYD, B. (Eds.). *Cognition and Categorization*. Hillsdale, NJ; NY: Lawrence Erlbaum, 1978, p. 27-48.

_____; MERVIS, C. Family resemblances; studies in the internal structure of categories. *Cognitive Psychology*, n. 7, p. 573-605, 1975.

**EVOLUÇÕES FONÉTICO-FONOLÓGICAS
DAS VOGAIS PORTUGUESAS¹³**

Eliane da Rosa (UFRGS)
elianedr19@gmail.com

RESUMO

Como as línguas são sistemas complexos e dinâmicos, estas acabam sofrendo variações e mudanças com o passar dos tempos. O sistema fonético e fonológico de uma língua, por exemplo, pode sofrer diversas modificações ao longo dos séculos porque seus falantes precisam adaptar, modificar os sons conforme suas necessidades comunicativas ou em virtude de contatos linguísticos com a língua de outros povos. Apesar de sofrerem variações ou mudanças, os sons de uma língua continuam mantendo um sistema organizado e oferecendo aos seus falantes os recursos necessários para a circulação dos significados (FARACO, 2005). As mudanças não são rápidas e nem abruptas, elas são lentas e graduais, e, por isso não causam nenhum prejuízo à estrutura da língua. Diante disso, o presente estudo busca descrever e explicar a trajetória evolutiva do sistema fonético-fonológico da língua portuguesa desde a sua origem até os dias atuais.

Palavras-chave: Fonologia. Fonética. Vogais portuguesas. Evolução.

1. O percurso evolutivo das vogais portuguesas

De acordo com os estudiosos da língua portuguesa, o sistema vocálico do latim era composto por um sistema triangular de 05 vogais, no qual havia uma vogal central baixa /a/; duas vogais anteriores: uma média /e/ e outra alta /i/; e duas vogais posteriores arredondadas: uma média /o/ e outra alta /u/ (CÂMARA, 1975; CARDEIRA, 2006; CASTRO, 1991; NUNES, 1975; PEREIRA, 1935).

Conforme a quantidade, ou duração vocálica, as vogais podiam ser longas ou breves, perfazendo, assim, um total de 10 fonemas. As vogais longas recebiam o sinal diacrítico macron (¯) e as vogais breves recebiam o sinal bráquia (ˇ). Nesse sentido, o sistema vocálico do latim clássico pode ser representado da seguinte forma:

¹³ Este artigo é uma adaptação da dissertação de mestrado *As vogais médias átonas finais no português brasileiro do século XIX: um estudo baseado em fontes de evidência direta e indireta* (ROSA, 2015).

(1) *Sistema vocálico do latim clássico*

/ī/	/ū/
/i/	/ü/
/ē/	/ō/
/ë/	/ö/
	/ā/
	/ã/

No sistema vocálico latino, a quantidade tinha uma função distintiva (CARDEIRA, 2006), ou seja, servia para distinguir palavras da mesma classe ou de diferentes classes (*mālum* = maçã / *mālum* = mau), e para distinguir as diferentes funções gramaticais de uma palavra (*fructūs* → nominativo; *fructūs* → genitivo), por exemplo. No entanto, em meados do século III (VASCONCELLOS, 1911; NUNES, 1975; CASTRO, 1991; CARDEIRA, 2006), com a evolução do latim clássico para o latim vulgar, o sistema vocálico acabou perdendo a distinção de quantidade, ou duração vocálica, passando a distinguir apenas a oposição de timbre, isto é, de abertura vocálica.

Embora não haja unanimidade de opiniões a esse respeito, o acento latino era provavelmente, no início, um acento melódico, baseado na diferença de altura entre a vogal acentuada (mais aguda) e as vogais não acentuadas (mais graves). Uma e outras podiam ser longas ou breves... Mas este acento melódico, baseado na frequência, cedeu lugar a um acento baseado na energia expiratória, ou seja, um acento de intensidade (CASTRO, 1991, p. 116).

De acordo com Câmara Jr (1975), a eliminação da quantidade e a consequente intensificação do acento estabeleceram três quadros diversos para as vogais: *tônicas*, *pretônicas* e *átônicas finais*. O sistema de dez fonemas reduziu-se, então, para sete na posição tônica (CÂMARA JR, 1975; TEYSSIER, 2014), como demonstra (3):

(2) *Transformações das vogais tônicas do latim clássico para o latim vulgar*¹⁴

<u>Latim Clássico</u>		<u>Latim Vulgar</u>
ī	>	i
ī, ē	>	e
ë	>	e
ā, ā	>	a
ō	>	o
ō, ū	>	o
ū	>	u

¹⁴ Os símbolos /e/, /o/, /e/, /o/ correspondem às vogais /e/, /o/, /ɛ/ e /ɔ/, respectivamente, na representação do *International Phonetic Association* (IPA) (FONTE, 2010).

Em decorrência dessa mudança, as vogais longas passaram a apresentar um timbre fechado, enquanto as breves passaram a ter um timbre mais aberto (CARDEIRA, 2006). Em outras palavras, as vogais tônicas passaram a ser longas e tensas e as átonas, breves, e as distinções entre palavras deixaram de existir. Conforme Nunes (1975, p. 41), essa redução do quadro vocálico foi mais longe atingindo as vogais que:

[...] não eram tônicas, pois no interior da palavra os *e* e *o*, quer abertos, quer fechados, passaram a mudos e no fim os *i* e *u* longos tiveram a mesma sorte, isto é, as sete vogais do latim vulgar reduziram-se a cinco, quando átonas-internas, e a três, quando átonas-finais.

No que diz respeito às vogais átonas finais, estas, com o passar do tempo, acabaram sofrendo supressões: o <*e*> foi elidido depois de consoante suscetível de formar sílaba com a vogal antecedente: *sole* > *sol*, *cantare* > *cantar* (VASCONCELLOS, 1911).

Desde a sua implantação em solo ibérico, o latim vulgar passou por inúmeras transformações que culminaram na formação do romance. Este, no decurso do tempo, devido aos contatos linguísticos com os dialetos de outros povos, acabou sofrendo transformações que resultaram na formação do galego-português. Para Teyssier (2014, p. 15),

É durante o período que se segue à invasão muçulmana (711) que vão aparecer outras inovações específicas de que resultará o isolamento dos falares do Noroeste da Península, não apenas dos seus vizinhos do Leste, leonês e castelhano, mas também dos dialetos moçárabes que se desenvolvem no Sul. Surgirá, assim, nos séculos IX a XII, o galego-português, cujos primeiros textos escritos aparecerão somente no século XIII.

No galego-português, o quadro do sistema vocálico permaneceu semelhante ao do latim vulgar em posição tônica (TEYSSIER, 2014). Desse modo, o quadro de evolução do sistema vocálico do latim vulgar para o do galego-português pode ser representado da seguinte forma:

(3) *Transformações das vogais tônicas do latim vulgar para o galego-português*

<u>Latim Vulgar</u>		<u>Galego-português</u>
i	>	i
u	>	u
e	>	e
o	>	o
ē	>	e
ō	>	o
a	>	a

Em posição pretônica e postônica não final, as oposições entre /e/ e /ē/ e entre /o/ e /ō/ desapareceram, reduzindo-se o quadro de sete para

cinco vogais (TEYSSIER, 2014), segundo o esquema abaixo:

(4) *Sistema vocálico pretônico e postônico não final em galego-português:*

/i/ /u/
/e/ /o/
/a/

Em posição átona final, Teyssier (2014) afirma que o quadro vocálico fora reduzido para quatro fonemas, como mostra o esquema abaixo:

(5) *Sistema vocálico átono final em galego-português*

(i)
/e/ /o/
/a/

Para o autor (*op. cit.*), a prova da existência de um fonema /i/ átono final reside no fato de ser possível encontrar, em textos galego-portugueses mais antigos, formas sendo grafadas com <i> em posição de final de palavra. Segundo este estudioso, a grafia de <i>:

Encontra-se nos imperativos do tipo *vendi, parti*; nas primeiras pessoas do singular dos perfeitos fortes; ex.: *estivi, pudi*; nas segundas pessoas do singular de todos os perfeitos; ex.: *cantasti, partisti*; e em certas palavras como *longi, viinti, eiri* (“ontem”). Mas, no início do século XIV, todas essas formas apresentam um -e final: *vende, parte, estive, pude, cantaste, partiste*. O sistema reduz-se, então, aos três fonemas representados pelas letras -e, -a, -o (TEYSSIER, 2014, p. 30).

Quanto ao fonema /u/, Teyssier (2014, p. 30-31) ressalta que há duas hipóteses sobre sua existência: a primeira sugere que a grafia em <u> pode ser um indício da pronúncia [u] nos átonos finais que atualmente escrevemos com <o>; e a segunda diz que a grafia com <u> não passa de latinismos ou de uma maneira de representar um timbre muito fechado de <o> em posição de final de palavra.

Maia (1986, p. 523) entende que:

Desde muito cedo, /i/ e /e/ finais se fundiram num único fonema [...] desde o século XIII algumas palavras que terminavam em *i* proveniente de /i/ passam a ocorrer também com *e*. O fonema resultante dessa fusão dos dois fonemas admitiria diferentes realizações fonéticas, ora [e], ora [i], ora timbres intermediários.

Com relação a vogal /o/, a autora (*op. cit.*) relata que havia uma variação na pronúncia da vogal média posterior átona final, isto é, a vo-

gal /o/ poderia ser realizada tanto como [u] quanto como [o] no galego-português. Com base nos testemunhos de Teyssier e Maia, percebe-se que as vogais médias átonas finais davam sinais de estar sofrendo um processo de elevação no galego-português.

Após tornar-se um reino independente em meados do século XII e com a conseqüente separação da região da Galícia, Portugal começou aos poucos expandir seus domínios em direção ao Sul da Península Ibérica. Como resultado disso, o português foi gradativamente se distanciando do galego e se misturando cada vez mais aos dialetos moçárabes do Sul. Como era de se esperar, novas transformações linguísticas ocorreram com o galego-português a ponto de culminar na formação de uma nova língua: o português. Neste, o sistema vocálico, em posição tônica, permaneceu com o mesmo quadro das sete vogais do galego-português (CASTRO, 1991; SILVA NETO, 1992), conforme ilustra o esquema abaixo:

(6) *Transformações das Vogais Tônicas do Galego-português para o Português:*

<u>Galego-português</u>		<u>Português</u>
i	>	i
u	>	u
e	>	e
o	>	o
ɛ	>	ɛ
ɔ	>	ɔ
a	>	a

Teyssier (2014) considera que nesta época o sistema era composto por oito fonemas, incluindo o fonema /ä/ em posição tônica. Diferentemente de Teyssier, Castro (1991) e Silva Neto 1992 consideraram a vogal [a] como um alofone do fonema /a/. Isto demonstra que não há um consenso entre os estudiosos quanto ao número de fonemas em posição tônica nesta época. Enquanto que, em relação à posição pretônica, Castro (1991) e Teyssier (2014) concordam que o sistema era composto por oito fonemas, como mostra (8):

(7) *Sistema Vocálico Pretônico em Português:*

/i/		/u/
/e/		/o/
	/ä/	
/ɛ/		/ɔ/
	/a/	

Quanto à posição átona final, as divergências surgem novamente

entre os estudiosos, conforme se verifica no **Quadro 1**:

Sistema Vocálico Átono Final (TEYSSIER, 2014)	Sistema Vocálico Átono Final (CASTRO, 1991; SILVA NETO, 1992)	Sistema Vocálico Átono Final ¹⁵ (MATTOS E SILVA, 2013)
[ɛ]	[i]	[e] / [e] ~ [i]
[o]	[u]	[o] / [o] ~ [u]
[ä]	[a]	[a]

Quadro 1.

Comparação do sistema vocálico átono final do PE antigo segundo alguns autores

Levando em consideração os dados do **Quadro 1**, percebe-se que as vogais átonas finais se encontravam em um estágio de variação no português arcaico, podendo ser realizadas como vogais médias ou como vogais altas.

De acordo com Silva Neto (1992, p. 483), há poucas evidências no que se refere ao fenômeno de elevação das vogais médias átonas finais no português quinhentista. Com relação à realização da vogal /o/ > [u], o autor cita que existem três provas da atuação deste fenômeno: a primeira seria o testemunho de gramáticos; a segunda seria a existência de grafias fonéticas do tipo *sapatu* (por *sapato*); e a terceira seria a dos falares ultramarinos, cuja base é o português do século XVI, apresentarem a realização de /o/ > [u]. No que diz respeito à realização da vogal /e/ > [i], Silva Neto (1992, p. 483) menciona que [i] é a pronúncia que se encontra nas regiões dos Açores, em territórios ultramarinos, no Sul, (Algarve e Alentejo) e no Norte (Entre-Douro-e-Minho) das terras lusitanas. “Essa distribuição geográfica atual leva-nos a crer que outrora a pronúncia de -e final era -i em todo ou quase todo o território de Portugal” (SILVA NETO, 1992, p. 483).

Com relação ao sistema vocálico do português brasileiro atual, Câmara Jr (2013) afirma que, em posição tônica, o quadro vocálico conservou as mesmas características do sistema de sete vogais trazidos pelos colonizadores portugueses do século XVI, conforme demonstra o esquema abaixo:

¹⁵ As vogais médias átonas finais oscilavam entre [e] / [e] ~ [i], e [o] / [o] ~ [u], mas nunca chegavam a um alteamento completo (MATTOS E SILVA, 2013, p. 57-58).

(8) *Sistema Vocálico Tônico no Português Brasileiro:*

/i/ /u/
/e/ /o/
/ɛ/ /ɔ/
/a/

No que se refere às posições átonas, Câmara Jr (2010) ressalta que o sistema das sete vogais tônicas /i, u, e, o, ɛ, ɔ, a/ fica reduzido por um processo de neutralização, no qual há a perda ou a supressão dos traços que distingue entre si dois fonemas (TRUBETZKOY, 1971)¹⁶. Assim, em decorrência desse processo, surgem quadros de cinco vogais em posição pretônica, de quatro em posição postônica não final, e de três em posição átona final.

Na posição pretônica, há a perda dos traços que distinguem /e/ de /ɛ/ (*m[ɛ]l* > *m[e]lado*) e /o/ de /ɔ/ (*b[ɔ]la* > *b[o]lada*), resultando, desse modo, num quadro de cinco vogais, conforme ilustra (9):

(9) *Sistema Vocálico Pretônico no Português Brasileiro:*

/i/ /u/
/e/ /o/
/a/

Na posição postônica não final, /o/ e /u/ perdem os traços que os distinguem entre si (*pér[o]la* > *pér[u]la*) de modo a reduzir o quadro para quatro vogais, segundo apresenta (10):

(10) *Sistema Vocálico Postônico no Português Brasileiro*

/i/ /u/
/e/ /a/
/a/

Enquanto na posição átona final, o sistema fica reduzido a três vogais em virtude da perda dos traços que distinguem entre si os fonemas /e/ e /ɛ/ (*leit[e]* > *leit[i]*), e os fonemas /o/ e /u/ (*corv[o]* > *corv[u]*) como se observa em (11):

¹⁶ Segundo Trubetzkoj (1971, p. 78-79), a neutralização ocorre quando: "[...] the specific marks of an opposition member lose their distinctive force. Only those features which are common to both opposition members, that is, which serve as the basis for comparison for the respective opposition, remain relevant. One member of the opposition thus become the representative of the "archiphoneme" of the respective opposition in the position of neutralization".

(11) Sistema Vocálico Átono no Português Brasileiro

/i/ /u/
/a/

Essa gradual elevação da vogal média (/e/ > /e/ > /i/; /o/ > /o/ > /u/) ocorre em razão do grau de enfraquecimento da sílaba: as pretônicas são menos fortes do que as tônicas, enquanto as átonas postônicas são as mais fracas. Assim, em consequência disso, o quadro pretônico fica reduzido a cinco vogais, enquanto o quadro átono final fica com um sistema de três vogais. Como os valores forte/fraco provêm da atribuição do acento primário, o processo tem por domínio a palavra prosódica (BISOL, 2003). De acordo com Câmara Jr (2010, p. 28), é a posição tônica que nos dá em sua nitidez e plenitude os traços distintivos vocálicos, ao passo que as posições átonas favorecem o que se chama na teoria fonêmica de neutralização.

No que se refere à diferença de vocalismo entre o português brasileiro e o europeu, Câmara Jr (2010) menciona que é nas posições átonas que se evidencia tal diferença. Nos quadros a seguir, é possível verificar as diferenças encontradas entre o sistema vocálico átono do português europeu e o do brasileiro nos dias atuais:

SISTEMA VOCÁLICO PRETÔNICO	
PE	PB
mirar > m[i]rar	mirar > m[i]rar
morar > m[u]rar	morar > m[o]rar
murar > m[u]rar	murar > m[u]rar
pagar > p[e]gar	pagar > p[a]gar
pegar > p[i]gar	pegar > p[e]gar

Quadro 2. Diferença entre o sistema pretônico do PE e do PB (MATEUS; D'ANDRADE, 2003)

SISTEMA VOCÁLICO POSTÔNICO NÃO FINAL	
PE	PB
dúvida > dúv[i]da	dúvida > dúv[i]da
pérola > pér[u]la	pérola > pér[u]la
báculo > bác[u]lo	báculo > bác[u]lo
ágape > ág[e]pe	ágape > ág[a]pe
cérebro > cér[i]bro	cérebro > cér[e]bro

Quadro 3. Diferença entre o sistema postônico não final do PE e do PB (MATEUS; D'ANDRADE, 2003)

SISTEMA VOCÁLICO ÁTONO FINAL	
PE	PB
júri > jú[r]i	júri > jú[r]i
jure > jur[i]	jure > jur[i]
juro > jur[u]	juro > jur[u]
jura > jur[ɐ]	jura > jur[ɐ] ¹⁷

Quadro 4. Diferença entre o sistema átono final do PE e do PB (MATEUS; D'ANDRADE, 2003).

Tendo em vista os dados expostos nos **Quadros 2, 3 e 4**, pode-se verificar que o português europeu, no nível fonético, apresenta o mesmo conjunto de quatro vogais [i, u, ɐ, i] em todas as posições átonas: pretônica, postônica não final e átona final. Enquanto o português brasileiro, no nível fonético, exibe um conjunto de cinco vogais [i, o, u, a, e] na posição pretônica, de quatro vogais [i, u, a, e] na posição postônica não final, e de três vogais [i, u, ɐ] na posição átona final.

Dessa forma, com base nos dados de Mateus e D'Andrade (2003), nota-se que, em posição átona final, a diferença entre os dois sistemas vocálicos reside no fato de o português brasileiro não produzir /e/ como vogal alta centralizada [i]. Todavia é relevante mencionar que, no PE coloquial, as vogais átonas finais sofrem um processo de elisão em final de palavra (MATEUS; D'ANDRADE, 2003; AZEVEDO, 2005). Segundo Azevedo (2005, p. 39):

In EP unstressed vowels tend to be shortened, compressed, or eliminated altogether, which imparts an overall consonantal character to pronunciation. This is a major difference from BP, which mostly pronounces unstressed vowels rather clearly, although there are exceptions, such as Mineiro, which tends to slur and eliminate those vowels in word-final position.

Com base neste relato de Azevedo (2005), observa-se que a variedade mineira tem apresentado a mesma tendência do português europeu em elidir as vogais em contexto átono final. Nesse sentido, poder-se-ia levantar a hipótese de que ambas as línguas poderiam estar seguindo a mesma deriva.,

Quanto à evolução da vogal átona final /e/ > [i] > [i] ser um fenômeno exclusivo do português europeu, Cardeira (2006) afirma que a conservação vocálica de [i] no português brasileiro ao invés de [i] possi-

¹⁷ De acordo com Mateus e D'Andrade (2003, p. 18), [ɐ] somente ocorre, no português brasileiro, em posição átona final.

bilita levantar a hipótese de que essa centralização se efetuou em Portugal numa época posterior à fixação da língua no Brasil.

No que se refere à realização da vogal /o/ > [u] nos dados de Mateus e D'Andrade (2003), nota-se que o fenômeno de elevação da vogal média posterior átona final atua tanto no português brasileiro quanto no português europeu, nos dias de hoje.

2. *Considerações finais*

Levando em consideração as informações expostas neste estudo, pode-se dizer que o sistema vocálico do português brasileiro seguiu um curso evolutivo diferente daquele seguido pelo sistema vocálico europeu. Provavelmente, isto se deva ao fato de o português implantado no Brasil ter sofrido influências linguísticas diferentes daquelas sofridas pelo português na Europa. Contudo, é interessante destacar que no português brasileiro, mais precisamente no dialeto mineiro, notam-se indícios de as vogais médias átonas finais estarem sofrendo o mesmo processo de elisão que ocorre com as mesmas vogais no português europeu. Diante disso, pode-se levantar a hipótese de que o português brasileiro pode estar seguindo a mesma deriva do português europeu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Manuel Said. *Grammatica historica da lingua portugueza*. 2. ed. São Paulo: Companhia de Melhoramentos de São Paulo, 1921.

AZEVEDO, Milton Mariano. *Portuguese: a linguistic introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BISOL, Leda. A neutralização das átonas. *Revista Letras*, n. 61, p. 273-283, 2003. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/view/2891>. Acesso em: 20-12-2014.

_____. *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: EdiPucrs, 2010.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. Ele como um acusativo no português do Brasil. In: *Dispensos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. p. 47-54.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. 45. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Pa-drão, 1975.

_____. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *Problemas de linguística descritiva*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CARDEIRA, Esperança. *O essencial sobre a história do português*. Lis-boa: Caminho, 2006.

CARVALHO, Maria José. On the origin of the final unstressed [i] in Brazilian and other varieties of Portuguese: new evidence in an enduring debate. In: FORTESCUE, Michael D. *et al. Historical linguistics 2003*. Amsterdam/Philadelphia: Johns Benjamins Publishing, 2005.

CARVALHO, José G. Herculano de. Nota sobre o vocalismo antigo por-tuguês: valor dos grafemas e e o em sílaba átona. In: _____. *Estudos lin-guísticos*, vol. 2. Coimbra: Coimbra Editora, 1984.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Univer-sidade Aberta, 1991.

_____. *Introdução à história do português*. 2. ed. Lisboa: Colibri, 2011.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Im-perial Novo Milênio, 2011.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Gramática do português contempo-râneo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao es-tudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.

FONTE, Juliana Simões. *O sistema vocálico do português arcaico visto a partir das Cantigas de Santa Maria*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Uni-versidade Estadual Paulista. Araraquara.

HART, Thomas. Notes on sixteenth-century Portuguese pronunciation. *Word*, 11, p. 404-415, 1955.

- ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da lingua portuguesa*. Lisboa: Impreso por Pedro Crasbeeck, 1606.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do galego-português: estado linguístico da galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- MARQUILHAS, Rita. Mudança analógica e elevação das vogais pretônicas. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês (Orgs.). *Razões e emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, p. 7-18.
- MATEUS, Maria Helena; D'ANDRADE, Ernesto. *The phonology of portuguese*. New York: Oxford University Press, 2003.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- NARO, Anthony Julius. A história do *e* e do *o* em português: um estudo de deriva linguística. In: NARO, Anthony Julius. *Estudos diacrônicos*. Trad.: Lais Campos e Katia Elizabeth Santos. Petrópolis: Vozes, 1973.
- NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa: fonética e morfologia*. 8. ed. Lisboa: Clássica, 1975.
- PAIVA, Maria Helena. Variação e mudança no vocalismo átono quinhentista: práticas escriturais e juízos normativos. *Linguística*, vol. 4, p. 85-110, 2009. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7678.pdf>>. Acesso em: 10-01-2015.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica historica*. 9. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1935.
- ROSA, Eliane da. *As vogais médias átonas finais no português brasileiro do século XIX: um estudo baseado em fontes de evidência direta e indireta*. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras). – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SÁ, Fellipe Franco de. *A lingua portugueza*. Maranhão: Imp. Official, 1915.
- SILVA, José Pereira da. Português do século XVI e século XVII. *Organon*, Porto Alegre, nº 44/45, p. 61-73, 2008.

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1992.

SILVA, Thaís Cristóforo. *Dicionário de fonética e fonologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

SOROMENHO, A. *Origem da língua portuguesa*. Lisboa: Typ. de Francisco José da Silva. 1867.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad.: Celso Cunha. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014

TRUBETZKOY, Nikolai Sergueevitch. *Principles of phonology*. Translation of Christiane A. M. Baltaxe. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1971.

VASCONCELLOS, J. Leite de. História da língua portuguesa: origem e vida externa. *Revista Lusitana*, vol. XXV, n. 1-4, p. 5-28, 1923-1925.

_____. *Lições de philologia portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de E. M. A. TEIXEIRA & C.^{ta}, 1911.

VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves. *Ortografia nacional: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viuva Tavares Cardoso, 1904.

WILLIAMS, Edwin Bucher. *Do latim ao português: fonologia e morfologia histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

**HIPERCORREÇÃO:
MARCAS LINGUÍSTICAS NA MODALIDADE ESCRITA
DE ALUNOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO**

Silvio Nunes da Silva Júnior (UNEAL)
junnyornunes@hotmail.com

RESUMO

Nesse trabalho, trago algumas discussões provenientes aos estudos da linguagem, sustentando-me na teoria da variação linguística – sociolinguística. Objetivo estudar a relação entre língua e sociedade a partir de produções escritas com “hipercorreção”, respectivamente. Nesse sentido, procuro desbravar desde os primórdios estruturalistas dos estudos linguísticos de Saussure (2006), apresentando o avanço da linguística moderna até os estudos sociolinguísticos de Labov (2008), os quais confrontam as concepções de linguagem Saussurianas. Assim, discuto posteriormente as modalidades de linguagem – fala e escrita, a partir das teorias de Koch (2005), Andrade (2011), Marcuschi (1997), e Haugen (2001), uma vez que uma modalidade necessita da outra para encaixar-se no escopo do estudo da língua. Dessa maneira, tendo em vista a hipercorreção como fenômeno capaz de ocorrer em ambas as modalidades, levanto algumas reflexões sobre este estudo na perspectiva sociolinguística embasando-as em Scremin & Aimi (2009), Cox (2004), Guimarães (2007), e Dubois (1993). No aparato metodológico, problematizo o corpus constituído por 11 produções escritas por alunos do 3º ano do ensino fundamental no processo de alfabetização linguística, mediante as seguintes investigações importantes: a) Hipercorreção por influências orais na escrita, e b) Hipercorreção por falta ou excessos de letras. Com isso, foi possível constatar a partir da comparação dos fatores sociais, que os alunos com maior idade realizaram hipercorreções em menor escala, assim, os mais novos tinham mais hipercorreção na escrita. E, no que tange a variável sexo, os alunos do sexo masculino apresentaram menos hipercorreções, comparando com os do sexo feminino.

Palavras-chave: Variação linguística. Hipercorreção. Escrita.

1. Introdução

Nesse trabalho serão expostos resultados provenientes a uma experiência obtida por meio de uma pesquisa a qual buscou investigar realizações de hipercorreção na modalidade escrita da linguagem de alunos em fase de alfabetização linguística.

A hipercorreção caracteriza-se por uma adequação precipitada feita por indivíduos alfabetizados ou não, no intuito de utilizarem a norma padrão da língua em uso. Assim, a hipercorreção é um fenômeno capaz de ocorrer tanto na oralidade, quanto na escrita dos indivíduos de uma dada sociedade. Nesse sentido, as hipercorreções não são erros, mas sim,

meios para adaptar-se a variante culta da língua.

Optou-se por uma análise onde a escrita prevalece como objeto de estudo, dessa maneira, viu-se a necessidade de coletar dados escritos por alunos ainda no processo de alfabetização, em uma turma de 3º ano do primeiro ciclo do ensino básico de uma escola da rede pública municipal de Maribondo – AL.

O *corpus* foi analisado a partir de duas perspectivas investigativas no âmbito da hipercorreção no campo da sociolinguística: a) hipercorreção por influências orais na escrita; e b) hipercorreção por falta ou excessos de letras.

Mediante a descrição da análise dos dados coletados, foi possível constatar que os alunos com mais idade realizam menos hipercorreção do que os alunos mais novos, isto em ambos os sexos. Já no que tange à variável sexo, os alunos do sexo masculino apresentaram menos hipercorreção, quando comparando aos do sexo feminino.

Este trabalho divide-se em três tópicos bibliográficos, tratando de língua e sociedade, partindo das correntes estruturalistas até a sociolinguística; de modalidades de linguagem: oralidade e escrita; e de hipercorreção, com acréscimo da metodologia: constituição do *corpus*, e as análises específicas de dados (inquietações e fatores sociais).

2. *Lingua e sociedade*

Uma vez que se visa discutir sobre língua e sociedade, é necessário desbravar os conceitos desde os primórdios. Ora, o estudo da língua em seus diversos dimensionamentos parte da ciência da linguagem – a linguística.

A linguística moderna em seu apogeu iniciou-se com os estudos de Ferdinand Saussure que professava o *Curso de Linguística Geral* na Universidade de Genebra – Suíça, este foi o principal estudioso da área, que com sua grande influência e foco nos estudos linguísticos, inquietou seus alunos do referido curso, a ponto que os mesmos empregaram suas concepções em uma obra póstuma intitulada *Curso de Linguística Geral*, lançado em 1916, após a sua morte.

No que diz respeito aos conceitos de língua para Saussure, tem-se uma concepção polêmica que até os dias atuais é alvo de muitas discussões nos estudos linguísticos do mundo inteiro. Saussure volta seus estu-

dos para a língua em perspectivas gerais de uso e, depois de vários anos dedicando-se a essa área, define com clareza a língua como homogênea, ou seja, não possui nenhuma e qualquer maneira de ser modificada ou alterada, criando assim, o ponto de vista estruturalista, isto é, estuda a língua enquanto estrutura.

Voltando ao foco principal que é a linguística, destaco que a área propõe estudar a linguagem humana em seus diversos dimensionamentos, sejam eles voltados às linguagens verbal, não verbal e mista. Nesse sentido, percebe-se e pode-se afirmar que a linguística é a ciência da linguagem, e como toda ciência, está apta a novos olhares e concepções.

Considerando a concepção de Saussure, o conceito de língua como homogênea acaba afetando aspectos sociais que existem na linguagem humana. É do saber de todos que estão em constantes ocorrências processos de particularidades de determinada língua, seja ela portuguesa, inglesa, espanhola, francesa e etc. Dessa maneira, cada região de determinada sociedade, falante de determinada língua, tem suas particularidades linguísticas, que, quando se encontram com as concepções de Saussure, acabam sendo alvo de muitas discussões e polêmicas nos estudos da língua.

Após a publicação do *Curso de Linguística Geral*, uma das concepções que mais vem causando discussões acerca das concepções de língua é a de Labov, mais precisamente um dos maiores estudiosos da sociolinguística.

Discordando de forma esquematizada e em parte convincente da concepção de Saussure em sua obra póstuma, Labov por sua vez acredita que a língua provém de uma heterogeneidade, ou seja, pode ser mudada com o avanço da sociedade em constante movimento. Assim como afirma Coan & Ko Freitag “A língua é vista pelos sociolinguistas como dotada de “heterogeneidade sistemática”, fator importante na identificação de grupos e na demarcação de diferenças sociais na comunidade” (2010, p. 175).

Nesse sentido, a sociolinguística visa defender uma concepção inversa a Saussure, e hoje é uma das áreas de pesquisa na linguística com muito prestígio em seus resultados, buscando sempre engrandecer e expandir seus estudos, como também, busca convencer novos pesquisadores a seguirem essa perspectiva em suas trajetórias nos estudos linguísticos. Em linhas gerais, a sociolinguística estuda a língua, a cultura e a sociedade, no sentido em que língua e sociedade se inter-relacionam.

Para especificar com mais ênfase os verdadeiros objetos de estudos sociolinguísticos, destaco a concepção de Mollica (2004, p. 10), que visa explicar um dos olhares para a Sociolinguística.

A sociolinguística considera em especial como objeto de estudo exatamente a variação, entendendo-a como um princípio geral e universal de ser descrita e analisada cientificamente. Ela parte do pressuposto de que as alternâncias de uso são influenciadas por fatores estruturais e sociais. [...]

Quando Mollica apresenta a os fatores estruturais e sociais, adentram nessa concepção as diversas maneiras em que a variação é considerada alvo de mudança linguística, pois, a mudança linguística pode acontecer por alguns fatores que a determinam, sejam fatores históricos, geográficos e culturais, de maneira geral, “fatores sociais”.

Nos vários olhares dos linguistas para a língua como fator social, desde o pensamento de Labov, afirmando que “Todo linguista reconhece que a língua é um fato social, mas nem todos dão a mesma ênfase a esse fato” (2008, p. 303), ou seja, todos os linguistas veem a língua como social, mas, buscam em seus estudos descreverem teorias sobre o que realmente são seus objetos específicos de pesquisa, não demonstrando suas concepções sobre a língua em geral.

Partindo do princípio fonológico, a variação linguística é vista de maneira peculiar, e definida a partir de algumas regras imprescindíveis. De acordo com Bortoni-Ricardo (2004, p. 79) “As principais regras fonológicas de variação no português brasileiro ocorrem na posição pós-vocálica na sílaba”. A perspectiva fonológica, além de apresentada em um ponto de vista sociolinguístico, também é explicitada por Saussure em sua obra, quando o genebrino afirma que para o estudo da língua acontecer de forma que a escrita seja substituída pelo pensamento, teria que “[...] substituir, de imediato, o artificial pelo natural; isso, porém é impossível enquanto não tenham sido estudados os sons da língua; pois, separadas de seus signos gráficos, eles representam apenas noções vagas [...]” (2006, p. 42).

Dessa maneira, percebe-se que para Saussure a variação é inexistente, porém, para chegar nessa definição, o mestre genebrino analisou a língua de forma geral e abrangente, passando e explicando cada aspecto que pode alterar as concepções de vários pesquisadores da área.

De modo que uma variação linguística é descoberta no decorrer das pesquisas, a mesma emprega-se ao plural “variável linguística”, assim como apresenta Salomão (2011, p. 191).

O conjunto das variantes é denominado “variável linguística”, ou seja, a forma, o traço ou construção linguística que é o próprio fenômeno variável tomado como objeto de estudo pelo investigador. A sociolinguística entende que o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores de natureza social (internos à língua) ou estrutural (externos à língua) [...]

No português brasileiro, as variantes linguísticas são vistas ao comparar-se os modos de utilizar a língua nos dias atuais, com o modo de falar na época do descobrimento. Esse fenômeno não acontece apenas na língua portuguesa, mas, também, em outras línguas, assim como Beline afirma.

Em sentido bastante amplo, podemos de início pensar em diferentes línguas que existem no mundo. Falamos português no Brasil. Praticamente em qualquer região de fronteira em que estejamos em nosso país, sabemos que do outro lado falam outra língua – o espanhol. Sabemos também que dentro de nosso país ainda há indígenas que se comunicam, quando estão em suas aldeias, em suas línguas, e não em português. (BELINE, 2007, p. 121)

Dessa maneira, percebe-se que o estudo da língua tem se expandido, pois, como afirma Baylon, a língua “engloba praticamente tudo o que diz respeito ao estudo da linguagem em seu contexto social” (1991 *apud* MONTEIRO, 2000, p. 26).

Nesse sentido, destaco alguns avanços históricos que acabaram modificando o modo de falar do português. Um deles é a adaptação do modo de falar da civilização na época do descobrimento, tendo em vista o domínio de Portugal no Brasil, trazendo com os colonizadores o idioma citado. Apesar da grande influência formal adotada pelos jesuítas, os habitantes do Brasil daquela época foram adotando com suas peculiaridades um português próprio, ou seja, um português brasileiro, que vem sofrendo modificações sociais ao decorrer dos séculos.

Assim, portanto, os falantes das diversas línguas quando enquadrados num processo de ascensão social, acabam entrando em um processo de adaptação que ocasionará o domínio significativo da norma da língua em uso, isto é, a norma padrão. Dessa maneira, os falantes acabam levando em consideração o que é assimilado no convívio social em quase todos os termos presentes na língua, mesmo quando não é necessário esse possível refinamento linguístico oral e escrito. Contudo, reflitamos sobre a oralidade e a escrita, no intuito de destacar mais profundamente as características da linguagem humana a partir de suas modalidades.

3. Modalidades de linguagem: oralidade e escrita

Segundo Koch (*apud* XAVIER, 2005, p. 142), linguagem é a “capacidade do ser humano de se expressar através de um conjunto de signos, de qualquer conjunto de signos”.

Os signos, então, norteiam as modalidades de linguagem, assim como a linguagem humana não pode ser de apenas presa a uma modalidade, o que sempre ocorreu foi: a fala acompanha a escrita, e vice-versa. No convívio social é possível destacar que falamos mais do que escrevemos, mas, esse fato não é considerado norteador total das concepções de linguagem.

A linguagem humana está entrelaçada entre duas modalidades que desde a ambiguidade estão presentes na sociedade – a oralidade e a escrita. Estas se fizeram ao longo dos anos imprescindíveis no que tange à comunicação humana. No entanto, diversos olhares foram depositados nos estudos linguísticos perante a oralidade e a escrita, no intuito de afastá-las a partir de diferenciações.

A oralidade em si possui suas características, ou seja, peculiaridades determinadas para a fala se realizar em uma situação comunicativa entre indivíduos falantes. Para Mascuschi (1997, p. 126),

A oralidade seria uma prática social que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais que vão desde o mais informal ao mais formal e nos mais variados contextos de uso. Uma sociedade pode ser totalmente oral ou de oralidade secundária [...]

Oralidade, então – como prática social, deve ser de certa forma acatada por determinada sociedade, e, na maioria dos casos as sociedades tomam uma oralidade secundária, ou seja, enfatizam a escrita em ordem primária perante a oralidade.

Uma vez que a fala é natural, e todo e qualquer indivíduo pode utilizá-la sem restrição alguma, por isso constata-se que falamos mais do que escrevemos. As variações da língua existem e são apresentadas de modo explícito, dessa forma, não existe restrição para utilizar-se da fala, isto é, para falar não é necessário respeitar uma norma, desde que estejamos no âmbito da fonoaudiologia, o que não é o caso. Assim sendo, “a fala é básica no aprendizado da língua. A língua falada é adquirida por praticamente todos os seus usuários antes que possam, se puderem, ler ou escrever”. (HAUGEN, 2001, p. 108)

Já a linguagem escrita, restringe em vários aspectos presentes na

oralidade, ou seja, na escrita se deve respeitar um padrão, uma forma na qual todo e qualquer indivíduo deve adaptar-se para fazer uso dessa linguagem, nesse sentido, depois de uma expansão da língua escrita há tempos atrás, a língua falada deixou de ser a forma de comunicação mais prestigiada e perdeu um grande espaço na comunicação entre humanos, dessa forma, mudando objetos de estudo de áreas como a filologia, que primordialmente era oral, e, logo após a referida expansão, passou a ser estritamente escrita.

Mediante a afirmação de Andrade (2011, p. 51-52)

A escrita, por sua vez, revela os seguintes traços:

- interação a distância (tanto no espaço quanto no tempo);
- planejamento anterior à execução;
- não há possibilidade de resposta imediata;
- o escritor pode modificar o texto a partir das possíveis reações do leitor.

Dessa maneira, a escrita se distancia da oralidade, pois, em sentido comunicativo a escrita pode partir de uma interação a distância, ocasionando um planejamento anterior à execução não-simultânea, em que não se é possível executar uma resposta imediata, assim, o escritor por sua vez pode modificar o texto partindo das reações do interlocutor. Dito isto, vale salientar que mediante as apreciações expostas, vê-se algumas diferenças entre as modalidades da linguagem humana, o que não se pode afirmar é que fala (oralidade) e escrita são totalmente adversas.

“As diferenças entre oralidade e escrita podem ser melhor observadas nas atividades de formulação textual manifestadas em cada uma das duas modalidades, e não em parâmetros fixados como regras rígidas”. (MARCUSHI & DIONÍSIO, 2005, p. 17). Na tentativa de mostrar os aspectos que diferem a oralidade da escrita senão a partir da formulação textual, será impossível apontar as diferenças entre as duas modalidades sem que uma delas fique subestimada para com a outra, por isso, os autores visam assinalar que o método de formulação é imprescindível em um estudo desse porte.

Segundo Koch (2005, p. 78), fala e escrita se distanciam a partir de diferenças explícitas no estudo de cada modalidade, como mostra a seguir:

Fala	Escrita
Contextualizada	Descontextualizada
Implícita	Explícita
Redundante	Condensada
Não-planejada	Planejada
Predominância do ‘modus pragmático’	Predominância do ‘modus sintático’
Fragmentada	Não fragmentada
Incompleta	Completa
Pouco elaborada	Elaborada
Pouca densidade informacional	Densidade informacional
Predominância de frases curtas, simples ou coordenadas	Predominância de frases completas com subordinação abundante
Pequena frequência de passivas	Emprego frequente de passivas
Pouca nominalização	Abundância de nominalizações
Menor densidade lexical	Maior densidade lexical

Diante disso, pode-se observar que, nos aspectos definidos acima, a fala e a escrita se distanciam. Um ponto que merece destaque interliga-se à gramática normativa. Uma vez que a fala se prende à pragmática, estando num contexto de absolutismo na pronúncia, fazendo com que a fala seja individual de cada falante; já a escrita por sua vez, se dissemina na sintaxe em um ponto de vista estrutural, onde se deve seguir uma norma já atribuída.

Portanto, a oralidade e a escrita possuem pontos que as diferem, mas, sempre terão um ponto em comum que sempre estará aproximando as duas modalidades de linguagem – o contexto comunicativo. Com isso, oralidade e escrita estarão sempre juntas quando se trata dos fenômenos (co)relacionados à linguagem.

Nesse estudo, abrange-se especificamente um tipo de fenômeno que ocorre constantemente na fala e na escrita – a hipercorreção. Partindo, contudo, da escrita como objeto de análise específico. Diante disso, vale refletir sobre o fenômeno em estudo, para então, discutir os procedimentos metodológicos empregados na presente pesquisa.

4. A hipercorreção

A hipercorreção em seu sentido amplo está relacionada à tentativa precipitada de utilizar a variação padrão da língua em uso, isto é, o modo equivocado que alguns falantes empregam em seu vocabulário.

Em alguns estudos, é possível perceber que o fenômeno da hiper-

correção é visto como influência positiva no que tange o aprendizado da norma culta por parte dos falantes que até então não a utilizavam. Tendo em vista que a maior parte das ocorrências dos fenômenos de hipercorreção está na escrita, percebe-se que em casos nos quais a fala esteja mais viável aos erros de pronúncia, a escrita ocupa a única saída para que os falantes pratiquem seus modos de utilização de uma variação denominada padrão/culta, assim, a hipercorreção se faz presente na fala e na escrita de indivíduos em um processo de ascensão social e cultural, por esse motivo, os indivíduos estarão adaptando-se não só à língua, mas, também, à cultura em geral.

Como assinala Scremin e Aimi (2009, p. 125-126)

O fenômeno da hipercorreção, por motivos sociolinguísticos, apresenta-se na escrita de indivíduos que se encontram em ascensão cultural, pois estes já possuem certas normas da língua, caso contrário, não teriam essa intenção de “acerto” [...]

Como foi citado, a sociolinguística a partir do ponto de vista histórico, cultural e social, se emprega a um estudo nessa perspectiva, pois, os falantes que se preocupam em utilizar a norma padrão de determinada língua, utilizavam anteriormente outras variações linguísticas, e, por motivos socioculturais procuram falar mediante o padrão atribuído pela gramática normativa, em outras palavras, a hipercorreção “nada mais é do que o desejo de se apropriar das formas linguísticas que valem mais no mercado de bens simbólicos”. (COX, 2004, p. 136)

É viável ressaltar que a hipercorreção se interliga à perspectiva da língua nacional, para ilustrar, apresenta-se a concepção de Guimarães, que define “língua materna” e “língua nacional”.

Língua materna: é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como (que se apresenta como sendo) primeira para seus falantes.

Língua nacional: é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo. (GUIMARAES, 2007, p. 64).

Nesse contexto, percebe-se que a língua materna se estende como o sentido amplo de “língua”, ou seja, uma vez que o português é a língua falada no Brasil, em Portugal e etc., esta de faz língua materna de ambas as nacionalidades; já quando se trata de língua nacional, vê-se que o sentido sofre modificações, isto é, o português falado no Brasil, difere em alguns aspectos ao português falado em Portugal, Cabo Verde, e em outras nações.

Dessa maneira, é interessante assinalar que do modo em que ocorre a hipercorreção, os falantes estão adaptando-se à norma nacional oriunda de uma variação que ao longo dos anos foi sendo posta como padrão, assim sendo, norma culta da língua.

O que acaba ocorrendo da maneira em que se trata da hipercorreção, é a comparação de hipercorreção com hiperurbanismo, isto é, como já foi dito, a hipercorreção estuda os meios precipitados de utilizar a língua, de modo que o hiperurbanismo é,

Correção “acima do nível da linguagem urbana”. Fenômeno linguístico que consiste na busca excessiva de correção – na fonética, na acentuação, no uso de termos -, que acaba por levar a pronúncias e a *usos incorretos*, por temor de incidir em *erros populares*. É do domínio da sociolinguística, frequentemente em casos de pessoas que *ascendem* a uma nova *classe social*, por motivos *socioeconômicos* (mudança para a cidade, casamento com pessoa de outra classe, enriquecimento etc.). (DUBOIS et al., 1993, p. 323-324).

Da maneira em que se caracterizam os hiperurbanismos, vê-se que esse fenômeno tende a ocorrer também na oralidade e na escrita de todas as pessoas. No entanto, difere da hipercorreção por ser corresponder a uma busca excessiva pela “perfeição” na fala e na escrita; caso este que não ocorre na hipercorreção. Nesse sentido, é interessante destacar a importância do estudo do hiperurbanismo, pois, a falta de pontuação, acentuação gráfica e outras peculiaridades, acabam causando impactos no sentido em alguns casos, dificultando a interação entre os falantes.

Voltando ao tratamento da hipercorreção como objeto de estudo, faz-se mister destacar que esses fenômenos ocorrem principalmente na escrita de alunos em fase de alfabetização, isto é, à medida que o aluno vai constituindo sua formação na escola, este irá tentar utilizar-se do seu próprio conhecimento até ali alcançado para mostrar suas habilidades de fala e escrita, na escrita com mais frequência.

Assim, da maneira em que os alunos em fase de alfabetização, e, até mesmo pós-alfabetizados, produzem textos e utilizam a oralidade, existe uma tendência a ocorrências dos fenômenos de hipercorreção pelo fato desses alunos terem a iniciativa de praticar a norma culta e aprimorar suas práticas, nesse sentido, reforça-se a concepção de que a hipercorreção serve como influência positiva no processo de ascensão social.

Na escrita, a hipercorreção vem a partir do modo como os alunos sofrem certos impactos na variação linguística que estão acostumados a utilizar, ou seja, quando um aluno produz um texto ou dita uma sentença oral, e o professor por sua vez vai corrigi-lo, essa correção ocasiona em

uma hipercorreção futura. Em outras palavras, no momento em que há determinada correção, o aluno vai utilizá-la em diversas outras situações, tendo em mente que aquela correção se emprega também em outros casos.

Portanto, observa-se mediante as reflexões expostas anteriormente, que a hipercorreção tende a ocorrer na fala e na escrita de falantes de ambos os sexos e diferentes idades, uma vez que não estamos tratando de erros, mas sim, de meios construtores de habilidades voltadas à norma padrão da língua.

5. Constituição do corpus

Para constituir o corpus, foram coletados 11 dados escritos, ambos com hipercorreção em forma de textos. Os autores dos textos coletados para a análise são alunos do 3º ano do primeiro ciclo do ensino básico com idades de 8 a 10 anos, pertencentes a uma escola de esfera pública municipal do município de Maribondo – AL, nesse caso, estando na última fase da alfabetização na idade certa, assim como determinou o Ministério da Educação por meio do Pacto Nacional Para a Alfabetização na Idade Certa, em que os professores alfabetizadores aprimoram por meio de formação continuada suas práticas docentes no ensino fundamental 1.

Os textos foram produzidos em sala de aula e tiveram como estímulo duas ilustrações as quais instigam os contribuintes a contar uma história. Assim, os informantes produziram pequenos textos tendo como instrumentos basilares as ilustrações; não sendo determinado número mínimo ou máximo de linhas a serem produzidas, nem tempo máximo para a realização e entrega das produções, dando-os autonomia na escrita.

6. Análise de dados

Como estamos analisando textos provenientes da escrita de alunos no processo de alfabetização, temos uma expectativa prévia do que encontraremos no decorrer da análise.

Quando estão no último ano do processo de alfabetização, os alunos constroem curtas e longas frases formando pequenos textos, dessa forma, utilizando a linguagem mais culta possível para realizar as produções, tendo em vista que estão conhecendo novas palavras, na maioria das vezes através da oralidade, assim, trazendo-as para a escrita a partir

de suas habilidades já construídas.

Alguns autores afirmam que conforme a criança vai tendo contato com novas possibilidades de se grafar determinado contexto ortográfico, vai havendo uma reestruturação das hipóteses anteriores a partir das novas informações e, isto gera uma fase de generalizações indevidas, pois a criança ainda não sabe onde deve empregar a nova grafia, podendo inclusive cometer erros em palavras que antes escrevia corretamente. (Cf. ZUANETTI, CORREA-SCHNEK & MANFREDI, 2008)

Mediante as considerações mencionadas pelos autores, desenvolvemos uma análise dando enfoque aos seguintes aspectos de hipercorreção:

- Hipercorreção por influências orais na escrita;
- Hipercorreção por excesso e falta de letras.

Assim, visando destacar de que maneiras as crianças no processo de alfabetização utilizam a escrita para atribuir sentido às suas produções, ressaltando que não há erro nas referidas produções, mas sim, adequações precipitadas no que tange a variação culta ou norma padrão da língua em uso; representam-se nos seguintes tópicos as duas etapas da análise dos dados provenientes a esta pesquisa.

6.1. Casos de hipercorreção encontrados na escrita dos alunos

6.1.1. Hipercorreção por influências orais na escrita

A oralidade é desde os primórdios o meio mais propício para a utilização da língua em todas as comunidades de fala, pois, a fala por ser individual, não necessita em seu escopo seguir um padrão linguístico.

Nesse sentido, quando se trata de escrita, deve-se ter em mente que é necessário seguir um padrão, o qual nos dias atuais serve de grande contribuição para a ascensão no meio social. A partir daí, vê-se que no contato que as crianças têm com a escola em um processo de adaptação com o âmbito, atrelado com a fase de alfabetização, há um impacto que vai além de simples relações de convivências no meio.

Assim, tendo conhecimento prévio do que se trata de letras e números na decifração de códigos, as crianças ao escreverem, utilizam esse conhecimento no intuito de passar realmente o que se está refletindo, dessa maneira, ao detectar fenômenos de hipercorreção, não se deve atribuir os fenômenos como errôneos, mas sim, destacar as capacidades de

adequação da oralidade para a escrita que as crianças constituíram até o momento.

TABELA I

Informante	Hipercorreção por influências orais na escrita
Inf. 1	- Certo dia un a lebre que desafiô a tartaruga [...] - [...] quando chegou no meio da corrida a lebre dissi
Inf. 2	- [...] a tartaruga nau ganhava na corrida
Inf. 3	- Em um bosque distanti tinha un a lebre e un a tartaruga - [...] a lebre chamou para apostar un a corrida ea lebre [...] - [...] a tartaruga ia chegar amainam - [...] ela dormioun sono
Inf. 4	Uma lebre incontrou uma tartaruga. [...] a lebre saiu na frenti [...] a lebre durmiudibaixo [...] passava divagarinho intão a tartaruga trapassou
Inf. 5	A lebre que adavapelali
Inf. 6	Un certudiaun alebre e a tartaruga [...] A lebre saio na frente da tartaruga. [...] i cim a tartaruga chegou.
Inf. 7	Enun dia uma lebre que ficava pertubando [...] Por que a lebre era muito enrolona [...] [...] e entaum a corrida com meçou . [...] a pobre tartaruga saiu bendivagarinhu . [...] a lebre dor mio .
Inf. 8	Era uma vez ne uma floresta bendestante [...] [...] convidou a tartaruga apoistar uma corrida. [...] então a lebre resoveldurmir um pouco.
Inf. 9	Era uma vez ne um bosqui bem distante [...] [...] a lebre resoveui até a tartaruga. [...] a tartaruga ficou para trais . [...] e a lebre sacordou com os gritos.
Inf. 10	Niun bosque beidistante [...] [...] no meio a lebre tomô carrera. A tartaruga passou lá na frenti [...]

Como assinala Marcuschi (2004, p. 17) “oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos nem uma dicotomia”. Com isso, percebe-se que oralidade e a escrita possuem características próprias, as quais, no ambiente linguístico, diferenciam-se uma das outras. Mas, nunca abolindo a existência de marcas de uma modalidade na outra: escrita-fala; fala-escrita.

As marcas provenientes da análise exposta na tabela 1, mostram de forma comprobatória as evidências discutidas anteriormente, pois, da maneira em que os alunos têm contato com a norma culta da língua de

sua comunidade através da linguagem oral, vai repercutir esse contato por meio da escrita, assim, ocasionando nas hipercorreções encontradas e expostas na Tabela I.

6.1.2. Hipercorreção por excessos e faltas de letras

A formação de palavras em toda e qualquer língua é alvo de muitos estudos na área da ciência da linguagem. Dessa forma, observam-se influências sociais de convívio dentro e fora da escola nas práticas de escrita de todos os indivíduos presentes numa dada sociedade.

O contato do aluno com o professor de forma oral repercute em algumas realizações de hipercorreção, tanto na fala, como na escrita. Da maneira em que o professor corrige o aluno na pronúncia ou na escrita, esse aluno irá assimilar essa correção não só naquele momento, mas, em todos ou na maioria os termos que encontrar dali a frente.

Assim como afirma Silva (2011, p. 321)

[...] o professor que tenta corrigir o uso dessas letras o faz de tal forma que o aluno assimila a correção imposta e começa a generalizar determinada aplicação, pois muitas vezes o que se impõe não é o entendimento de como esse sistema ortográfico funciona, pelo menos parcialmente, mas sim regras sem aplicação devidamente explicadas.

Diante disso, pode-se observar que muitas dessas generalizações ocasionam ocorrências de fenômenos tanto na fala como na escrita em sala de aula, fazendo com que o aluno seja alvo de mais algumas correções, o que causará um impacto no que tange às capacidades de construções orais ou escritas daquele indivíduo.

Um dos fenômenos mais frequentes é a hipercorreção por excessos e faltas de letras nas palavras, o que na maioria das vezes acarreta a perda total ou parcial do sentido do termo, pondo em risco as relações de sentido de determinada oração ou texto.

TABELA II

Informante	Hipercorreção por excessos e faltas de letras
Inf. 1	Frete: Frente Quado: Quando Disse: Disse
Inf. 2	Bosqu: Bosque Convido: Convidou Aceito: Aceitou Disfaçada: Disfarçada

Inf. 3	Pasol: Passou
Inf. 4	Talnto: Talento Conmemorou: Comemorou
Inf. 5	Apotou: Apostou Fete: Frente
Inf. 6	Aceito: Aceitou Entane: Então Caço: Cansou
Inf. 7	Apareseu: Apareceu Comessou: Começou
Inf. 8	Corida: Corrida Resovel: Resolveu Domir: Dormir Paçou: Passou
Inf.9	Coria: Corria E: Ir Domir: Dormir Sacordou: Se acordou
Inf. 10	Be: Bem Ditate: Distante Nímal: Animal Covidou: Convidou Corida: Corrida Fete: Frente

Na tabela II, observa-se que em alguns termos utilizados pelos informantes há alguns aspectos com influências orais, mas, as principais características que nos chamam atenção para o estudo da hipercorreção, são a ausência ou o excesso de letras nas palavras, em maior escala – a ausência. Essas ocorrências acarretam a perda parcial de sentido de algumas palavras devido à conjugação verbal (Ex.: Aceito: Aceitou), até a perda total de sentido (Ex.: Caço: Cansou).

Os informantes utilizaram em algumas palavras o mesmo radical do termo a ser empregado corretamente, mas, precipitaram-se a atribuir sentido à ação verbal, adjetival, adverbial e etc.

Essas ocorrências também podem ser explicadas pela preocupação dos informantes em produzirem os textos mais rapidamente, no entanto, vale ressaltar que não houve determinação de tempo pelo pesquisador, nem pelo professor regente da turma.

6.2. Aspectos sociais das hipercorreções

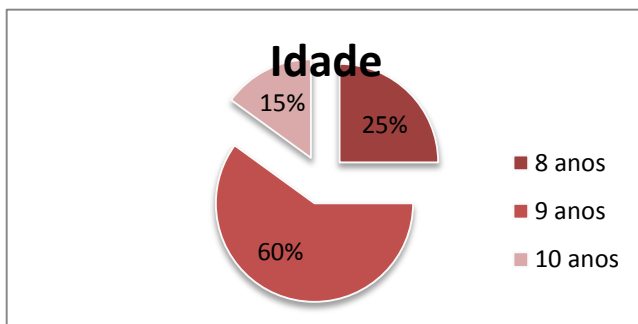


Gráfico I: Distribuição de informantes por idade.

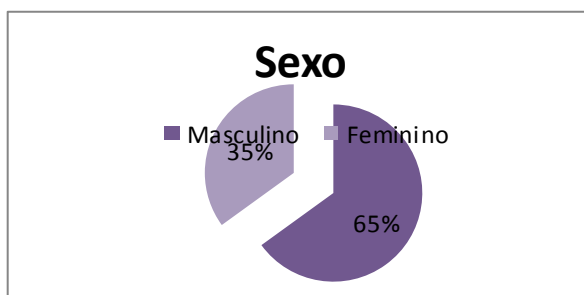


Gráfico II: Distribuição de informantes por sexo.

Tomando como instrumento basilar os fatores extralinguísticos, percebe-se que como já esperado (ver gráfico I), os alunos com mais idade apresentaram menores ocorrências de hipercorreção, e os mais novos apresentaram com mais frequência. Essa constatação pode se atrelar ao fato da sensibilidade de crianças com menos idade ao utilizarem a língua escrita, assim, observa-se que as crianças com mais idade acabam tendo mais cautela no que tange à utilização de palavras que até então só tinham contato oral, nesse sentido, visam utilizar em suas produções, palavras que os mesmos já tenham tido contato na escrita.

Já no que tange ao sexo (ver gráfico II) os informantes do sexo feminino apresentaram mais vulnerabilidade a utilizar a norma culta da língua portuguesa, diferente dos informantes do sexo masculino que realizaram menos ocorrências de hipercorreção na escrita.

Conseguimos constatar a partir desse resultado, que o modo no qual a coleta de dados foi realizada, pode ter incitado mais hipercorreções, isto é, os alunos não estavam produzindo textos para fins avaliativos pela professora, mas sim, eram alvos de uma pesquisa científica explicada anteriormente. Cabe destacar que são mais viáveis informantes do sexo feminino adequarem em suas produções termos provenientes da norma culta do português, uma vez que têm contato com revistas diversas em seus convívios, onde a variação padrão é utilizada com mais frequência.

As crianças em geral, ao contarem qualquer história tanto na oralidade como na escrita, buscam utilizar as palavras corretas para o bom entendimento do interlocutor a partir de sua narração, assim, na oralidade a pronúncia é tida com clareza e objetividade, já na escrita, pode apresentar algumas hipercorreções.

7. Conclusão

A linguagem em seu sentido amplo está apta a diversos olhares em seus diversos e inacabáveis estudos. Partindo dessa concepção que até então não existia, surgiu a união entre língua e sociedade trazida pela sociolinguística, assim, abrindo novas possibilidades para estudos como o que está sendo discutido no presente trabalho.

As modalidades da linguagem – oralidade e escrita se entrelaçam em diversos estudos, mas, ambas contêm suas características particulares. No entanto, sem a fala não existiria a escrita, uma vez que a língua em seus primórdios era eminentemente oral, nesse sentido, pode-se se ver as marcas de uma modalidade na outra, como foi apresentado nesse estudo.

A norma culta da língua portuguesa, como de outras línguas, é uma das variações, sendo a que adquiriu prestígio social com o passar dos anos. Assim, os indivíduos quando se situam num processo de ascensão social como o de alfabetização, buscam fazer o uso correto dessa norma a partir de adequações próprias, às vezes precipitadas, onde acontecem as hipercorreções.

A partir das reflexões apresentadas no decorrer desse estudo foi possível constatar que as hipercorreções são ocasionadas principalmente por dois fatores importantes: a) faixa etária dos informantes; e b) convívio social. Nesse sentido, vê-se que as hipercorreções por não se caracterizarem por erros, ressaltando que são de suma importância para a cons-

trução das habilidades intelectuais de fala e escrita dos indivíduos, pois é a partir do contato direto com a escola e a sociedade em geral que os alunos adéquam suas habilidades na norma padrão da língua, o que acarreta em menos hipercorreções na fala e na escrita dos falantes alfabetizados.

É possível observar também o papel do professor mediante a esta temática, dado que o docente é o principal espelho do aluno no processo de alfabetização, o professor deve constatar que a correção em certos momentos não é necessária, pois, o aluno que está em um processo de alfabetização deve estar imune de impactos em suas capacidades linguísticas, isto é, não é só na escola que a alfabetização se desenvolve, mas, também, em todos os âmbitos que os indivíduos têm contato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. L. C. V. de O. Língua: modalidade oral/escrita. In: Universidade Estadual Paulista. Prograd. *Caderno de Formação: Formação de Professores Didática Geral*. São Paulo: Cultura Acadêmica, vol. 11, p. 50-67, 2011.

BELINE, Ronald. A variação linguística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução a linguística*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 121.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

COAN, M; FREITAG, R. M. K. Sociolinguística variacionista: pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino. *Domínios de Linguagem*, vol. 4, p. 173-194, 2010.

COX, Maria Inês Pagliarini. Pedagogias da língua: muito siso e pouco riso. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 24, n. 63, p. 135-148, 2004.

DUBOIS, J et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1993.

GUIMARÃES, Eduardo. Política de línguas na linguística brasileira. In: ORLANDI, Eni. (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.

HAUGEN, E. Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, M. (Org.). *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividade de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. Oralidade e escrita. *Signótica*, vol. 9, p. 119-145, jan./dez., 1997.
- _____; DIONISIO, A. P. (Orgs.). *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MONTEIRO, J. L. *Para compreender Labov*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SALOMÃO, A. C. B. Variação e mudança linguística: panorama e perspectivas da sociolinguística variacionista no Brasil. *Fórum Linguístico* (UFSC. Impresso), vol. 8, n. 2, p. 187-207, 2011.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SCREMIN, Greice; AIMI, Daniela da Silva. Narrativas: as falas da experiência – colaboração para a formação de professores no mundo lusófono. *Revista ACOALFAPlp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa*, São Paulo, ano 4, n. 7, 2009. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>.
- XAVIER, Antonio Carlos; CORTEZ, Suzana. *Conversas com linguistas*. Rio de Janeiro: Parábola, 2005.
- ZUANETTI, P. A.; SCHNEK, A. P. C.; MANFREDI, A. K. S. Comparação dos erros ortográficos de alunos com desempenho inferior em escrita e alunos com desempenho médio nesta habilidade. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (Impresso)*, vol. 13, p. 240-245, 2008.

HORAPOLLO

Francisco de Assis Florencio (UERJ)
ff017066@gmail.com

RESUMO

Objetivamos, com este trabalho, apresentar, traduzir e comentar alguns hieróglifos da obra *Horapollo*. Ela está entre os mais celebrados exemplos da literatura simbólica do século XVI. Descobertos em 1417, os *Horapollonis Hieroglyphica* foram publicados, em grego, por Aldus em 1505 e vertidos para o latim, em 1517, por Filippo Fasani, professor de Andrea Alciato. O título da obra, *Horapollo*, vem de seu autor, que parece ter sido um escriba de origem egípcia. Embora a grande maioria dos hieróglifos presentes nesta obra não esteja de acordo com os estudos linguísticos realizados nos séculos posteriores ao XVI e com os atuais, alguns poucos, como veremos, vão ao encontro dos reais significados da língua dos faraós.

Palavras-chave: Horapollo. Hieróglifos. Latim. Renascimento.

1. Introdução

Os hieróglifos egípcios despertaram um enorme fascínio nos humanistas. O projeto de recriar a língua dos Faraós era uma obsessão que os estudiosos renascentistas se recusavam a abandonar. Sabemos hoje que os hieróglifos são, em parte, ícones que parecem, no todo ou em parte, aquilo que eles representam, a saber, ideogramas, pois representam a ideia do objeto; os hieróglifos restantes são simples fonogramas, ou seja, letras ou sílabas. Esta distinção ainda não era conhecida pelos estudiosos renascentistas, uma vez que até então a Pedra de Rosetta ainda não havia sido descoberta (séc. XVII) e o grande estudioso e decifrador da escrita egípcia, Champolion, realizou os seus estudos no século XIX.

Acreditava-se, porém, no Renascimento, que a filosofia de Pitágoras, Platão e Aristóteles fora inspirada pelos egípcios e que os hieróglifos eram o arquétipo dos símbolos platônicos e também a representação física do mundo divino das ideias (*logoi*). Isto está de acordo com a ideia dos próprios egípcios de que o nome de um objeto continha toda a sua realidade e, por extensão, que o conhecimento do nome do objeto dá poder sobre esse objeto.

Levando adiante o pensamento de que a forma dos hieróglifos estava de alguma maneira relacionada com as ideias que eles representavam, os humanistas encontraram apoio na mais renomada coleção renas-

centista sobre os hieróglifos: os dois livros de Horapollo. Escrita provavelmente no século V a. C. por um escriba de origem egípcia, esta obra foi vertida do egípcio para o grego por um certo Philipus, cuja origem, a não ser pelo nome, nada se sabe e que, provavelmente, viveu um ou dois séculos depois de Horapollo, tendo sido também o responsável pela inserção de símbolos e hieróglifos no segundo livro. Ela tornou-se tão popular que pelo menos trinta edições e traduções foram impressas durante o século XVI. Traduzida para o latim neste mesmo século, o conteúdo desta obra consiste numa exegese do significado de inúmeros hieróglifos, embora a maioria das comparações sejam consideradas fictícias, com algumas poucas exceções. Parece que pelo tempo de Horapollo, graças à influência greco-latina, tal era o declínio da civilização egípcia que ninguém seria capaz de ler com precisão os hieróglifos.

O real interesse dos humanistas por este tipo de material era o desejo de fazer uso dele a fim de buscar respostas para o porquê da vida e para a natureza de Deus. Este interesse veio a dar origem aos emblemas, que não fizeram uso apenas dos temas do Horapollo, mas também empregaram o modo simbólico para tentar expressar os mistérios da teologia e da metafísica.

Na análise dos textos, verificaremos que muitas construções e, principalmente verbos, repetem-se bastante. O título se inicia quase sempre com o advérbio interrogativo *quomodo*, correspondente ao grego πῶς “como”, “de que modo”. O verbo *pingere*, graças à natureza pictórica da obra, é o que mais aparece. A influência grega se mostra presente também no início da maioria dos textos mediante o emprego do particípio presente, que ora pode ser traduzido como uma oração reduzida ora como uma oração desenvolvida.

1.1. Texto

VULPANSER



Quomodo filium pingunt

Filium volentes significare, vulpanserem pingunt. Hoc enim animal maxime amans est liberorum. Si quando enim ipsum venator simul cum parvulis persequatur, eo usque ut capiatur, et pater et mater ultro se venatoribus dedunt, ut serventur parvuli. Quam ob causam aegyptiis placuit in huius rei significationem hoc assumere animal.

1.1.1. Tradução

Como representam um filho

Quando querem representar um filho, desenham um ganso. Por que este animal ama muito a sua cria. Se de fato um caçador o persegue juntamente com seus filhotinhos, de modo a ser capturado com eles, tanto o pai quanto a mãe, afastando-se, deixam-se capturar pelos caçadores, para que seus filhotinhos fiquem a salvo. Por causa disso agradeu aos egípcios que este animal assumisse a significação desta coisa.

1.1.2. Comentários

Como dissemos na introdução, o particípio presente (*volentes*), por influência do texto grego, está quase sempre presente na oração subordinada e pode ser traduzido por uma oração temporal, como acontece aqui, ou por uma oração final. Na oração principal, encontramos sempre o verbo *pingere*. A sua presença se deve ao caráter pictórico dos hieróglifos. A figura aqui presente é um dos poucos exemplos desta obra que vai ao encontro do significado real do hieróglifo, ou seja, estão de acordo com os dicionários de hieróglifos atuais, como ocorre aqui com “ganso”. Quanto à etimologia, o nome desta ave é formado a partir de *vulpes*, “raposa” e *anser*, “ganso”. Na verdade, esta ave não é propriamente um ganso, mas um tipo de pato que vivia às margens do rio Nilo.

Nessa obra, a explicação para o significado de cada hieróglifo é dada por meio da analogia, ou seja, a explicação para o hieróglifo se deve às características por ele apresentadas. Assim, “ganso” representa um “filho” porque este tipo de ave cuida de suas crias com muito zelo. Gramaticalmente falando, a explicação é sempre precedida por uma partícula de cunho explicativo, como acontece aqui com a partícula *enim*.

Após a explicação, o texto continua com uma narrativa que vem a servir de argumento para o que foi explicado. No caso do ganso, a maneira como o macho e a fêmea se comportam diante do perigo: afastam-se e se deixam capturar para que seus filhotes fiquem a salvo.

Por fim, segundo o autor, este fato serve de justificativa para o fato de os egípcios terem escolhido a figura deste animal para representar um filho.

1.2. Texto

VULTUR



Quid Vulturem pingentes significant?

Matrem vero scribentes, aut visum, aut terminum, aut futurorum cognitionem, aut annum, aut coelum, aut misericordem, aut Minervam aut Junonem, aut drachmas duas, vulturem pingunt. Matrem quidem quoniam mas in hoc genere animalium non sit ; procreatio autem eorum fit modo hocce : quando subaverit ad conceptum vultur, vulvam suam aperiens ad Boream ventum, ab hoc initur per dies quinque, quibus neque cibum neque potum capit, desiderans foetus procreationem; sunt vero etiam alia genera avium, quae ex vento concipiunt, quarum ova ad edendum tantummodo, non etiara ad foetus procreationem sunt uti- lia, vulturum vero, qui cum vento coeunt, ovorum generatio viva animalia producit. Visum vero, quoniam reliquorum animalium omnium acutissime videat vultur, oriente sole ad occasum spectans, occidente vero Deo, ad ortum, ex satis magna distantia comparans sibi ad usum suum edulia; (...)

1.2.1. Tradução

O que eles indicam ao descrever um abutre?

Para indicar uma mãe, visão, limite, conhecimento do futuro, ano, céu, misericórdia ou Minerva, Juno ou duas dracmas, eles desenham um abutre. Com certeza (designa) a mãe, porque, entre esta espécie de animal, não existe macho. São gerados, porém, deste modo: quando o abutre arde de desejo de amor, abrindo a intacta vulva para o Vento do Norte, e assim é apertado por ele durante cinco dias, durante os quais não come, nem bebe nada, mantendo-se firme para procriar o feto. Há, porém, outras espécies de abutres que concebem do vento, mas seus ovos servem apenas de alimento; o mesmo não acontece com aqueles que são arrumados para sustentar e formar o feto.

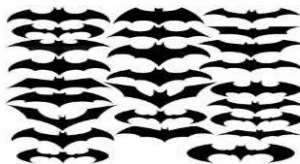
1.2.2. Comentários

O texto se inicia, como de costume, com o participio presente com valor de oração final. Vale ressaltar a palavra *vultur*, que, na sua evolução para o português, sofreu o acréscimo proclítico de –a e a passagem do v para b. Em inglês, a palavra permaneceu praticamente igual ao latim, *vulture*; já, em português. Após descrever várias coisas que a pintura de um abutre pode representar, o autor se concentra na figura materna. Aqui também, como no exemplo anterior, o hieróglifo em questão vai ao

encontro da sua real representação. A explicação para a origem dos abutres está de acordo com a crença egípcia e de outros povos, segundo a qual, entre esses animais só existiam indivíduos do sexo feminino. Como só existissem fêmeas, fazia-se necessário uma explicação para o modo de como esses animais nasciam. Segundo os egípcios, o abutre fêmea, quando estava no cio, abria-se para o vento e deixava-se fecundar por este.

1.3. Texto

VESPERTILION



Quomodo lactantem mulierem et optime nutrientem significant

Mulierem lactantem ac bene nutrientem ubi pictura exprimere volebant, vespertilionem rursus pingebant. Sola enim inter omnes volucres, haec dentes ac mammas habet.

1.3.1. Tradução

Como representam uma mulher lactante e que alimenta bem

Quando queriam expressar, com uma imagem, uma mulher lactante e que nutre bem, pintavam mais uma vez um morcego. Porque só ele, entre todas as aves, tem dentes e mamas.

1.3.2. Comentários

A palavra lactante deriva, como se sabe, de *lac*, *lactis*. Não se deve confundir, porém, lactante com lactente. A primeira se refere àquela que produz ou dá leite; já a segunda, ao que se alimenta de leite. O emprego de *rursus* se deve ao fato deste animal já ter sido citado em outro hieróglifo. O vocábulo *verpertilio*, *onis* passou apenas, *mutatis mutandis*, para o esperanto: *vesperton*. A sua etimologia está ligada ao seu hábito de sair à caça ao entardecer, daí *vesper*. Quanto à crença de que o morcego seria um ave, por voar, e não um mamífero remonta à passagem

bíblica de Levítico 11:13 “Haec sunt quae de avibus comedere non debentis, et vitanda sunt vobis: ... et charadriion iuxta genus suum, upupam quoque, et vespertilionem”.

1.4. Texto

AQUILA



Quomodo hominem qui tuto urbem incolat significant

Vt hominem significant, qui tuto urbem habitat, aquilam pingunt, quae lapidem gestet; enim haec e mari vel terra sublatum lapidem in suum infert nidum, quo tutior sit ac firmior.

1.4.1. Tradução

Como representam um homem que habita uma cidade segura

Para representar um homem que habita uma cidade segura, desenham uma águia, que carrega uma pedra; pois ela leva uma pedra, tirada do mar ou da terra, para o seu ninho, a fim de que ele se torne mais seguro e mais firme.

1.4.2. Comentários

O hieróglifo se inicia com a conjunção final *vt* que rege o verbo *significant*. A comparação se faz entre um homem que habita em um lugar protegido de inimigos e intempéries da natureza com o ninho de uma águia. Aqui há duas coisas a destacar: a segurança do homem nos traz à lembrança a passagem de Mateus 7:24 em que Jesus fala do homem que constrói a sua casa na rocha, ou seja, um lugar seguro, resistente a qualquer tipo de fenômeno natural; a segunda é o fato de as águias transportarem pedras para seus ninhos a fim de deixá-los mais seguros. Esta afirmação, pelo menos segundo a nossa pesquisa, não nos parece uma certeza científica, pois o mais comum é que elas, para fortalecê-los, dos ventos e das tempestades, constroem-nos dentro das fendas das rochas e fortalece-os com grandes galhos. Ela servia principalmente para representar *Hórus*, deus egípcio do céu.

1.5. Texto

CICONIA



Quomodo patris amantem pingunt

Patris studiosum hominem innuentes, ciconiam pingunt, enim haec a parentibus enutrita, nunquam ab ipsis sejungitur (se jungitur), sed ad extremum usque senium una permanet, pietatem ipsis observantiamque rependens.

1.5.1. Tradução

Para indicar um homem dedicado ao pai, pintam uma cegonha. Isso ocorre porque ela é alimentada pelos pais, nunca se separa deles, mas permanece ao lado dos mais velhos (dos pais) até o fim de seus dias, retribuindo o cuidado e a atenção deles.

1.5.2. Comentários

Nas culturas gregas e chinesas, a ideia de que as cegonhas eram atenciosas com os seus progenitores era tão forte que na Grécia havia uma lei denominada *Pelargonia* (de *perlagos*, *ciconia*), que punia a todo aquele que não cuidasse dos pais idosos. Já na cultura egípcia o seu hieróglifo representava *BA* ou *alma*. Já a lenda de que elas eram responsáveis pela entrega dos recém-nascidos, embora já fizesse parte do folclore europeu, só foi popularizada pelo conto “As cegonhas”, de Hans Christian Andersen. Fica claro, então, o porquê do escriba egípcio ter feito esta comparação.

1.6. Texto

APIS




Quomodo populum obedientem regi significant

Populum regi obedientem significantes, apem pingunt; etenim solum reliquorum animalium regem habet, cui reliqua apium obsequatur multitudo, veluti et homines obediunt regi.

1.6.1. Tradução

Para representar um povo obediente a um rei, pintam uma abelha; pois só ela, dentre todos os animais, tem um rei, a quem uma multidão restante das abelhas obedece, da mesma forma que os homens obedecem a um rei.

1.6.2. Comentários

Símbolo do perfeito trabalho grupal, as abelhas em todas as culturas sempre foram apreciadas pela produção de mel e admiradas pela realização do trabalho em grupo. No Egito, o seu nome estava ligado a *Nesut-bití*, que significava *Trono* ou *Nome do Rei do Alto e do Baixo Egito* e era um dos vários nomes pelo qual o faraó era conhecido, sendo adotado por este quando subia ao trono. A palavra *nesut-bití* (representada pelo junco e pela abelha, ) significa *o senhor das duas terras*, com a abelha fazendo referência ao Baixo Egito e o junco ao Alto Egito. Podemos, assim, como fez Horapollo, dizer que o papel desempenhado pela abelha-rainha equivale ao que era desempenhado pelo faraó, já que só pode existir uma, pois, caso existam duas, elas lutarão até que uma morra e a outra se torne soberana; até quanto ao alimento ela é especial, pois é alimentada durante toda a vida de geleia real pelas abelhas operárias.

2. Conclusão

Chegamos ao término de nosso artigo muito felizes pelo fato de trazermos um pouco de luz àqueles que ainda não tinham tomado conhecimento desta obra renascentista. Percebemos também quão útil é e será o emprego destes textos, graças ao seu parvo grau de dificuldade, no ensino da língua latina para aqueles que estão dando os primeiros passos no aprendizado da Última Flor do Lácio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIA Sacra. Disponível em: <www.thelatinlibrary.com>.

IVERSEN, Erick. *The Myth of Egypt and its Hieroglyphs in European Tradition*. Princeton: Princeton, 1993.

HORAPOLLINIS Niloti Hieroglyphica. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>.

HORAPOLLO. *Hieroglyphica 5th century AD (The Hieroglyphis of Horapollo)*. Transcrição e edição de George Boas. Princeton: Princeton UP, 1993.

RAYBOULD, Robin. *An introduction to the symbolic literature of renaissance*. Trafford Publishing, Oxford, United Kingdom, 2006.

SMITH, William; LOCKWOOD, John. *Chambers Murray Latin-English Dictionary*. Great Britain: Cambridge University Press, 1997.

HURT
UMA ANÁLISE EXPERIENCIAL
DO RELATO DE UMA EX-PROFESSORA
DA REDE PÚBLICA DE BELO HORIZONTE

João Paulo Xavier (UFMG)

xavierebedran@gmail.com

Adriana Fernandes Barbosa (UFMG)

fbarbosa.adrana@gmail.com

RESUMO

Este trabalho visa a discutir como as experiências do professor em sala de aula podem ser analisadas à luz da linguística aplicada ao ensino de línguas estrangeiras. Neste artigo, são abordados o conceito de experiência e as categorias nas quais estas podem ser inseridas e exploradas Miccoli (2007). Para entender a natureza das experiências, é importante compreender o que é a fenomenologia de Husserl (1913). Com base nesta, podemos entender a sala de aula como um ambiente complexo cujas experiências de professores e alunos vão muito além do ensinar e do aprender um determinado conteúdo. Finalmente, com o objetivo de aplicar a teoria às vivências e às práticas em sala de aula de uma professora do ensino básico, utilizamos as categorias propostas por Miccoli (2007) e a fenomenologia de Husserl (1913) para analisarmos esse relato.

Palavras-chave: Linguística aplicada. Fenomenologia. Experiências. Ensino.

1. Introdução

A fenomenologia originou-se em 1913 com a obra *A Ideia da Fenomenologia*, do filósofo alemão Edmund Husserl. Conhecida como fenomenologia transcendental, essa filosofia é uma ciência humana rigorosa, pois investiga a maneira que o conhecimento vem a ser, e estabelece os pressupostos em que todos os entendimentos humanos se baseiam. Para Husserl, todo conhecimento deve se basear absolutamente em *insights*. O rigor do método deve ser interpretado filosoficamente e não através de procedimentos objetivos, típicos das ciências físicas e naturais (MANNEN, 2014). Em sua obra *A Ideia da Fenomenologia*, que inaugura os estudos da fenomenologia, Husserl irá fazer uma distinção entre a ciência empírica e a fenomenologia. Ele diz que a objetividade do empirismo cria uma realidade provisória que será apenas contestada quando algum fato novo (evidência empírica) surgir, ao passo que a fenomenologia busca uma verdade única e permanente:

É, pois, ciência num sentido totalmente diferente, com tarefas inteiramente diversas e com um método completamente distinto. A sua particularidade exclusiva é o procedimento intuitivo e o idealizador dentro da mais estrita redução fenomenológica, é o método especificamente filosófico, na medida que tal método pertence essencialmente ao sentido da crítica do conhecimento e, por conseguinte, ao de toda a crítica da razão em geral. (HUSSERL, 1913, p. 87)

Em sua última obra *A Crise das Ciências da Europa*, de 1936, Husserl direciona a análise fenomenológica para o mundo existencial como vivemos e experimentamos, e irá influenciar os trabalhos do filósofo alemão Heidegger e do francês Maurice Merleau-Ponty. A fenomenologia de Merleau-Ponty é existencial e orientada para a experiência vivida, para o ser humano encarnado no mundo concreto. Para ele, a consciência é a existência *no* e *para* o mundo através do corpo. O objetivo de sua análise fenomenológica é a reobtenção de um contato direto e primitivo com o mundo. Já Heidegger dedicou boa parte de sua pesquisa a entender o sentido básico do verbo "ser" (*sein*, em alemão) e sobre a sua variedade de usos. Para ele, o homem, ou o *Dasein*, não é este ente que simplesmente capta o que está no mundo exterior em forma de representação, ele é um ser relacional e reflexivo consigo mesmo e com as coisas do mundo. Isto é, o conhecimento não é algo simplesmente captado do mundo exterior, mas sim construído na relação entre o homem (*Dasein*), as coisas presentes no mundo e os outros homens (FARIAS, 2013). Portanto, a compreensão faz parte do modo como cada pessoa cria sentido para as coisas com as quais convive ou como as visualiza durante a sua finitude no mundo. Para Heidegger, a compreensão nos acompanha antes de qualquer pretensão da ciência de que teorizemos ou fundamentemos as coisas. Ela é um modo pelo qual o homem entende as coisas e a sua própria existência no mundo. Assim podemos entender como a fenomenologia trata a experiência de cada um e como essa experiência nos ajuda a construir e a nos relacionar com o mundo.

2. Experiências em sala de aula

Com base na fenomenologia, podemos entender a sala de aula como um ambiente complexo, cujas experiências de professores e alunos vão muito além do ensinar e aprender um determinado conteúdo. Tendo em vista a aula e língua inglesa, Lima (2009) afirma que as experiências individuais de cada participante (seja aluno ou professor) são afetadas por experiências sociais e afetivas e, ao explorarmos melhor o conteúdo dessas experiências, podemos ampliar nossos conhecimentos acerca do

processo de ensino e aprendizagem que acontece em sala. Para Miccoli,

a explicação da experiência gera uma reformulação de si própria a partir da operação da linguagem que dá origem a essa experiência que é aceita por aquele que a vivencia e por outros. Portanto, a explicação está na observação da experiência, e não na experiência propriamente dita. A explicação da experiência é sempre uma proposição que reformula o fenômeno ou acontecimento vivenciado através da linguagem, pela utilização de conceitos e critérios de validação compartilhados por um grupo de pessoas que, em última instância, a aceitam. (MICCOLI, *apud* LIMA, 2009, p. 29)

Miccoli (2007) divide as experiências dos estudantes em sala de aula em experiências diretas e indiretas, como mostrado a seguir:

1. Experiências Diretas: experiências internas à sala de aula

1.1. **Experiências Cognitivas:** devem ter origem na sala de aula, referir-se à experiência nesse contexto, bem como ao processo de aprendizagem em seu aspecto cognitivo. Nessa categoria encontramos:

- 1.1.1. Experiências nas atividades em sala de aula
- 1.1.2. Identificação de objetivos, dificuldades e dúvidas
- 1.1.3. Experiências de participação e de desempenho
- 1.1.4. Experiências de aprendizagem
- 1.1.5. Percepção do ensino
- 1.1.6. Experiências paralelas às atividades de sala de aula
- 1.1.7. Estratégias de aprendizagem

1.2. **Experiências Sociais:** devem ter origem na sala de aula e se referir ao domínio social, como formas de interação e relação entre professor e estudantes. Suas subcategorias são:

- 1.2.1. Interação e relações interpessoais
- 1.2.2. Tensão nas relações interpessoais
- 1.2.3. Experiência como estudante
- 1.2.4. Experiências do professor
- 1.2.5. Experiências em grupos ou em dinâmicas de grupo
- 1.2.6. Experiências em turma
- 1.2.7. Estratégias sociais

1.3. **Experiências Afetivas:** é necessário que a experiência tenha origem na sala de aula e que ela se refira ao lado afetivo ou emocional de se estar em classe. Suas subcategorias são:

- 1.3.1. Experiências de sentimentos,
- 1.3.2. Experiências de motivação, interesse e esforço,
- 1.3.3. Experiências de autoestima e atitudes pessoais,
- 1.3.4. Atitudes do professor,
- 1.3.5. Estratégias afetivas.

2. **Experiências Indiretas:** experiências externas à sala de aula, mas têm influência sobre o que acontece dentro dela.
 - 2.1. **Experiências Contextuais:** faz referência ao ambiente em que a aprendizagem acontece:
 - 2.1.1. Experiências institucionais
 - 2.1.2. Experiências relativas à língua estrangeira
 - 2.1.3. Experiências decorrentes da pesquisa
 - 2.1.4. Experiência do tempo
 - 2.2. **Experiências Pessoais:**
 - 2.2.1. Experiências por nível socioeconômico
 - 2.2.2. Experiências anteriores
 - 2.2.3. Experiências na vida pessoal
 - 2.2.4. Experiências no trabalho e no estudo
 - 2.3. **Experiências Conceptuais:** essas experiências resultam de outras anteriores e refletem expectativas:
 - 2.3.1. Ensino de inglês
 - 2.3.2. Aprendizagem de inglês
 - 2.3.3. Aprendizagem pessoal
 - 2.3.4. Responsabilidade
 - 2.4. **Experiências Futuras:** experiências se remeterem a planos para o futuro
 - 2.4.1. Intenções
 - 2.4.2. Vontades
 - 2.4.3. Necessidades
 - 2.4.4. Desejos

Com base nessas categorias de Miccoli (2007), analisaremos a seguir uma pequena narrativa de uma ex-professora de inglês, que atuou tanto em curso livre de inglês quanto em uma escola pública da rede de Belo Horizonte, e que afirma ter deixado o ofício por conflitos relacionados à indisciplina.

3. *Estudo de caso: indisciplina e abandono do magistério*

A insatisfação dos professores no magistério é um tema que tem sido frequentemente objeto de estudo no Brasil. Segundo Lapo e Bueno

(2003), estudiosos reconhecem que esse fenômeno é desencadeado por uma multiplicidade de fatores e alimentado tanto pela escola como pela sociedade em geral. Para os autores, o abandono do magistério é resultado de um conjunto de fatores internos e externos ao ofício da docência. Entre eles está a insatisfação com a realidade encontrada em sala de aula em detrimento às expectativas antes do início da docência.

A não correspondência entre o real e o idealizado e entre o real e o projetado dificultam a produção de vontade e esforço para manter os vínculos existentes. À medida que a percepção dessa não correspondência se amplia, o enfraquecimento dos vínculos com a instituição e com o trabalho aumenta. (LAPO & BUENO, 2003, p. 78)

Outro fator que provoca o abandono da profissão por parte do professor é a má qualidade das relações. Para Lapo & Bueno (2003),

O trabalho docente se constitui em uma atividade centrada nas relações interpessoais e nas dinâmicas relacionais estabelecidas no ambiente escolar, que são determinantes do sucesso do ensino e da qualidade de vida do professor. Nesse sentido, pode-se dizer que o relacionamento com diretores, com os demais professores e com os alunos é um dos principais fatores de satisfação ou insatisfação no trabalho e, também, o grande responsável pelo envolvimento nas atividades profissionais. (LAPO & BUENO, 2003, p. 77-78)

Na narrativa que analisamos, a professora relata que decidiu ser professora de inglês por gostar do idioma e por acreditar no papel político do professor como instrumento de formação de cidadãos:

Sou graduada em letras pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, onde cursei primeiramente Inglês Licenciatura e em seguida Português Licenciatura. Gosto muito de lecionar a língua estrangeira e também a portuguesa. Acredito que nós professores de língua estrangeiras temos, “idealisticamente”, uma oportunidade muito boa de trabalhar diversos conteúdos que vão além da sala de aula, como cultura, política, comportamento e muitas nuances que podem transformar a realidade e a vida dos alunos. Acreditando nisso, no ano de 2010, prestei um concurso para o cargo de professor municipal de inglês e tendo sido aprovada fui contratada.

Prosseguindo seu relato, a professora relata ter sido encorajada a aceitar o emprego em uma escola municipal perto de sua casa pela aparente boa infraestrutura que a escola oferecia:

Próximo a minha casa há uma escola da rede municipal e foi para lá que eu fui chamada para assumir as turmas de 7º e 8º ano. A princípio, eu fiquei muito feliz e encorajada de trabalhar lá, por estar perto de casa e, pelo que eu pude observar, a escola tinha uma estrutura adequada, quadras, refeitório e até mesmo um estacionamento.

Porém, ela revela em seguida ter se decepcionado com a escola e

isso a levou a abandonar o magistério. A professora narra dois episódios, em específico, que foram para ela bem marcantes. Ambos os episódios envolvem indisciplina por partes dos alunos, segundo a professora. Para Rego (1996 *apud* LIMA 2009),

o modo como interpretamos a indisciplina (ou a disciplina), sem dúvida, acarreta uma série de implicações à prática pedagógica, já que fornece elementos capazes de interferir não somente nos tipos de interações estabelecidas com os alunos e na definição de critérios para avaliar seus desempenhos na escola, como também no estabelecimento dos objetivos que se quer alcançar. (p. 31)

Para estudar a indisciplina, Lima (2009) trabalha com a diferenciação entre o conceito de atividade e tarefa, em que a primeira é o que o aluno de fato faz em sala e a última é o que o professor deseja que o aluno faça em aula. Segundo a autora, pensar a indisciplina como uma atividade nos permite compreender melhor sua natureza, na medida em que investigamos os reais motivos que subjazem e justificam as ações dos estudantes em sala de aula, principalmente quando da realização das tarefas sugeridas pela professora. De acordo com Lantolf & Thorne (2006 *apud* LIMA, 2009), os alunos

têm diferentes motivos para estarem na sala de aula, porque, por sua vez, têm diferentes histórias. Não importa se no domínio operacional, todas elas estão engajadas nos mesmos comportamentos visíveis; por exemplo, ouvir e repetir, ler e escrever, desempenhar, em grupos, atividades comunicativas ou baseadas em tarefas (*task-based*). Cognitivamente, essas pessoas não estão engajadas na mesma atividade. E isso é o que realmente importa, porque é a atividade e a significância que modelam a orientação do indivíduo para aprender ou não. Essa orientação, por sua vez, é por nós percebida como dinâmica e flexível e sujeita a possíveis mudanças uma vez que as circunstâncias do indivíduo mudam. (LANTOLF & THORNE, 2006, *apud* LIMA, 2009, p. 37)

Dando continuidade ao relato da professora, os episódios a seguir mostram apenas a perspectiva dela, ou seja, o que ela considera indisciplina por parte dos alunos, e seus sentimentos em relação ao comportamento deles. Portanto, seguindo a lógica de Lima (2009), que entende a indisciplina como uma atividade interna à sala de aula, nós classificaremos esses episódios como uma experiência direta, de caráter afetivo e social. Segundo Miccoli (2007), experiências sociais são, entre outras, “relações interpessoais que compõem a vida social entre professor e estudantes e entre colegas”. Já as experiências afetivas descrevem os sentimentos e emoções de estar em sala de aula. Nos trechos a seguir, a professora não só descreve as interações *entre* e *com* os alunos no primeiro dia de aula, como também externa seus sentimentos em relação ao acontecido:

Confesso que fiquei em estado de choque no meu primeiro dia de aula. Parecia que os alunos estavam “endemoninhados”. Gritavam, xingavam, brigavam e, embora parecesse que não era nada contra mim, que acabara de chegar, parecia que eles não davam a mínima para o fato de a professora estar na sala. Calmamente, pus minha bolsa na mesa e me assentei, sorrindo para os alunos, aguardando que eles se assentassem e fizessem silêncio para que eu pudesse me apresentar e começar a minha aula.

O trecho acima se encaixa da subcategoria *tensão nas relações interpessoais*, que se refere às “experiências negativas da interação em sala de aula, durante a comunicação ou no trabalho” (MICCOLI, 2007, p. 207). A professora se refere ao comportamento dos alunos, quando ela entrou na sala. Apesar de não usar a palavra *indisciplina* explicitamente, a professora se refere ao comportamento dos alunos como “endemoninhados”, o que deixa claro o tom de reprovação dela.

Nos próximos dois trechos, a professora foca em sua reação emocional ao comportamento (por ela considerado) ruim dos alunos:

Acredito ter ficado uns 15 minutos petrificada e estarecida com aquele comportamento, de repente uma batida ensurdecedora na porta me arrancou da minha estaticidade e me arremessou novamente para o que ocorria diante dos meus olhos, a sala estava fora de controle e eu em pânico. A coordenadora, subitamente, começou a gritar com os alunos e demandou que eles ficassem calados. O que estranhamente funcionou. Parecia que as coisas ali funcionavam, simplesmente, a base do grito, o que nunca foi normal e muito menos confortável para mim.

Fortunately [felizmente] ou *unfortunately* [infelizmente], a coordenadora repetiu o mesmo procedimento e me encarou com um olhar esperançoso, mas firme dizendo que eu poderia começar a aula e que se precisasse era só dar um grito. Até hoje não entendi se o grito era para os alunos ou para chamá-la, mas uma coisa eu digo, a última coisa que eu queria era ter que levantar a voz para qualquer pessoa, muito menos 38 pessoas, que obviamente sabiam gritar de volta e se defender de forma voraz.

Podemos classificar esses trechos como relatos da subcategoria afetiva *experiências de sentimentos*, em que “os sentimentos prevalecem, desde aqueles negativos, tais como a ansiedade, o medo, a frustração, a inibição, a tensão, os nervosismos, o isolamento, a vergonha e o estresse, até os positivos como a sensação de conforto, bem-estar, felicidade e ânimo” (MICCOLI, 2007, p. 210), pois aqui fica claro o sentimento de medo e pânico da professora diante do comportamento dos alunos e também da coordenadora. Além disso, a professora diz estar confusa diante da estratégia disciplinadora da coordenadora, pois afirma não estar preparada para agir de forma tão agressiva.

Apesar da impressão negativa nesse primeiro dia, a professora

chegou a relatar no trecho a seguir algumas experiências boas que, surpreendentemente, foram de cunho cognitivo:

Após essa entrada e interrupção abrupta sobre a bagunça e caos generalizado, pude então me apresentar e dizer que era a nova professora de inglês. Para minha surpresa alguns alunos começaram a falar algumas coisas em inglês: “hi” “hello” e um deles até falou que sabia contar de 1 a 10 em inglês, de repente havia vários alunos me perguntando como se falava o nome deles em inglês ou como se fala tal ou tal palavra. Quando pensava em falar sobre o livro e o que faríamos, o sinal bateu e tive que ir para a próxima turma, onde a situação que encontrei foi ainda pior.

Como dito acima, experiências cognitivas se referem ao aprendizado dos alunos. Aqui podemos encaixar o relato dentro da subcategoria cognitiva *experiências de participação e de desempenho*, pois a atitude dos alunos, sob a perspectiva da professora, se aproxima da descrição de Miccoli (2007) para participação e desempenho:

Nesta subcategoria estão os relatos que se referem às percepções sobre a participação e o desempenho nas atividades em sala de aula. *Participação* tem a ver com *experiências mais passivas* em relação a uma atividade, tais como: *prestar atenção* ou acompanhar uma leitura. *O desempenho* demonstra um *envolvimento ativo numa tarefa*, tais como: entrar em uma discussão, contribuir para o desenvolvimento da atividade através de respostas às perguntas do professor ou ser voluntário. (MICCOLI, 2007, p. 203-204)

Ao conseguir se apresentar aos alunos, a professora se diz surpresa em saber que muitos já sabiam palavras em inglês e que também demonstravam interesse em aprender outras. Para a professora, essa parte da aula parece ser o que mais se aproximou das expectativas que ela tinha sobre o que de fato é uma aula de língua inglesa, como conseguir se apresentar e tentar apresentar o material e o cronograma do curso. Nos trechos finais de seu relato, a professora volta a relatar experiências de cunho afetivo-social. Entretanto, a professora faz menção a experiências indiretas ao falar da escola e de sua relação com a mãe de um aluno:

Apesar das várias privações de material didático e falta de tempo para poder trabalhar e ensinar as bases da língua inglesa para os alunos, o que realmente me desgastou durante o ano letivo que trabalhei ali foi a indisciplina dos alunos e a falta de apoio das famílias e dirigentes da escola para resolvê-la. Eu me senti desamparada de todas as formas possíveis. Desencorajada, frustrada e completamente desorientada sobre o que, realmente, era esperado de mim como professora, pois lecionar se tornava a cada dia mais e mais difícil.

No trecho acima, a professora comenta experiências indiretas contextuais que se encaixam na categoria *experiências institucionais*, referindo-se ao nível contextual micro: a escola e sua infraestrutura (oferta de

material e tempo de aula). O destaque aqui, porém, é novamente para a indisciplina dos alunos e estresse emocional que isso causava na professora. Nesse trecho, ao falar de seu desencorajamento para continuar ensinando, a professora passa a relatar experiências da subcategoria afetiva *experiências de autoestima e atitudes pessoais*. Por fim, no último trecho, a professora narra o episódio que culminou no seu pedido de exoneração:

No fim do mês de setembro, fui agredida verbal e fisicamente por um aluno de 15 anos. Ao ligar para a mãe, ela me disse: "faça o que desejar com esse monstro". Eu me vi numa situação onde eu fiquei com pânico do aluno, o diretor da escola estava com medo do aluno, a sala de aula com medo do aluno, a sociedade com medo do aluno, a mãe com medo do aluno, quer dizer do filho. E eu fui aconselhada a pedir uma licença médica para acompanhamento psicológico e, depois a renovei, renovei, renovei e por fim constatei que trabalhar em um ambiente como esse havia roubado toda a minha alegria de lecionar e também a esperança de ver um futuro brilhante para aquelas vítimas de um governo relapso.

Aqui, novamente nos deparamos com experiências da subcategoria afetiva *experiências de autoestima e atitudes pessoais* originadas a partir de uma experiência social da subcategoria *tensão nas relações interpessoais*. Após a agressão do aluno e da indiferença da mãe, a professora se sentiu ameaçada e incapaz de voltar ao trabalho, o que motivou, após um tempo, seu pedido de exoneração. Esse último trecho também revela uma experiência que pode ser considerada uma *experiência indireta futura*, pois, ao afirmar que a hostilidade vivida dentro da escola lhe roubou a alegria de ensinar, ela está descrevendo uma experiência afetiva, mas que revelou algo que ainda precisa ser alcançado, nesse caso, seu desejo de ensinar inglês e ver os alunos aprenderem.

4. Considerações finais

Vimos que o relato da ex-professora da rede pública de Belo Horizonte é, em sua maior parte, de cunho afetivo e social, pois se refere aos seus sentimentos diante do comportamento dos alunos e sua relação com eles, que resultou em seu pedido de exoneração. Entretanto, podemos perceber que sua frustração teve origem não somente em experiências interpessoais, mas sim de um conjunto de experiências internas e externas à sala de aula. Além disso, como discutido acima, vimos que o ambiente hostil que a professora descreve desde o início de suas atividades na escola não correspondeu a suas muitas expectativas sobre seu papel de docente no ensino público. Tanto as experiências de indisciplina, quanto a

desconstrução de sua imagem enquanto professora da rede pública, culminaram em seu pedido de exoneração.

Em suma, podemos dizer que a análise de experiência se constitui metodologia completa e eficiente para analisar múltiplas questões referentes ao ensino de língua estrangeira, entre as quais podemos citar: indisciplina, motivação dos alunos e professores, por exemplo. Essa teoria pode, também, servir como insumo para a tentativa de se resolver possíveis incidentes de convívio entre professores e alunos, bem como problemas de organização e infraestrutura da escola, cujas implicações podem causar interferências no processo de ensino e aprendizagem em salas de aula.

Embora esse trabalho tenha buscado abranger um amplo arcabouço teórico que propusesse explicitar e explicar as nuances fenomenológicas das experiências vivenciadas pela professora, sabe-se que não pode ser considerado exaustivo, uma vez que as experiências dos alunos não foram incluídas na análise e, portanto, ainda há questões que podem ser levantadas e pesquisadas.

ANEXO

Relato completo

Meu nome é Katia [nome fictício] e sou professora de inglês. Eu já trabalhei em cursos livres, com aulas particulares e no ensino público regular durante um ano. Antes de começar a relatar minha experiência na rede pública gostaria de falar sobre a minha formação e os motivos que me levaram a prestar um concurso público.

Sou graduada em letras pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG onde cursei primeiramente Inglês Licenciatura e em seguida Português Licenciatura. Gosto muito de lecionar a língua estrangeira e também portuguesa. Acredito que nós professores de língua estrangeiras temos, “idealisticamente”, uma oportunidade muito boa de trabalhar diversos conteúdos que vão além da sala de aula, como cultura, política, comportamento e muitas nuances que podem transformar a realidade e a vida dos alunos. Acreditando nisso, no ano de 2010 prestei um concurso para o cargo de professor municipal de inglês e tendo sido aprovada fui contratada.

Próximo a minha casa há uma escola da rede municipal e foi para lá que eu fui chamada para assumir as turmas de 7º e 8º ano. A princípio fiquei muito feliz e encorajada de trabalhar lá, por estar perto de casa e pelo que eu pude observar, a escola tinha uma estrutura adequada, quadras, refeitório e até mesmo um estacionamento.

Confesso que fiquei em estado de choque no meu primeiro dia de aula.

Parecia que os alunos estavam “endemoninhados”. Gritavam, xingavam, brigavam e embora parecesse que não era nada contra mim, que acabara de chegar, parecia que eles não davam a mínima para o fato de a professora estar na sala. Calmamente, pus minha bolsa na mesa e me assentei, sorrindo para os alunos, aguardando que eles se assentassem e fizessem silêncio para que eu pudesse me apresentar e começar a minha aula. Acredito ter ficado uns 15 minutos petrificada e estarecida com aquele comportamento. De repente, uma batida ensurdecedora na porta me arrancou da minha estaticidade e me arre-messou novamente para o que ocorria diante dos meus olhos, a sala estava fora de controle e eu em pânico. A coordenadora, subitamente, começou a gritar com os alunos e demandou que eles ficassem calados. O que estranhamente funcionou. Parecia que as coisas ali funcionavam, simplesmente, à base do grito, o que nunca foi normal e muito menos confortável para mim.

Após essa entrada e interrupção abrupta sobre a bagunça e caos generalizado, pude então me apresentar e dizer que era a nova professora de inglês. Para minha surpresa alguns alunos começaram a falar algumas coisas em inglês: “hi” “hello” e um deles até falou que sabia contar de 1 a 10 em inglês, de repente havia vários alunos me perguntando como se falava o nome deles em inglês ou como se fala tal ou tal palavra. Quando pensava em falar sobre o livro e o que faríamos, o sinal bateu e tive que ir para a próxima turma, onde a situação que encontrei foi ainda pior.

Fortunately ou *unfortunately*, a coordenadora repetiu o mesmo procedimento e me encarou com um olhar esperançoso, mas firme dizendo que eu poderia começar a aula e que se precisasse era só dar um grito. Até hoje não entendi se o grito era para os alunos ou para chamá-la, mas uma coisa eu digo, a última coisa que eu queria era ter que levantar a voz para qualquer pessoa, muito menos 38 pessoas, que obviamente sabiam gritar de volta e se defender de forma voraz.

Apesar das várias privações de material didático e falta de tempo para poder trabalhar e ensinar as bases da língua inglesa para os alunos, o que realmente me desgastou durante o ano letivo que trabalhei ali foi a indisciplina dos alunos e a falta de apoio das famílias e dirigentes da escola para resolvê-la. Eu me senti desamparada de todas as formas possíveis. Desencorajada, frustrada, e completamente desorientada sobre o que, realmente, era esperado de mim como professora, pois lecionar se tornava a cada dia mais e mais difícil.

No fim do mês de setembro, fui agredida verbal e fisicamente por um aluno de 15 anos. Ele ficou nervoso quando pedi que mudasse de lugar, pois estava atrapalhando a aula. Ele ficou furioso veio pra cima de mim e me deu um chute e empurrão. Eu me senti tão desrespeitada. Tão ferida. Hurt! Ao ligar para a mãe, ela me disse: “faça o que desejar com esse monstro”. Eu me vi numa situação onde eu fiquei com pânico do aluno, o diretor da escola estava com medo do aluno, a sala de aula com medo do aluno, a sociedade com medo do aluno, a mãe com medo do aluno, quer dizer do filho. E eu fui aconselhada a pedir uma licença médica para acompanhamento psicológico e depois a renovei, renovei, renovei e, por fim, constatei que trabalhar em um ambiente como esse havia roubado toda a minha alegria de lecionar e também a esperança de ver um futuro brilhante para aquelas vítimas de um sistema problemático

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARIAS, Maria R. T. Heidegger em Ser e Tempo: diálogos com a educação escolar. CONGRESSO DA FENOMENOLOGIA DA REGIÃO CENTRO-OESTE, 5, 2013, Goiânia. *Anais...* vol. 2, n. 2, Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2013.

HUSSERL, Edmund. *A ideia da fenomenologia*. Trad.: Artur Morão. Rio de Janeiro: Edições 70, 1913.

LAPO, Flavinês R.; BUENO, Belmira O. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 118, p. 65-88, mar. 2003.

LIMA, Carolina V. A. *Experiências de indisciplina e aprendizagem: Um estudo de caso em uma turma de um curso livre de inglês*. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). UFMG, Belo Horizonte.

MICCOLI, Laura. Experiências de estudantes em processo de aprendizagem de língua inglesa: por mais transparência. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, vol. 15, n. 1, p. 197-224, jan./jun. 2007.

MANNEN, Max van. *Transcendental phenomenology*. Disponível em: <<http://www.phenomenologyonline.com/inquiry/orientations-in-phenomenology/transcendental-phenomenology>>. Acesso em: 09-06-2014.

**O DISCURSO JORNALÍSTICO
ACERCA DE LAMPIÃO E DE SEU BANDO
NOS JORNAIS *MUNDO NOVO* E *O LIDADOR***

Liliane Lemos Santana Barreiros (UEFS)
lilianebarreiros@uefs.br

RESUMO

Tem-se por objetivo no presente estudo analisar o discurso jornalístico em duas reportagens sobre Lampião e seu bando, veiculadas no jornal *Mundo Novo*, em 07/08/1931, e no jornal *O Lidador*, em 31/07/1938, a fim de perceber como esse gênero midiático constitui-se no campo da atividade social, bem como verificar os elementos implícitos e explícitos presentes no *corpus*, que, linguística e extralinguisticamente, constituíram a imagem do cangaço. Para tanto, utiliza-se dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, visto que remete à história e às condições de produção dos enunciados e das enunciações dos sujeitos sociais.

Palavras-chave: Texto jornalístico. Análise do discurso. Lampião.

1. Introdução

O jornalismo, na atualidade, age por meio da difusão, da periodicidade e da universalidade, atendendo a questões como o acesso às informações, e o emprego de meios como o rádio, a televisão, o texto impresso e a Internet, possibilitando à comunidade o conhecimento dos fatos, para que possa se informar, constituir uma opinião ou posicionar-se em relação aos acontecimentos. Assim, torna-se fundamental o papel das instituições que veiculam as notícias, pois, segundo Melo (2003, p. 18), a crença em suas informações depende de sua sintonia com os anseios da coletividade. Dessa forma, não se considera uma verdade como absoluta, mas como aceitável.

Para o jornalismo, a verdade relaciona-se à isenção e à neutralidade. Conforme Abreu (2005), a eficácia do discurso jornalístico vincula-se à verossimilhança do enunciado: “quanto mais verossímil for a narrativa, maior será a possibilidade de aceitação” (ABREU, 2005, p. 179). O leitor será levado a crer no que lhe é transmitido, a partir das condições sociotemporais de assimilação desse discurso. Desse modo, não há um compromisso com a verdade absoluta de que falavam os filósofos gregos do passado, mas com o que a sociedade em questão aceita como verossímil.

Ao abordar sobre o cangaço – um movimento social surgido no

Nordeste brasileiro no final do século XIX, fruto da diferença de classes da região –, o discurso oficial da época era calcado nos atos de violência que o bando de cangaceiros cometia: as manchetes de jornais anunciavam os demônios das caatingas. No entanto, percebe-se hoje uma variação nas versões sobre o tema. A própria imagem do comandante do bando, Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, transcorre caminhos discursivos paradoxais: ora é apresentado como o facínora, ora como o mocinho. Logo, cada esfera de utilização da língua “*elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso*” (BAKHTIN, 2006, p. 262).

Deste modo, tem-se por objetivo no presente artigo analisar o discurso jornalístico contido em duas reportagens sobre Lampião e seu bando, veiculadas no jornal *Mundo Novo*, em 07/08/1931, e no jornal *O Lidador*, em 31/07/1938, a fim de perceber como essa ferramenta midiática se constitui no campo da atividade social, bem como verificar as marcas linguísticas presentes no *corpus*. Parte-se do pressuposto de que todo trabalho de análise do discurso remete à história e às condições de produção dos enunciados e das enunciações dos sujeitos sociais. Portanto, as reflexões apresentadas são direcionadas ao enquadramento dado às notícias na perspectiva discursiva da memória sócio-histórica construída nos jornais, a partir de valores ideológicos (político, econômico, religioso) que são elementos fundamentais na constituição da imagem da resistência.

2. O discurso jornalístico em *Mundo Novo* e *O Lidador*

Mundo Novo é um município brasileiro do estado da Bahia, que fica localizado no Piemonte da Chapada Diamantina, a 294 km de Salvador (capital da Bahia), tendo como vias de acesso as rodovias BR 324 e BA 052 (Estrada do Feijão) e cidades vizinhas: Baixa Grande, Piritiba, Mairi, Tapiramutá, Ruy Barbosa e Macajuba (IBGE, *online*). A origem de Mundo Novo está ligada a um contexto de crise econômica provocada pela grande seca que assolou a região nordeste do Brasil em meados do século XIX. A cidade foi fundada em 1833, pela tropa de boiadeiros liderada pelo Sr. José Carlos da Mota (LIMA, 1988). Portanto, Mundo Novo tem, na pecuária bovina, a origem da sua história no contexto social e político da Bahia.

Apesar do rápido crescimento de Mundo Novo, “a terra que gozava da reputação de reunir no seio de sua sociedade ilustres intelectuais, poetas e oradores brilhantes, não possuía, até 1920, um veículo próprio

para externar as suas ideias” (LIMA, 1988, p. 71). A criação de um jornal local era pensamento constante entre os mundonovenses, e assim se fez. No dia 12 de setembro de 1920, foi lançado o jornal *Mundo Novo* pelo Sr. Vicente Ângelo de Lima.



Jornal *Mundo Novo*, de 07 de agosto de 1931, Ano XI, N. 182, Mundo Novo – BA

Em 1926, o jornal passou à propriedade do Sr. Manoel Dias de Souza que, posteriormente, o vendeu ao Sr. Nemésio Lima. Este manteve o jornal em circulação até o ano de 1933, quando, por questões políticas, foi definitivamente fechado. O Sr. Nemésio Lima se mudou para Jacobina, uma cidade vizinha, onde reabriu o jornal com o nome de *O Lidador*.



Jornal *O Lidador*, de 31/07/1938 (manchete de capa), Ano V, n. 246, Jacobina-BA

Os dois jornais eram respeitados e de considerável circulação nas regiões circunvizinhas. O primeiro, *Mundo Novo*, era intitulado como “jornal imparcial” e o segundo, *O Lidador*, definia-se como “jornal noticioso e independente”. Assim, percebe-se que esses jornais se apresentavam “ilusoriamente” como neutros e objetivos, assumindo uma posição de realidade completa, livre de subjetivações, e que procuravam enfatizar os relatos dos acontecimentos por uma única lente: a da imparcialidade.

Entretanto, o gênero notícia não deve ser pensado apenas como um conjunto de informações explícitas na materialidade linguística do texto, mas como um espaço necessário para a articulação discursiva, a fim de empreender os sentidos edificados sem se deter a aspectos puramente estruturais. Marshall McLuhan afirma que:

O jornal é uma forma confessional de grupo que induz à participação comunitária. Ele pode dar uma “coloração” aos acontecimentos, utilizando-os ou deixando de utilizá-los. Mas é a exposição comunitária diária de múltiplos itens em justaposição que confere ao jornal a sua complexa dimensão de interesse humano. (MCLUHAN, 2007, p. 231).

Nesse sentido, é preciso ultrapassar os limites textuais e considerar os fenômenos contextuais, sociais e ideológicos imprescindíveis e reveladores da construção semântica do texto jornalístico, o que implica dizer “que o discurso da mídia revela particularidades que estão além da notícia” (GOMES, 2007, p. 7).

De acordo com a definição de Bakhtin, os gêneros discursivos são considerados como “enunciados relativamente estáveis”, reconhecíveis e aceitos socialmente, caracterizados “pelo conteúdo temático, estilo e construção composicional” (BAKHTIN, 2006, p. 261-262). Do ponto de vista do autor, a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas, porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana. Desta forma, a concepção de gêneros discursivos extrapola a esfera linguístico-textual para englobar características mais amplas, até chegar ao contexto sócio-histórico de produção e de circulação dos enunciados.

Pode-se chamar de gêneros a diversidade de textos que ocorrem nos ambientes discursivos da sociedade, os quais são materializações linguísticas de discursos textualizados, com suas estruturas relativamente estáveis. Para Bakhtin (2006),

Uma determinada função (científica, técnica, publicista, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis. (BAKHTIN, 2006, p. 266)

Conforme Bakhtin (2006), os gêneros são unidades triádicas, passíveis de serem divididas para fim de análise em unidade composicional, unidade temática e estilo, disponíveis num inventário de textos, criado historicamente pela prática social, com ocorrência nos mais variados ambientes discursivos, que os usuários de uma língua natural atualizam,

quando participam de uma atividade de linguagem, de acordo com o efeito de sentido que querem provocar nos seus interlocutores.

Para Bakhtin (2010), a língua é concreta, realizando-se através dos atos de fala, ou seja, da comunicação efetiva entre seus usuários, o que a caracteriza como um elemento do discurso, como a linguagem em uso. Em adição, a linguagem pode ser considerada como um ato social que se realiza e se modifica nas relações sociais, sendo, ao mesmo tempo, meio para a interação humana e resultado dessa interação, já que os seus sentidos não podem ser desvinculados do contexto de produção. Desse modo, o estudo da língua deve começar com o estudo do contexto social em que se efetuam suas múltiplas formas, pois “a língua, no seu uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida” (BAKHTIN, 2010, p. 99). Por isso,

[...] não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. [...]. Em condições normais, o critério de correção linguística cede lugar ao critério puramente ideológico: importa-nos menos a correção da enunciação do que seu valor de verdade ou de mentira, seu caráter poético ou vulgar etc. (BAKHTIN, 2010, p. 98-99)

Logo, a língua não pode ser vista como um sistema abstrato de formas normativas, pois é resultante de um trabalho coletivo e histórico, refletindo as relações sociais “relativamente estáveis” dos falantes. Segundo Bakhtin “a língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes*” (BAKHTIN, 2010, p. 128). Percebe-se que Bakhtin reforça o caráter dialógico da língua ao evidenciar que é por meio dela que se produzem enunciados concretos, que se materializam nos gêneros discursivos.

Além disso, de acordo com os preceitos bakhtinianos, os gêneros são constituídos historicamente, considerando-se as diferentes formas de interação verbal da vida social. Desse modo, toda enunciação se materializa em um ou mais gêneros discursivos. Nesse sentido, entende-se que os gêneros discursivos são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social, e surgem a partir das necessidades e das atividades socioculturais.

Nessa perspectiva, a palavra assume um papel primordial, pois é a partir dela que o sujeito se constitui e é constituído. Essa, compreendida

como signo ideológico, é parte integrante de uma realidade, seja ela social ou não. Com isso, a palavra, em situação de uso, é um espaço de produção de sentido. Dela emergem as significações que, conseqüentemente, se fazem no espaço criado pelos interlocutores em um contexto sócio-histórico dado. Assim, por ser um espaço gerador de sentido, a palavra controla e é controlada por meio dos mecanismos sociais.

A palavra está imersa numa situação social determinada e carrega consigo conteúdos e sentidos ideológicos subjetivos. Diante disso, há o que se chama de determinismo social, ou seja, dependendo do interlocutor, da situação de uso, o falante determina qual a melhor palavra a ser utilizada. Como afirma Bakhtin (1981, p. 113), “as palavras que se pronunciam ou são inscritas numa materialidade linguística, são verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais e produzem reações de ressonâncias ideológicas”.

No ato da enunciação, o sujeito comunicante (destinador) tem pleno domínio sobre o sujeito destinatário, uma vez que o constrói idealmente, com a intenção de sobre ele produzir efeitos correspondentes a seu projeto de fala (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004). No entanto, não há a certeza de que o destinatário reagirá conforme o esperado, pois, enquanto sujeito interpretante, selecionará as informações e as interpretará de acordo com seu histórico psicológico, social, cultural; ou seja, de acordo com sua visão de mundo. Observa-se, dessa forma, que a comunicação é própria dos indivíduos que vivem em sociedade, que não cessam de trocar mensagens com a ajuda de sistemas de signos, com o objetivo de persuadir e seduzir, de estabelecer relações de influência mais ou menos eficazes (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004).

Comunicação implica persuasão e troca de informações entre indivíduos de um meio social, e tem como consequência a própria evolução desse meio, à medida que atribui papéis, como os de prover a informação, a transmissão de cultura, a persuasão e a educação. A análise do discurso enfoca tais questões, observando que um discurso não consiste em mera transmissão de informações, mas nos efeitos de sentido produzidos a partir de suas condições de produção. Dessa forma, no discurso, ocorre a interação entre autor e interlocutor, com base na forma como o texto em questão estiver estruturado, articulado com o contexto (social), constituindo as identidades. Segundo Orlandi (2001, p. 117):

[...] o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de

situar os protagonistas e o objeto do discurso. (ORLANDI, 2001, p. 117)

Dessa forma, o discurso se constitui objeto de estudo, ao se considerar as condições em que foi produzido e os efeitos de sentido que produz na interação entre emissor e receptor. Tais efeitos são causados pelo modo como o texto está estruturado (e contextualizado), no qual são constituídas as identidades. A escolha de termos e de construções depende da articulação do discurso com o contexto social, refletindo o que Pêcheux denomina “formações ideológicas”, ou seja, a ideologia transmitida nas formações discursivas.

Assim, pode-se inferir que as fontes de informação que constituem o *corpus* desse trabalho foram de considerável contribuição na construção semântica dos relatos sobre os acontecimentos decorrentes das ações dos cangaceiros.

3. *Vida e morte de Lampião: transcrição e análise das notícias*

A desigualdade social no campo sempre trouxe divergências para o povo sertanejo. O abuso de poder, de uma forma geral, dos latifundiários sobre os camponeses era um dos maiores agravantes para as pessoas do campo seguirem a vida como cangaceiros. De acordo com Ferreira e Amaury (1997, p. 11), “[...] um bando de cangaceiros era um agrupamento de homens armados que faziam do roubo, da vingança, da extorsão e de outros delitos, seu meio de vida”. Eles encontravam no cangaço uma condição de poder paralelo, um tanto selvagem, para atuarem “de igual para igual” contra as autoridades, além de considerar o movimento como um meio de vida.

Entretanto, não é justo argumentar que apenas os cangaceiros eram violentos naquela época. A conjuntura, como um todo, era assim. Os coronéis mandavam matar pequenos proprietários para se apropriarem das terras, a polícia reprimia em nome da república e o cangaço agia dessa maneira. (ANDRADE, 2007)

O capitão Virgulino Ferreira da Silva foi o cangaceiro mais famoso de todos os tempos. Tanto que, a morte dele refletiu diretamente no fim do cangaço. Os inúmeros atos exercidos pelo cangaceiro Lampião, entre os mais violentos e os mais ousados, repercutiam bastante na região, tornando-se notícia nos meios de comunicação da época e falares populares, o que obrigou, na década de 1930, o Estado Novo a reforçar suas tropas em busca de exterminar o cangaço de uma vez por todas.

Lampião não foi nem o primeiro, nem o último cangaceiro a atuar na região Nordeste, pois o cangaço ainda se manteve até o ano de 1940, mas a morte do cangaceiro representou, também, o sossego para grande parte do povo do Nordeste. “Contudo, nem os acontecimentos em Angicos, nem o cemitério de Quintas deixaram Lampião descansar, pois continua sendo um dos personagens históricos mais famosos da cultura popular brasileira”. (CHANDLER, 1980, p. 265)

A seguir, apresentam-se a transcrição semidiplomática de duas notícias relacionadas ao contexto do cangaço. O método filológico escolhido subsidia e ilustra a análise linguística proposta, ao fornecer com critérios um texto fidedigno, que conserva, na medida do possível, todas as características da *scripta* do texto original. Esse tipo de trabalho de edição de documentos manuscritos também é importante por ser uma das formas de preservação que os tornam acessíveis a um grande número de leitores. Para Cambraia (2005):

Considerando que, após se ter restituído à forma genuína de um texto escrito, ele é, via de regra, publicado novamente, contribui-se também, assim, para a transmissão e preservação desse patrimônio: colabora-se para a transmissão dos textos, porque, ao se publicar um texto, este se torna novamente acessível ao público leitor; e contribui-se para a sua preservação, porque se assegura sua subsistência através de registros em novos e modernos suportes materiais, que aumentarão sua longevidade. (CAMBRAIA, 2005, p. 19-20)

A primeira notícia transcrita foi veiculada no jornal *Mundo Novo*, em 07/08/1931, e aborda sobre a ação de Lampião e seu bando no Nordeste. Já a segunda notícia, foi publicada no jornal *O Lيدador*, em 31/07/1938, e anuncia a sua morte.

Notícia 1 – veiculada no jornal *Mundo Novo* de 07 de agosto de 1931, Ano XI, N. 182, p. 2.

Lampeão!

- 5 Só Deus, certamente, com a sua infallível justiça, concederá aos nossos patricios nordestinos verem-se livres das terríveis façanhas de um demonio, em forma humana, mais conhecido pela alcunha de <Lampeão>.
- 10 Localizado, ha muitos annos, nas proximidades de Joazeiro – Bomfim, ali permanece o infeliz obreiro arrancando, impiedosamente, a vida e a honra a centenas e centenas de creaturas

- 15 indefeças que lhe caem ás mãos,
sem que o governo do nosso paiz
tenha um só gesto de compaixão
para com tanta calamidade, ou
mesmo de attenção para com
- 20 aquelles que lhe foram parte in-
tegrante na conquista do po-
der!...
- Tão triviaes ja se tornaram
os actos do temivel bandido, que
- 25 ja não causa mais panico nem
surpreza quando um jornal ap-
parece noticiando-os, embora
os mais recentemente pratica-
dos, bastantes para a vergonha
- 30 de um povo que tem Exercito,
Lei e Justiça!
- Tudo, homicidios, deflora-
mentos, incendios, saques, de-
predações, insultos aos poderes
- 35 constituídos, tudo passando vae,
desapercebidamente, sob a alle-
gação de que a Nação não pode
custear o movimento de captura
ou morte ao bandoleiro, emquan-
- 40 to sommas vultuosas são dis-
pendidas, com a proteção do ca-
fe, fumo, etc.
- Entra governo, sae governo e
<Lampeão> permanece a injuri-
- 45 al-os todos, afrontadoramente,
sem que surja, dos Quarteis ou
do Cattete, um homem que com-
prehenda os prejuizos e a indis-
ciplina que vem infringindo e im-
- 50 plantando a impunidade do ban-
ditismo, como se fosse o Nordes-
te habitado simplesmente por
creaturas selvagens, imbecis, di-
gnas desses tormentos, que so-
- 55 bem de ponto quando O FISCO,
o polvo insaciavel, estende os
braços para sagar, gotta a gotta,
o suor desta mesma gente.
- Não ha argumento serio que
- 60 justifique a impunidade do gru-
po de Lampeão, que dia a dia
vae tornando-se mais forte, de
geito a, com o correr do tempo,
o sacrificio de muitas vidas cus-
- 65 tar-nos a sua extinção, caso a-

- pareça no destino do Paiz antes da morte natural de Lampeão, um brasileiro que por isso se interesse.
- 70 Nada de appellos mais, nada de esperanças vãs, mas, aguardando nos chegue, com naturalidade, a paz e o conforto a que temos direito junto aos irmãos do Nordeste, imploremos ao Divino Mestre, incessantemente, o Seu auxilio, e quedemos na comvicção de que seremos favorecidos, porque só Elle é eterno
- 80 e poderoso.

Notícia 2 – veiculada no jornal *O Lidador* de 31 de julho de 1938 (manchete de capa), Ano V, n. 246, Jacobina – BA.

- Lampeão Morto!
Mortos e decapitados o facinora, oito dos seus cabras, sua amante e outra mulher.
Pela Radio Nacional foi confirmada a notícia da morte do famigerado bandido Lampeão, que, ha mais de
- 5 vinte anos, vem apavorando o povo de alguns Estados nordestinos.
- Graças ao valor e à pertinacia da policia alagoana,
- 10 após renhido combate, foi baqueado, finalmente, no dia 28 dêste, no logar Angico, do Estado de Sergipe, o Terror do Nordeste, juntamente
- 15 com oito dos seus cabras, a sua amante e outra companheira do grupo.
- O comandante da força telegrafou incontinente ao Inter-
- 20 ventor Federal de Alagôas comunicando o fato, e remeteu as 10 cabeças da estu-
penda caçada para a cidade de Piranhas, daquele Estado.
- 25 Desta vez acreditamos que Lampeão morreu mesmo.

Na notícia 1, o discurso está relacionado à defesa do povo nordestino contra os ataques dos cangaceiros e prevê uma possível extinção da raça humana, caso o governo não consiga pôr fim a situação antes da morte natural de Lampeão; centra-se na crítica a falta de esforços das autoridades e destaca o papel importante da população nas eleições “sem que o governo do nosso paiz tenha um só gesto de compaixão para com tanta calamidade, ou mesmo de atenção para com aquelles que lhe foram parte integrante na conquista do poder!...” (l. 16-22). De acordo com Marshall McLuhan: “[...] a imprensa é uma ação e uma ficção quotidianas, uma coisa que se faz com tudo que sucede numa comunidade. Pela sua disposição em mosaico, o jornal é uma imagem em corte da comunidade”. (MCLUHAN, 2007, p. 240)

Nessa perspectiva, percebemos que o jornal, veículo da mídia impressa de caráter objetivo, torna-se predominantemente subjetivo, visto que o sujeito enunciador se inclui também no discurso como membro da comunidade. Além disso, deve-se atentar para o fato de que o texto aparece vinculado ao discurso religioso. No que diz respeito aos adjetivos ou expressões com valor de adjetivo, pode-se dizer que eles são extremamente modalizadores, pois qualificam verbalmente o que às vezes é apenas uma imagem, formalizando um conceito de verdade, dando um valor depreciativo. Esses elementos evidenciam a contradição de “imparcialidade” proposta como logomarca do jornal *Mundo Novo*.

O título da manchete chama a atenção do leitor para que se concentre no objeto do discurso: ele orienta o caminho que o público irá percorrer no discurso. O leitor por meio dele, prevê o direcionamento do discurso textual, principalmente na notícia 2. Nesse caso, a escolha das palavras e da pontuação expressa um alívio por dar ciência a comunidade de um fato tão esperado – a morte de Lampeão. Diferentemente da notícia 1, na notícia 2, o discurso centra-se integralmente nos esforços das autoridades, em especial, a polícia alagoana, elogiando e mostrando um governo eminentemente preocupado com a defesa do território, sendo assim merecedor de eternos agradecimentos. Ressalta-se o valor de verdade empreendido na notícia, quando afirma que: “Desta vez acreditamos que Lampeão morreu mesmo” (l. 28-29), tendo em vista que essa notícia já tinha sido veiculada outras vezes sem veracidade.

4. Considerações finais

O movimento do cangaço e seu legítimo representante, Virgulino

Ferreira da Silva, tornaram-se temas das mais diversas áreas da produção cultural do país, sendo representado em livro, artesanato, música, cinema, teatro, cordel, entre outros, até os dias de hoje. Com base na breve análise apresentada de notícias que foram veiculadas durante o movimento do cangaço, pode-se afirmar que todo discurso não é único, mas vem interpelado por discursos pré-concebidos, os “já ditos”.

A utilização das estratégias argumentativas e do uso de modalizadores, em especial, dos qualificadores negativos, como adjetivos, advérbios e pronomes conjugados em primeira pessoa, observa-se a construção do discurso acerca dos cangaceiros, demarcando o posicionamento assumido pelo orador. Constata-se também, que o enquadramento da cobertura noticiosa dos jornais seguia uma determinação político-ideológica, visto que o contexto linguístico dos mesmos se caracterizou como um portavoiz do poder, assumindo em primeira instância, uma expressão local como ficou evidente na notícia 2.

Deste modo, apresentou-se uma análise preliminar, já que existem outras possibilidades de compreensão e leitura aos olhos de outro ouvinte/analista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. C. *A Peucer, o que é de Cícero: a odisséia narrativa entre a história e o jornalismo*. In: Estudos em Jornalismo e Mídia, vol.II, n.1. Florianópolis, 1º. sem. 2005. Disponível em: <<http://posjor.ufsc.br/public/docs/147.pdf>>. Acesso em: 10-012012.

ANDRADE, M. J. P. de. *A saga de Lampião pelos caminhos discursivos do cinema brasileiro*. 2007. 142f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, 2007.

BAKHTIN, Mikhail M. (V. N. Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Trad.: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 14. ed. São Paulo: Hucitec. 2010.

_____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Problemas da poética de Dostoievski*. São Paulo: Forense, 1981.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CHANDLER, B. J. *Lampião, o Rei dos Cangaceiros*. Trad.: Sarita L. Barsted. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CHARADEAU, P.; MAINGUENAU, M. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

FERREIRA, V.; AMAURY, A. *O Espinho do Quipá: Lampião, a história*. São Paulo: Buonfiglio, 1997.

GOMES, A. L. *Além da notícia*. Natal: EDURFRN, 2007.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE cidades*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 13-01-2012.

Jornal Mundo Novo, 07/08/1931. Ano XI, n. 182, p. 2, Mundo Novo-BA.

Jornal O Lidador, 31-07-1938. Ano V, n. 246, Jacobina-BA.

LIMA, D. de. *Mundo Novo, Nossa Terra, Nossa Gente*. Salvador: Contemp, 1988.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Trad.: Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2007.

MELO, J. M. M. *Jornalismo opinativo*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

RECONSTITUIÇÃO E ANÁLISE DE DOCUMENTOS ANTIGOS DO FINAL DO SÉCULO XIX DO SUL DO BRASIL

Tatiana Ribeiro (UFSM)

tatianajsr@hotmail.com

Tatiana Keller (UFSM)

tatianakeller.ufsm@gmail.com

RESUMO

Historicamente, o trabalho filológico é de suma importância, pois auxilia no estudo das línguas modernas e também na investigação das mudanças que estas sofrem no decorrer do tempo por meio da reconstituição do texto escrito. Assim, neste trabalho de cunho filológico, são apresentadas as edições fac-similar e paleográfica/semidiplomática de 4 documentos antigos escritos no ano de 1890 no estado do Rio Grande do Sul: dois memoriais, um telegrama e um recibo, coletados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, tendo como fonte o Fundo Junta Intendencial da cidade. O propósito deste estudo é compreender a importância do trabalho filológico na preservação e no acompanhamento da transformação da língua. Apresentamos também as normas de edição crítica, descritas por Cambraia (2005), usadas nas transcrições e as dificuldades de aplicação dessas regras, devido à caligrafia dos redatores, rasuras, desgaste de tinta e cortes nas margens dos manuscritos. Ademais, o trabalho busca ressaltar as peculiaridades da língua portuguesa presentes nos textos neste determinado momento do final do século XIX, na região central do sul do Brasil, no que se refere a aspectos linguísticos, tais como: a presença de consoantes geminadas, abreviaturas, a não separação vocabular, ausência de sinais de pontuação e de acentos gráficos nas palavras.

Palavras-chave:

Documentos antigos. Edição fac-similar. Edição paleográfica. Língua portuguesa.

1. Introdução

Historicamente, o trabalho filológico é de suma importância, pois auxilia no estudo das línguas modernas e também na investigação das mudanças que estas sofrem no decorrer do tempo por meio da reconstituição do texto escrito.

Para a realização do estudo foi preciso, primeiramente, um trabalho de coleta de dados em que se buscaram manuscritos não literários datados do final do século XIX, precisamente de 1890. Tais documentos foram extraídos do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, tendo como fonte o Fundo Junta Intendencial da cidade.

A partir dessa coleta, realizaram-se, conforme Cambraia (2005),

duas edições de texto: *fac-similar* e *paleográfica* ou *semidiplomática*, a fim de facilitar o entendimento dos documentos antigos e de explorar de forma mais original possível o conteúdo linguístico existente. A escolha da edição semidiplomática é a mais adequada para linguistas e pesquisadores, porque essa edição, de acordo com Cambraia (1999, p. 16), “tem como vantagem respeitar ao máximo as características do original, fazendo-se, no entanto, pequenas intervenções [...] com o objetivo de viabilizar a leitura ao seu público”, e, assim, expõe as particularidades do documento devido à baixa intervenção do editor.

Realizada as edições, buscou-se analisar os manuscritos apresentando características dos elementos dos modelos, tais como aspectos físicos e aspectos linguísticos, incluindo peculiaridades dos caracteres alfabéticos, abreviaturas, diacríticos, sinais de pontuação, entre outros; além de apresentar dificuldades na efetuação do trabalho de edição.

2. Fundamentação teórica

2.1. Definições de edição

Cambraia (2005) salienta que cada edição obedece a uma finalidade e deve adequar-se a ela. Sendo assim, na edição *fac-similar* não há interferência do editor e o modelo é reproduzido por meio de fotografia. Cambraia (1999, p.14) destaca, porém, que “quanto aos fac-símiles, fotografias ou cópias xerográficas, convém salientar que nem mesmo esses recursos são capazes de reproduzir com absoluta fidelidade as características de um original”. Então, para uma reprodução mais fiel possível das propriedades do original, cuidados com uma boa iluminação e o uso de uma câmera de boa qualidade são importantes.

A edição *semidiplomática*, por sua vez, apresenta algumas características do original desenvolvidas, a fim de facilitar o entendimento e a leitura do texto. A escolha da edição semidiplomática é necessária, pois abre a possibilidade de os documentos serem conhecidos por um público interessado como pesquisadores de diversas áreas, além dos linguistas.

A viabilização dos estudos diacrônicos depende, sem dúvida, da realização de edições rigorosas e fidedignas, que ofereçam o máximo possível de informações sobre o texto, reproduzindo, na medida do possível, todas as características do original e efetuando apenas aquelas intervenções que se fizerem necessárias para a inteligibilidade do texto (como, por exemplo, o desdobramento de abreviaturas). (CAMBRAIA, 1999, p. 14)

Para estudos de ordem filológica, a escolha dessas edições é a mais apropriada, pois revelam o manuscrito sem alterações (fac-similar) e com pequenas modificações (semidiplomática), permitindo ao interessado a leitura e comparação entre elas.

3. Metodologia

3.1. Corpus de análise e critérios de seleção

O *corpus* de análise consiste em 4 manuscritos antigos da região central do Rio Grande do Sul, cidade de Santa Maria, do período do final do século XIX, especificadamente, do ano de 1890. Os documentos escolhidos foram dois memoriais, um telegrama e um recibo, com procedência do Fundo Junta Intendencial da cidade. Essa escolha teve como critérios de coleta que os textos fossem não literários e pertencessem ao final do século XIX, período anterior à normatização ortográfica em língua portuguesa.

Para a seleção de dados, primeiramente, entrou-se em contato com a instituição detentora dos documentos, o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM)¹⁸, sendo este constituído de documentos, jornais, fotografias, os quais englobam o passado e o desenvolvimento da cidade de Santa Maria e região até os dias de hoje.

Na realização da edição fac-similar, foi usado um tablet Samsung Galaxy Note 10, modelo N8000, em uma sala com luz natural na companhia de uma colega, o que facilitou a captura das fotografias.

3.2. Normas de edição

Para a edição fac-similar, não há normas. São necessários apenas cuidados no que diz respeito à qualidade do registro fotográfico. A seguir, apresentamos as definições das normas de edição utilizadas na transcrição paleográfica/semidiplomática, segundo Cambraia (2005).

1. Sinais abreviativos são desenvolvidos;
2. Diacríticos são uniformizados segundo a forma atual;

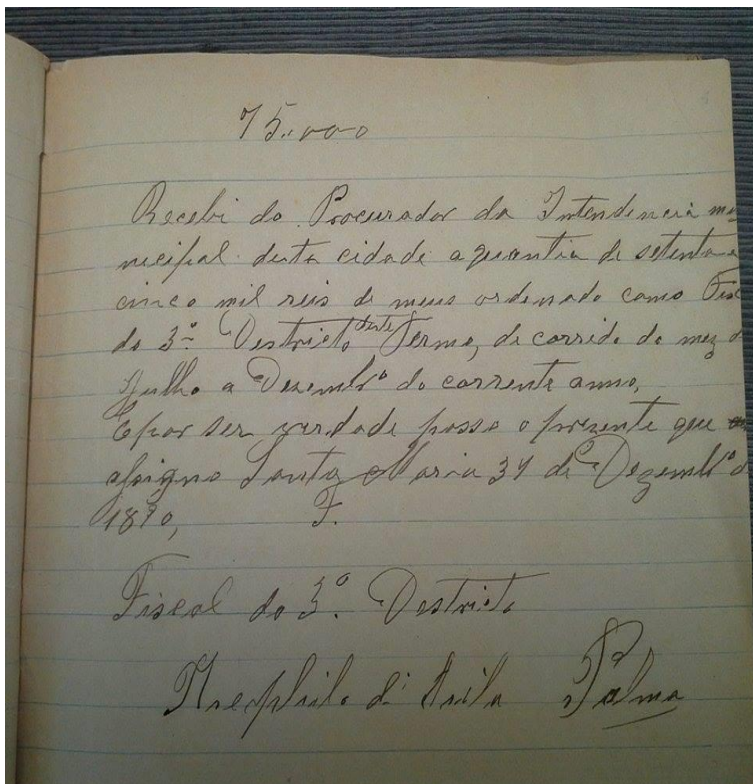
¹⁸ O site da instituição está disponível em: <<http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico>>.

3. Sinais de pontuação são transcritos como no original;
4. Caracteres de leitura duvidosa são transcritos entre parênteses redondos simples;
5. Caracteres de leitura impossível são antecedidos pela cruz e o número de pontos representará os caracteres ilegíveis;
6. Caracteres riscados são transcritos entre chaves duplas { { } };
7. Caracteres apagados são informados em nota;
8. Caracteres modificados são informados em nota;
9. Caracteres nas entrelinhas são transcritos entre parênteses uncinados duplos <<>>;
10. Caracteres nas margens dentro do texto são transcritos entre parênteses uncinados simples seguidos de chave simples <{ }>; quando não fizerem parte do texto, são informado em nota;
11. Conjecturas são inseridas por força do contexto entre parênteses uncinados simples <> e por desgaste do suporte entre colchetes simples { };
12. Mudança de punho é informada em nota;
13. Mudança de tinta é informada em nota;
14. As linhas são numeradas de 5 em 5 na margem externa do texto;
15. Qualquer outra particularidade é informada em nota.

4. Apresentação das edições

A seguir, apresentamos os 4 manuscritos de 1890 e suas edições fac-similar e paleográfica/semidiplomática, esta última com um cabeçalho que inclui informações sobre o documento (local, fonte, data).

4.1. Edições fac-similar e paleográfica do Recibo



LOCAL: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM)

DATA: 31 de dezembro de 1890.

FONTE: Fundo Junta Intendencial

TIPO DE DOCUMENTO: Recibo

EDIÇÃO: Paleográfica ou semidiplomática

1 75000

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Recebi do Procurador da Intendência municipal desta cidade a quantia de setenta e cinco mil reis de meus ordenado como Fis(cal)¹ do 3º Destrito <<deste>>¹⁹ Termo, de corrido do mez d(e)²⁰ Julho a Dezembrº do corrente anno, E por ser verdade passo o presente que A[†..]gno Santa Maria 31 de Dezembrº d(e) 10 1890, F.

Fiscal do 3º Destrito

M[†.....] d[†.] [†.....]la Palma

15

21

¹⁹ Texto escrito acima da linha.

²⁰ Margem cortada.

²¹ Margem cortada.

4.2. Edições fac-similar e paleográfica do Memorial I

19
dec 08

Memorial

Sendo o abaixo assinado credor desta
intendencia pelo resto de seu pagamento
relativo a trabalhos feitos na Rua da
Commercio, Contratados durante o exercicio
da extinta Camara, a contee que ate hoje
Nao tendo podido dita Conta ser amortizada
por di'fidelidades do cofre municipal
pelo que eu o abaixo assinado sujeitando-
a juras pelo emprestimo de dinheiro tomado
para pagamento de seus trabalhadores,
parece de todo o quidado que se ja
tomados prosi'fencias no sentido de ser
diminuido em parte o valor do seu credito
visto ser elle pobre, e causar-lhe outros-
prejuizos a de mora de ser saldo

Santa Maria 24 de Novembro de 1890

Manoel Vicente

LOCAL: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM)

DATA: 24 de Novembro de 1890.

FONTE: Fundo Junta Intendencial

TIPO DE DOCUMENTO: Memorial

EDIÇÃO: Paleográfica ou semidiplomática

- 1 <{ 19 }>²²
<{ doc 8 }>²³

Memorial

- Sendo o abai(s)o asin(g)ado creedor desta
intendência, pelo resto de seu pagamento
relativo a trabalhos feitos na Rua do
5 Commércio(.) Contratados durante o e(s)ercício
da estinta Câmara, acontece que até hoje
Não tendo podido dita Conta ser amortizada
por difi{ {1} }quidades do cofre municipal
pelo que eu o abaixo asinado sujeitando(=s)
10 a juro pelo impréstimo de dinheiro (t)omado para
pagamentos de seus trabalhadores,
parece de todo o quidado que sejam
(T)omados providências no sentido de ser
diminuido em parte o valor <de> seo crédito
15 visto ser elle pobre, e <poderá> causarlhe outros
prejuízos a de mora de se(r) saldo
Santa Maria 24 de Novembro de 189²⁴

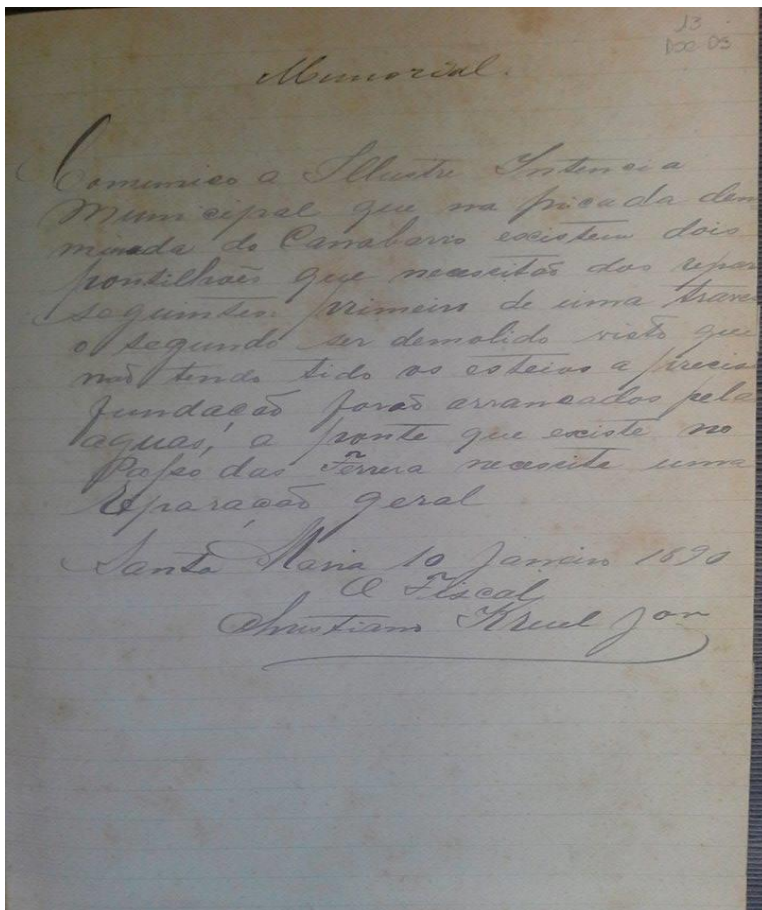
Manoel Vicente

²² Não faz parte do texto.

²³ Não faz parte do texto.

²⁴ A data do documento se refere a 1890. Devido ao dobramento do papel, o caractere 0 não pôde ser capturado pela edição fac-símile.

4.3. Edições fac-similar e paleográfica do Memorial II



LOCAL: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM)

DATA: 10 de janeiro de 1890

FONTE: Fundo Junta Intendencial

TIPO DE DOCUMENTO: Memorial

EDIÇÃO: Paleográfica ou semidiplomática

1

<{13}>²⁵

<{Doc 05}>²⁶

Memorial.

Comunico a Illustre Inten(dên)cia

5 Municipal que na picada den(o)²⁷

minada do Canabarro existem dois

pontilhões que necessitão dos repar(os)

seguintes (:) <o> primeiro de uma trave(ssa)

o segundo <precisa> ser demolido visto que

10 não tendo tido os esteios a [†..]recia<< >>

(f)undação (f)arão arrancados pela(s)

águas, <e> a ponte que existe no

Passo da(s) Ferrera necessita uma reparação geral

15 Santa Maria 10 de janeiro de 1890

O Fiscal

Cristiano Kruel J^{an}

²⁵ Não faz parte do texto, alteração feita pelo arquivo histórico.

²⁶ Não faz parte do texto, alteração feita pelo arquivo histórico.

²⁷ O documento vem com a margem cortada.

4.4. Edições fac-similar e paleográfica do Telegrama

REPARTIÇÃO GERAL
dos
TELEGRAPHOS

Estação *S. Maria*, *23* de *Junho* de *1890*

Telegramma N. <i>1.30373</i>	Numero do ordem <i>249</i>
Hora de apresentação <i>18</i> pagas	Remetido a <i>4</i>
Numero do palavras	Hora de expedição <i>3</i> <i>20</i>
Recebido de <i>4</i> H. <i>10</i> m.	Assinatura do Telegraphista expeditor <i>Ch. J. de</i>
Assinatura do Telegraphista <i>J. O. de</i>	
Presidente de <i>J. O. de</i>	Data <i>23</i> Hora m.
Endereço <i>Junta Municipal</i>	

*Foi honrada decretada e cons-
tituída Republicana Estado
União do Brasil. Congratulações*

Nome e morada do remetente. *Gal. L. Brito*

LOCAL: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM)

DATA: 23 de junho de 1890

FONTE: Fundo Junta Intendencial; Repartição Geral dos Telegra-
phos

TIPO DE DOCUMENTO: Telegrama

EDIÇÃO: Paleográfica ou semidiplomática

1 REPARTIÇÃO GERAL
DOS
TELEGRAPHOS
Estação Santa Maria, 23 de Junho de 18{8}90

5 *Telegramma N. 373* *Número de ordem 249* _____
Hora de apresentação 1. 30m *Remetido a* _____²⁸
Número de palavras 15 pagas *Hora de expedição 7. 10 m.* _____
Recebido de _____
As 7 H. 10 m., [†...],..... *MZ*²⁹
10 *Assignatura do Telegraphista* *Assignatura do Telegraphista expedidor*

Procedente de Porto Alegre *Data* 23 *Hora* _____ *m.* _____
(palácio)

Endereço..... { Junta Municipal _____

Foi hontem decretada <a> cons-
tituição <da> República <dos> Estados
Unidos <do> Brazil. Congratulações.

15

Nome e morada do remetente. { General Candido Costa³⁰

5. *Comentários sobre as edições*

Para a realização da edição paleográfica, o primeiro passo é entender a caligrafia do redator. Essa é uma dificuldade presente no decorrer de todo o trabalho, por isso a leitura deve ser minuciosa para a transcrição manter-se maximamente fiel ao original. Abaixo, comentamos essa dificuldade de caligrafia, além do corte da margem presente em quase todos os manuscritos.

²⁸ Presença de carimbo no documento, que ultrapassa o limite reservado pelas linhas.

²⁹ Mudança de punho.

³⁰ A partir da consulta a outros telegramas enviados pelo mesmo general que se encontram juntos a esse telegrama, o nome completo do general é Candido Costa.

No que diz respeito aos aspectos físicos dos documentos:

No recibo (edição em 3.1), houve dificuldades de leitura principalmente nas linhas 9 e 14, devido a alguns caracteres ilegíveis e a margem da direita do documento estar cortada, sendo necessário o acréscimo de caracteres para o sentido do texto. Além disso, o segmento *Destrito deste Termo* exhibe a sobreposição de caracteres, como também em *Dezembr^o*, sendo esta uma particularidade comum em todos os documentos.

No memorial I (edição em 3.2), há um apagamento no caractere *N* da palavra *Novembro* e a margem cortada em *189(0)*. No memorial II (edição em 3.3), constata-se uma grande dificuldade na leitura devido à caligrafia do redator e houve a necessidade de inserção de caracteres em consequência da margem cortada. No Telegrama (edição em 3.4), há particularidades como mudança de punho e presença de carimbo no original.

Abaixo, apresentamos os aspectos linguísticos dos documentos, comparando a ortografia dos textos com a norma ortográfica vigente.

Constata-se no Recibo (3.1), no decorrer de todo o texto, o pouco uso de sinais de pontuação, a ausência de diacríticos (acentos), e também lapsos de concordância (singular/plural) do redator, como em *de meus ordenado*. Na ortografia, a palavra *mez* (mês) não é acentuada e a consoante *z* é usada no lugar de *s*, e também há geminação da consoante *n* em *anno*.

No Memorial I (3.2), verifica-se lapsos na escrita como em *abai(s)u asin(g)ado* (1.4) e *e(s)ercício* (1.5). Percebe-se desvios em relação à norma atual em *difi{{l}}quidades* (1.8), pois, além de um caractere riscado representando uma rasura/erro (aspecto físico); temos uma grafia diferente em que há a troca de *c* por *q*, o mesmo ocorre em *quidado* (1.12). Os sinais de acentuação inexistem, exceto pelo til, que fica evidente no uso de *-ão* ao invés de *-am* em *sejão* (1.14) e *necessitão* (1.7), palavra que se repete no documento 3.3 (1.8). Os sinais de pontuação (vírgulas e pontos) são poucos, há um possível ponto final na linha 7. Ocorre uma instabilidade ortográfica no pronome possessivo *seo* (1.16); a geminação da consoante *l* em *ele* (1.15) e a não separação vocabular do verbo *causar* + pronome oblíquo átono *lhe* em *causarlhe* (1.17).

No memorial II (3.3), como nos demais documentos, não há o uso de acentos tampouco de sinais de pontuação, aparece o diacrítico til como indicativo de nasalização em (*farão*), o ditongo nasal marca o futuro, como também a nasalização em *pontilhões* e *reparação* (1.13). Uma par-

ticularidade aparece na assinatura do Fiscal (1.17) (*Cristiano*) *Kruel^{lan}*, em que há, possivelmente, a abreviatura do sobrenome, ocorrência inusitada nos dias de hoje.

No telegrama (3.4), verifica-se a ausência de sinais gráficos (diacríticos) e presença da abreviatura de general em *G^{al} C. Costa*. Na ortografia, notam-se particularidades em *telegraphista*, uso do *ph*; *assignatura*, inserção da consoante *g*, *hontem*, h em início de palavra; *Brazil*, uso do *z*, além de consoantes geminadas em *telegramma* (1.5) e *remettido* (1.7).

6. Considerações finais

Neste trabalho, foi possível desenvolver alguns passos importantes para a reconstituição e conservação de documentos antigos. Foram feitas edições de manuscritos observando normas de crítica textual a fim de transcrever os textos com o cuidado de não alterar a forma original do documento. Nesse processo, a caligrafia dos redatores dificultou o processo de transcrição o que pode gerar alguns equívocos. Foi possível também observar algumas particularidades da língua portuguesa do final do século XIX, como a ausência de acentos nas palavras e de sinais de pontuação, além de diferenças ortográficas em relação ao uso da escrita atual.

Esse trabalho de reconstituição e fixação de textos torna possível a realização de diferentes níveis de estudos no que diz respeito a variações fonéticas, morfológicas, sintáticas e semânticas, bem como de outras áreas como a história, a antropologia e a arquivologia, entre outras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Subsídios para uma proposta de normas de edição de textos antigos para estudos linguísticos. *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*, 1999.

**TRADIÇÃO TEXTUAL DE OBRA DO SÉCULO XVI:
VERSÕES MANUSCRITAS E EDIÇÃO PRÍNCIPE**

Rejane Centurion Gambarra e Gomes (UNEMAT/USP)
rejanecenturion@usp.br

RESUMO

A *Historia da provincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil*, de Pero de Magalhães de Gândavo, é considerada a primeira história escrita em língua portuguesa sobre o Brasil, vindo a apresentar grande relevância junto à produção escrita do período colonial. Gândavo teria dedicado em torno de dez anos de sua vida para elaborar tal obra, preparando três versões, até que a publicasse, em 1576. Temos, portanto, quatro versões da obra: os manuscritos *Tractado da prouinça do Brasil* (ms.1), *Tractado da terra do Brasil* (ms.2) e *Historia da prouincia Sancta Cruz, a que vulgarmete chamamos Brasil* (ms.3); e a edição príncipe *Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil*. Não há autógrafos conhecidos e das versões manuscritas citadas, há cópias apógrafas arquivadas em bibliotecas de três diferentes países: Inglaterra, Portugal e Espanha. Da edição príncipe, por sua vez, há o conhecimento de oito exemplares. O objetivo da comunicação, portanto, será mostrar a existência das cópias de cada uma das versões manuscritas e dos exemplares da edição príncipe, discutindo a tradição textual envolta à obra, o que constitui um dos capítulos de nossa pesquisa de doutorado. Como resultados parciais dessa etapa de investigação, podemos afirmar que há equívocos em torno da bibliografia produzida por Gândavo, em obras de historiografia literária, sendo que, em algumas destas, versão é concebida de forma independente, como outra obra. A pesquisa está ligada ao programa de pós-graduação em filologia e língua portuguesa da USP, ao Departamento de Letras da UNEMAT e à FAPESP.

Palavras-chave: Tradição textual. Século XVI. Manuscrito. Edição príncipe.

1. A “*historia*” tem uma história: tradição textual

A história de elaboração de uma obra é envolta de curiosidades e informações nem sempre conhecidas pelos seus leitores. Ao referir-nos a obras antigas, a proporção se acentua. “[...] é complexa a história que um texto pode ter no processo de sua transmissão ao longo dos tempos” (CAMBRAIA, 2005, p. 63).

A obra pesquisada, publicada em 1576, disponibiliza ao leitor três versões manuscritas, oportunizando o conhecimento de parte do histórico de sua elaboração e parte de suas condições de produção, sendo, pois, um diferencial, haja vista não ser uma regra as obras antigas e raras oferecerem tal histórico. Pero de Magalhães de Gândavo teria dedicado em torno de dez anos de sua vida para elaborá-la, preparando três versões manus-

critas (PEREIRA FILHO, 1965; HUE, 2004), até que a enviasse para impressão, havendo, portanto, quatro versões da obra em questão: os manuscritos *Tractado da prouincia do Brasil* (ms.1), *Tractado da terra do Brasil* (ms.2) e *Historia da prouincia Sancta Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil* (ms.3); e a edição príncipe *Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil*. [Doravante “Historia”]

Estamos, portanto, diante de um desses casos raríssimos de documentação integralmente conservada, de molde a permitir a reconstituição do roteiro, exato e ao vivo, de um caso de gênese literária. Um mundo de fascinantes curiosidades, não só históricas, como literárias e estilísticas, inclusive linguístico-filológicas, palpita no seio desses quatro textos. Além do que, representam eles quatro monumentos preciosos do patrimônio cultural e afetivo de todos os brasileiros, quatro retratos vivos e de corpo inteiro das fases de elaboração de uma obra que havia de ser o marco da nossa historiografia (PEREIRA FILHO, 1965, p. 12).

De acordo com Spaggiari e Perugi (2004, p. 19), a tradição de um texto pode ser direta ou indireta. A primeira refere-se ao “conjunto dos manuscritos e edições antigas, que se conservam até hoje”, de uma determinada obra; a segunda indica os casos das “traduções, ou então as citações, os resumos, os fragmentos que da obra em questão se conservam em exemplares de obras diferentes”. Nesta pesquisa, tratamos das três versões manuscritas que se tem conhecimento, anteriores à edição príncipe da “Historia”, bem como à própria edição príncipe, ou seja, textos de sua tradição direta.

As diferentes redações não são excludentes, mas complementares. Pereira Filho (1965, p. 11) acredita que

de um ponto de vista estritamente ecdótico, só um texto contaria para uma edição crítica, porque só ele retrata a vontade definitiva do autor: é o da *História da Província*, conforme a ed. *princeps* de 1576; e todos os mais, está claro, seriam indispensáveis, sim, mas apenas como elementos auxiliares para o estabelecimento criterioso do outro.

Nas seções seguintes, apresentamos informações específicas a cada uma das quatro versões.

2. Primeira versão manuscrita: *Tractado da prouincia do Brasil*

É conhecida a existência de duas cópias do *Tractado da Prouincia do Brasil*. A primeira delas, a qual tomamos como ms.1, encontra-se arquivada na Coleção Sloaniana da Biblioteca do Museu Britânico, na Inglaterra, sob o número 2026, e fora publicada em 1965, pelo Instituto

Circulo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Nacional do Livro, em edição (fac-similada e anotada) preparada por Emmanuel Pereira Filho (1965). Conta com dezessete capítulos: nove na primeira parte, e oito na segunda, distribuídos em quarenta e oito fôlios, em recto e verso.

A seguir, a forma de organização da obra e a nomeação de seus capítulos:

[Folha de rosto]

[Dedicatória]

Prollogo ao lector.

Declaração da costa.

Capitulo. 1º. da capitania de Tamaracá.

Cap. 2º. da capitania de phernâbuco.

Cap. 3º da capitania da Bahia de todollos sanctos.

Cap. 4º. da capitania dos ilheos.

Cap. 5. dũa çerta nação de gentio que se acha nesta capitania.

Cap. 6º. da capitania de porto Seguro.

Cap. 7º. da capitania do spirito São.

Cap. 8º da capitania do Rio de Janeiro.

Cap. 9º. da capitania de Saõ Viçente.

Tractado segundo das cousas q̃ são gerais por toda côsta do Brasil.

Cap. 1º. das fazendas da terra.

Cap. 2º. dos costumes da terra.

Cap. 3º. das quallidades da terra.

Cap. 4º. dos mantimêtos da terra.

Cap. 5º. da caça da terra.

Cap. 6º. das fruitas da terra.

Cap. 7º. da condição e costumes dos indios da terra.

Cap. 8º. dos Bichos da terra.

[Epílogo]

A outra cópia se encontra na Biblioteca da Ajuda, em Portugal, registrada sob o número 51-VII-31³¹ (constante no *Inventário dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul*, de Carlos Alberto Ferreira, 1946). O que diferencia as duas cópias e confere autoridade à do Museu Britânico, de acordo com estudo de Pereira Filho (1965, p. 21-2), é, principalmente, que nesta, à folha 39r, há uma nota em espanhol com letra cursiva do século XVI de um contemporâneo de D. Duarte da Costa³², “da maior importância, porque não só identifica o cód., como é um dos elementos fundamentais para a sua datação”, vindo a di-

³¹ Em conteúdos de mensagens eletrônicas trocadas a partir do endereço oficial da Biblioteca da Ajuda, recebemos a informação de que se trata de uma cópia do século XVII.

³² Dom Duarte da Costa vivera entre o início do século XVI e o ano de 1560.

ferir da mesma nota no exemplar da Biblioteca da Ajuda, tratando-se esta última “de cópia, mal feita e inçada de portuguesismos, da outra [...]”.

Sobre o manuscrito estar sob posse da Inglaterra, precisamos recorrer, a partir de Stetson Jr. (1978, p. 32), ao período histórico no qual os ingleses agiam em torno da busca de informações sobre o Novo Mundo, com seus navios piratas frequentemente chegando à costa brasileira:

Between 1530 and 1540 the merchants of Southampton sent Englishmen to Spain to participate in the expeditions to the New World, with the object of receiving from them on their return information regarding far eastern trade. From an early period, about 1545, there are records of Englishmen who were established as traders in Brazil; and from 1580 on, British pirates regularly visited the coast of the country, destroying Spanish or Portuguese ships they encountered, and sacking the principal cities.

Em 1601, na viagem de volta do Brasil, a nau do jesuíta Fernão Cardim fora assaltada por um desses navios piratas e os seus manuscritos foram levados, sendo publicados em inglês no ano de 1625 sob a autoria de Manoel Tristão. É possível, portanto, que o manuscrito de Gândavo tenha sido “tomado” da mesma forma em meio ao jogo de interesses comerciais da época.

3. Segunda versão manuscrita: *Tractado da terra do Brasil*

O *Tractado da Terra do Brasil*, em função das variantes textuais e alterações em relação ao ms.1, é considerado (HUE, 2004; PEREIRA FILHO, 1965; STETSON Jr., 1978) como segunda versão de elaboração da “Historia”, entre as quais destacamos: alteração no título, dedicatória direcionada à pessoa diferente e acréscimo de um capítulo ao final da segunda parte. É composto por quarenta e seis fólios com registro em recto e verso, e um (o último) com registro apenas em recto. Ainda estruturado em duas partes, mas dessa vez com nove capítulos em cada uma, está organizado da seguinte maneira:

[Folha de rosto]
[Dedicatória]
Prollogo Ao lector
Declaracaõ da costa
Cap. 1º. da capitania de Tamaracá
Cap. 2º. da capitania de Phernãbuco
Cap. 3º. da capitania da Bahya de Todollos Sanctos
Cap. 4º. da capitania dos jlheos
Cap. 5º. dũa nascaõ de gentio q̃ se acha nesta capitania
Cap. 6º. da capitania de Porto Seguro

Circulo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Cap. 7º. da capitania do Spirito Sancto

Cap. 8º. da capitania do Rio de Janeiro

Cap. 9º. da capitania de San Viçente

Tractado segundo das, cousas que são, gerais por toda, costa do Brasil

Cap. 1º. das fazendas da terra

Cap. 2º. dos costumes da terra

Cap. 3º. das callidades da terra

Cap. 4º. dos mantimentos da terra

Cap. 5º. da caça da terra

Cap. 6º. das fruitas da terra

Cap. 7º. da condiçãõ E costumes dos indios da terra

Cap. 8º. dos bichos da terra

Cap. 9º. da terra q̃ çertos homens da capitania de porto Seguro foraõ a descobrir, e do q̃ acharaõ nella

[Epiflogo]

Desta segunda versão do trabalho, de acordo com Pereira Filho (1965, p. 19-20), são conhecidos quatro testemunhos manuscritos, todos apógrafos. O primeiro (o qual tomamos como ms.2), “quinhentista, contemporâneo do autor” e anônimo, se encontra arquivado na Biblioteca Nacional de Lisboa, sob o número 552. O segundo pertence à Série Vermelha dos arquivos da Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, sob o número 165, e se trata de: “Cópia tardia, realizada por Fr. VICENTE SALGADO, que declara tê-la acabado em 19-2-1800”. O terceiro, anônimo, também pertence à Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, mas à Série Azul, sob o número 937 (*sic*)³³, tratando-se de “Cópia tardia e pouco cuidada”. O quarto, finalmente, anônimo e do século XIX, se encontra arquivado na Biblioteca Municipal do Porto, sob o número 597.

Esta versão é de extrema importância, pois representa de forma completa a primeira fase de elaboração do trabalho.

Em 1826, o texto do “Tratado” fora publicado pela primeira vez pela Academia Real das Ciências de Lisboa, junto à *Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos*

³³ Apesar de Pereira Filho (1965, p. 20) informar essa numeração, pela consulta ao arquivo referente à Série Azul de Manuscritos da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (p. 240-241), a partir de sua página eletrônica oficial, atestamos que a numeração do manuscrito é a de 739. Disponível em: <http://www2.acad-ciencias.pt/joomla/images/Documentos/Biblioteca/Cat%C3%A1logos/catalogoma.pdf>. Acesso em: 26-09-2012.

Domínios Portuguezes, ou lhe são visinhas, tomando como referência um dos manuscritos da Academia, “sem critério seguro e, ao que parece, com má revisão tipográfica” (PEREIRA FILHO, 1965, p. 20). Na introdução desta publicação, cujo enunciador não é informado, podemos ler:

Apezar porém de ser o Escrito que agora offerecemos, mais resumido, que o que anda impresso, nem por isso se póde reputar destituído de interesse pois nelle refere o Author algumas particularidades, que no outro omittio, e ainda quando conta os mesmo factos, he não sómente com diversidade de expressões, mas até muitas vezes de circunstancias. O Leitor que quizer comparar estas duas obras, se convencerá facilmente da sua diversidade, e importancia. (COLLEÇÃO, 1826, p. 184)

A inserção do capítulo referente às riquezas que se podem encontrar no sertão representa, para Pereira Filho (1965, p. 36), “a ponte psicológica, através da qual o *Tratado* passou a *História*”, já que, segundo ele, “a índole da obra, nessa primeira fase, é puramente descritiva”. Acrescentamos que o fato de incluir um capítulo a respeito do que se achou na capitania (“esmeraldas”, “ouro”, outros *muitos* metais”) foi uma forma de firmar o caráter propagandístico do texto. Assim, ao final do tratamento do objeto, o enunciador oferece [mais] um atrativo de forma a tentar despertar o “interesse” do seu leitor pela nova terra.

4. Terceira versão manuscrita: *Historia da prouincia Sancta Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*

O texto que tomamos como ms.3 é um apógrafo (HUE, 2004; PEREIRA FILHO, 1965) conservado na Biblioteca do Mosteiro do Escorial, na Espanha, sob o registro b-IV-28, cuja entrada nesta biblioteca se deu em 1575. O manuscrito autógrafa entregue à tipografia provavelmente fora descartado, já que esta era uma prática comum nas oficinas tipográficas, como apontam Spaggiari & Perugi (2004, p. 22):

[...] o(s) manuscrito(s) que servia(m) de base para a imprensa eram [*sic*] normalmente destruídos [*sic*] depois da publicação do livro: essa é a razão por que as edições mais antigas dum obra são consideradas testemunhos da sua transmissão ao mesmo título que os eventuais testemunhos manuscritos.

De acordo com Hue (2004, p. 19):

O manuscrito chegou à Espanha junto com um lote de impressos e manuscritos trazidos de Portugal, em 1573, pelo florentino Giovanni Bautista Gesio, misto de emissário e espião de Felipe II em Lisboa, com a missão de adquirir, secretamente, as obras mais significativas para as negociações dos disputados limites entre as terras espanholas e portuguesas no Novo Mundo,

O florentino veio a esconder “uma das histórias mais incríveis de espionagem levada a cabo por Felipe II em relação às novas terras da Coroa portuguesa”. (COSTA, 2010, p. 27-8)

O texto se compõe de oitenta e um fólhos, sendo que os de número 4, 5 e 81 são registrados apenas em recto; os outros, em recto e verso. Com nova disposição do texto, a terceira versão está organizada em treze capítulos, não mais distribuídos em duas partes, a saber:

- [Tercetos de Luis de Camões a D. Lionis, sobre o livro]
- [Soneto de Luis de Camões a D. Lionis, sobre a vitória em Malaca]
- [Folha de rosto]
- [Dedicatória]
- Prologo ao lector.
- Capitulo primeiro de como se descobrio esta prouincia, e a razão por que se deue chamar Sancta Cruz, e nã Brasil
- Cap. ij. em que se descreue o sitio, demarcação, e qualidades desta prouincia
- Cap. iij. das capitánias e pouoações de Portugueses que ha nesta prouincia
- Cap. iiij. das plantas, mātimentos e frutas que ha nesta prouincia
- Cap. v. dos animaes e bichos venenosos que ha nesta prouincia
- Cap. vj. das aues que ha nesta prouincia
- Cap. vij. de algũs peixes notaeis, baleas e ambar que ha nestas partes
- Cap. viij. do monstro marinho que se matou na capitania de Sam Vicente. no año de 61
- Cap. ix. em que se dá noticia da gente que ha nesta prouincia, da condição e costumes della, e de como se gouernaõ na paz
- Cap. x. das guerras que tem hũs contra os outros, e a maneira de como se haõ nellas
- Cap. xi. da morte que daõ aos captiuos e crueldades que vsaõ cõ elles
- Cap. xii. do fruto q̃ fazem nestas partes os Padres da companhia com sua doctrina
- Cap. xiii. das grandes riquezas que se esperaõ da terra do sertoõ

Houve um grande diferencial na passagem da segunda versão à terceira, sendo o texto reelaborado a partir da retomada das duas redações anteriores: “o trabalho passa por uma profunda reformulação, e daí surge uma obra de maior fôlego e mais bem acabada estilisticamente” (HUE, 2004, p. 19).

Ao tratar desta versão, Stetson Jr. (1978, p. 49) ainda comenta que havia uma cópia no antigo Convento de Jesus, porém não encontrara nenhum traço de seu paradeiro:

The second manuscript is the one referred to by Innocencio as formerly existing in the ancient Convento of Jesus, from which the Lisbon reprint of the

Historia was made in 1858. As far I can learn in this country, all traces of the present whereabouts of this manuscript are lost.

Apesar da utilização do termo “reimpressão”, o que houve em 1858 foi uma nova edição da “Historia”, tanto no Brasil como em Portugal, sendo que a edição portuguesa se baseara, conforme Silva (1862, p. 430), no manuscrito perdido que havia no referido convento:

N’esse mesmo ano 1858, a Academia R. das Sciencias de Lisboa publicou por sua parte outra reimpressão do mesmo livro, com título conforme ao da edição de 1576; servindo para a nova uma copia manuscripta que da antiga existia na livraria do extinto convento de Jesus.

Dessa forma, a cópia escurialense é o único testemunho do qual temos conhecimento, a respeito da presente versão.

5. A edição príncipe: *Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*

Em 1576, da oficina tipográfica de Antonio Gonsalvez, Gândavo finalmente publica a edição príncipe da obra que lhe tomara anos de dedicação. Com quatorze capítulos, a obra se estrutura da seguinte forma:

[Folha de rosto]

[Folha de] Aprouaçam

[Tercetos de Luis de Camões a D. Lionis, sobre o livro]

[Soneto de Luis de Camões a D. Lionis, acerca da vitória em Malaca]

[Dedicatória]

Prologo ao lector.

Capit. Primeiro, De como se descobrio esta prouincia, e a razam porque se deue chamar Sancta Cruz, e nam Brasil.

Capit. 2. Em que se descreve o sitio e qualidades desta prouincia

Capitulo 3. Das capitánias e pouoações de Portugueses que ha nesta prouincia.

Capitulo 4. Da gouernança que os moradores destas capitánias tem nestas partes, e a maneira de como se hão em seu modo de viuer.

Capit. 5. Das plantas, mantimentos, e fruitas que ha nesta prouincia.

Capit. 6. Dos animaes e bichos venenosos que ha nesta prouincia.

Capitulo 7. Das aues que ha nesta prouincia.

Capitulo 8. De algũs peixes notauéis, baleas e ambar que ha nestas partes.

Capit. 9. Do monstro marinho que se matou na capitania de Sam Vicente no anno de 1564.

Capit. 10. Do gentio que ha nesta prouincia, da condiçam e costumes delle, e de como se gouernam na paz.

Capitu. 11. Das guerras que tem hũs com outros e a maneira de como se hão nellas.

Capitulo 12. Da morte que dam aos catiuos e crueldades que vsam

com elles.

Capitulo 13. Do fruto que fazem nestas partes os Padres da Companhia com sua doutrina.

Capitulo 14. Das grandes riquezas que se esperam da terra do sertam.

Comparando o ms.3 à edição príncipe, é possível visualizar, ainda, várias modificações, entre as quais, um capítulo a mais:

Ávido de perfeição como era, porém, quando teve ensejo de editar o livro, não se pôde limitar ao que já estava feito. Reescreveu-lhe todo o capítulo segundo, acrescentou-lhe um outro narrando a divisão do Governo Geral do Brasil, e, depois de repassar e corrigir todo o texto, entregou-o afinal à imprensa. Surgiu assim a edição de 1576. (PEREIRA FILHO, 1965, p. 11)

O capítulo inserido trata da divisão do governo geral em “duas governações”. Como a divisão da referida forma de governo se deu a partir de 1572, a preparação definitiva da versão em questão não pode ter se dado antes deste ano e “em 1575 já estaria pronta a segunda e definitiva redação da *História*, pois, desse ano, datam as licenças do Santo Ofício, que aparecem no verso da folha”. (PEREIRA FILHO, 1965, p. 36)

Stetson Jr. (1978) atestou a existência de oito exemplares da edição príncipe, classificados em dois tipos: os que têm duas licenças do Santo Ofício e os que têm três. Entre os primeiros, estavam as cópias de: Huntington Memorial Library, Stetson e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; e do segundo tipo estavam os exemplares de: John Carter Brown Library, British Museum, New York Public Library, The Bodleian Library e Biblioteca Nacional de Lisboa. O estudioso inglês afirmara que o exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro era o mais interessante de todos os oito então conhecidos, haja vista o histórico que lhe é associado:

It belonged at one time to that great Portuguese historian and bibliographer, Diogo Barbosa Machado, who with much patience and discernment brought together a very important collection of Portuguese books, including among them some of the rarest in existence. In the collection were hundreds of pamphlets and separate sheets (opusculos avulsos), which, when finally bound, made up over one hundred volumes. After the destruction of the Library of the King of Portugal by the earthquake of 1755, Barbosa Machado offered his collection to King Dom Jose who accepted the gift and installed the collection in his palace. There it remained until King Dom João VI, under pressure from Napoleon, decided to move up his court from Lisbon to Rio de Janeiro in 1807. He took the entire library with him to Brazil. It remained the property to the subsequent emperors of Brazil until the republic was created, when the emperor's library became the nucleus of the Bibliotheca Nacional de Rio de Janeiro.

Atualmente, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui dois

exemplares, ambos microfilmados. O exemplar ao qual se referiu Stetson Jr. se encontra encadernado junto a outras obras num dos volumes da Coleção Barbosa Machado, cuja folha de rosto traz a inscrição “Noticias Historicas, e Militares da America, Collegidas por Diogo Barbosa Machado, Abbade da Igreja de Santo Adrião de Sever, e Academico da Academia Real. Comprehende do ano de 1576, até 1757”. A *Historia* é a primeira obra do volume, ocupando a paginação 4 a 51, sendo considerado como exemplar 2. O outro, classificado como exemplar principal, encontra-se arquivado em cofre, encadernado em pergaminho e, de acordo com Pereira Filho (1965, p. 9), pertenceu à biblioteca particular de Stetson Jr.³⁴

Após um período de “esquecimento”, a obra é, então, no século XIX, redescoberta pelo historiador francês Henri Ternaux, tendo sido traduzida ao francês e publicada em 1837, junto ao volume II da coleção *Voyages, relations et mémoires originaux pour servir à l’histoire de la découverte de l’Amérique*. O estudioso francês, no prefácio da tradução, lamentava o fato de a indiferença de portugueses e espanhóis impedir que a obra fosse reimpressa sendo esta tão rara que não mais que três ou quatro cópias eram conhecidas, não podendo ser encontrada em nenhuma livraria pública de Paris e raramente citada por autores portugueses que escreviam a respeito do Brasil, enfatizando ainda que:

Son histoire du Brésil, publiée à Lisbonne chez Antonio Gonsalvez en 1576, est certainement un des ouvrages les plus remarquables qui aient paru dans le seizième siècle, sur la description des pays éloignés: le style en est simple, mérite bien rare chez les écrivains de sa nation. [...] tous ceux qui en parlent s'accordent-ils à en faire l'éloge" [...]. Je puis donc présenter cet ouvrage comme un des livres sur l'Amérique les moins connus et les plus dignes de l'être. (TERNAUX, 1837, p. 4-5)

A tradução francesa proporcionou o acesso à obra de Gândavo sendo que, de acordo com Stetson Jr. (1978, p. 31), a maioria dos bibliógrafos, após 1837, passou a fazer referência a essa tradução, a qual também provocou uma busca dos colecionadores aos raros exemplares da

³⁴ Além dos exemplares impressos, tomamos conhecimento de que duas bibliotecas de Portugal arquivam cópia manuscrita elaborada a partir da publicação de 1576. A primeira está arquivada sob o número 1780, na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, junto à Série Azul de manuscritos (Informação disponível em: <http://www2.acad-ciencias.pt/joomla/images/Documentos/Biblioteca/Cat%C3%A1logos/catalogoma.pdf>), p. 487); e a segunda, copiada no século XVIII, encontra-se arquivada na Biblioteca Nacional de Évora, apresentando o seguinte registro: código CXVII/1-32 (Informação disponível em: http://www.evora.net/bpe/Catalogos/Catalogo%20Manuscritos_Tomol.pdf), p. 12).

edição príncipe, tendo como consequência duas publicações em português, no ano de 1858, em Portugal e no Brasil. “Finalmente, vinte e um anos após o resgate de Terneaux, e quase trezentos anos depois da primeira edição, a primeira História do Brasil ganhava uma segunda edição em sua língua original”. (HUE, 2004, p. 15)

As quatro versões oferecem um importante e rico material para estudo do processo de elaboração da *Historia* em seus mais diversos aspectos. Segundo Pereira Filho (1965, p. 45),

as duas redações do *Tratado* e as duas da *História* longe estão de representar quatro textos quaisquer, alheios e sem ligações; mas, muito ao contrário, entrosam-se intimamente uns aos outros pelo nexo de uma sequência, que traduz um desenvolvimento orgânico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COLLECÇÃO de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos Dominios Portuguezes, ou lhe são visinhas. Tomo IV, num. 1. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1826.

COSTA, Alexandre José Barboza da. *Pero de Magalhães Gandavo: um cronista beletриста no Brasil colonial*. 2010. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da prouincia do Brasil*, ms.1. In: GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da prouincia do Brasil*. Edição preparada por Emanuel Pereira Filho. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965.

_____. *Tractado da terra do Brasil*, ms.2. Disponível em: <<http://purl.pt/211>>. Acesso em: 30-10-2011

_____. *Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil*, ms.3.

_____. *Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil*. Lisboa: Officina de Antonio Gonsalvez, 1576. Disponível em: <<http://purl.pt/121>>. Acesso em: 02-04-2012

HUE, Sheila Moura. Introdução: peripécias de um livro. In: GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *A primeira história do Brasil: história da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Modernização do texto original de 1576 e notas por Sheila Moura Hue e Ronaldo Menegaz; revisão das notas botânicas e zoológicas por Ângelo Augusto dos Anjos; prefácio por Cleonice Berardinelli. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 13-25.

PEREIRA FILHO, Emanuel. Introdução. In: GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da província do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862, tomo VI.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

STETSON JR., John B. Foreword and Introductory Notes. In: MAGALHÃES, Pero de. *The histories of Brazil*. Translation of Historia da provincia sãcta Cruz. Reprint of the 1922 ed. published by the Cortes Society, New York, which was issued as no. 5 of Documents and narratives concerning the discovery and conquest of Latin America. Longwood Press, 1978.

TERNAUX, Henri. *Voyages, relations et mémoires originaux pour servir à l'histoire de la découverte de l'Amérique*. Histoire de la province de Sancta-Cruz, par Pero de Magalhães de Gandavo. Lisbonne, 1576. Paris: Arthus Bertrand, Libraire-éditeur, 1837. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=yCMTAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=true. Acesso em: 14-02-2014

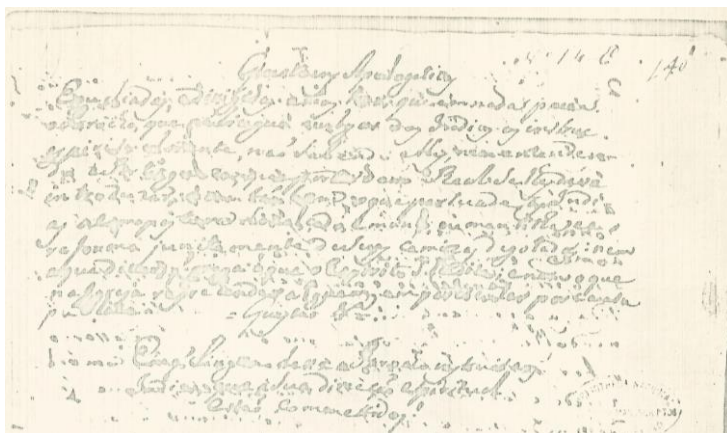
UMA INTRODUÇÃO ÀS QUESTÕES APOLOGÉTICAS DO PE MANUEL DA PENHA DO ROSÁRIO

José Pereira da Silva (UERJ)
pereira@filologia.org.br

RESUMO

No ano em que se implementa, pela primeira vez, um Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entre os países da lusofonia, estamos preparando a quinta edição das *Questões Apoloéticas...*, que foram redigidas como defesa do seu autor perante as autoridades civis e religiosas da acusação de que ele ensinava a doutrina cristã aos índios na própria língua deles, considerando-se que eles não sabiam a língua portuguesa. Essa defesa discute profundamente os parágrafos do *Diretório dos Índios...* que tratam da proibição do uso da língua geral e das demais línguas indígenas, estabelecendo o uso obrigatório da língua portuguesa e a criação de escolas nas aldeias e vilas. As edições anteriores desse documento correspondem à nossa dissertação de mestrado (1987), à edição do IHGB (1987), à edição da FBN (1994) e à edição da Eduerj (1995). A edição que estamos preparando agora é mais completa e atualizada que as anteriores, incluindo uma versão interpretativa e uma versão fac-similada.

Palavras-chave: Questões apoloéticas. Índios. Política linguística.
Língua portuguesa. Marquês de Pombal



Fac-símile da primeira página das *Questões Apoloéticas*

1. Definição e objetivos

Nossa dissertação de mestrado (SILVA, 1987), apresentada na

Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, consistiu na edição interpretativa das *Questões Apoloéticas*, códice 7,1,19 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, apresentada posteriormente de forma resumida, em outras três edições diferentes. Na época da defesa, o conceito de edição crítica era mais amplo que o atual, porque se considerava também como tal a edição de um *codex unicus*.

É o caso desse texto, que consiste na edição de um *codex unicus* e original, até então absolutamente inédito. Em 1987, após a apresentação da dissertação de mestrado, publicamos sua introdução crítica e sua leitura diplomática, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 148, nº 355, p. 164-177 e 230-281, respectivamente. Em 1994, o Departamento Nacional do Livro publicou uma versão atualizada do mesmo texto, nos Anais da Biblioteca Nacional, vol. 113 (1993), p. 7-62, do mesmo modo que saiu na edição da Eduerj, em 1995, que é a primeira em livro.

Foi apresentado, ali, o texto atualizado em sua grafia, com pequenas alterações na pontuação (apenas nos casos em que isto dificultava a compreensão na versão original) e raras notas editoriais. Aos interessados em maiores detalhes, indicamos nossa dissertação de mestrado, cuja reprodução poderá ser conseguida no Banco de Teses da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A grande importância desse documento para a história da língua portuguesa e para a história política e religiosa da Amazônia é incontável, principalmente no que diz respeito ao aspecto moral da imposição da língua portuguesa aos índios através da catequese, que os representantes do marquês de Pombal queriam que fosse feita em português, mesmo para os índios que não entendiam nosso idioma.

O historiador Eduardo Gusmão de Quadros (2007), da Universidade Estadual de Goiás, faz um interessante estudo da importância dessas “questões” apresentadas e defendidas pelo mercedário Manuel da Penha do Rosário, analisando e comentando a edição que publicamos nos *Anais da Biblioteca Nacional* em 1993, utilizando nosso artigo publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em 1987.

Anteriormente a este texto, o padre havia escrito uma versão mais extensa e em latim, que lhe serviu de defesa perante o Tribunal da Inquisição, diante do qual fora acusado e incriminado por ensinar a doutrina cristã aos índios em sua língua vulgar. Daquela versão resultaram as *Questões Apoloéticas*, o mais volumoso e consistente documento sobre

a imposição da língua portuguesa aos indígenas brasileiros, preparado para divulgá-las "para glória de Deus, serviço real e bem temporal, espiritual e eterno dos índios".

Esse documento foi produzido no auge da fase pombalina de nossa história política, colocando em questão figuras proeminentes como os governadores Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Fernando da Costa de Ataíde e Teive, o bispo D. Fr. Miguel de Bulhões, o inquisidor Dr. Geraldo José de Abranches e o visitador e vigário geral, Pe. Dr. José Monteiro de Noronha, fiéis seguidores do partido do Marquês. Mesmo afrontando os poderes constituídos, esta defesa foi suficiente não só para inocentar o seu autor, mas ainda para granjear-lhe o prêmio de uma paróquia de índios, onde poderia colocar em prática suas ideias, além de elogios ao conteúdo de sua obra por parte de seus superiores e inquisidores.

As dezenove questões, destinadas a defender, elogiar ou louvar as ideias polêmicas do missionário e pároco mercedário são respondidas, elucidadas e esclarecidas com argumentos e fundamentos muito bem articulados, 65% dos quais relativos à proibição que se pretendia fazer aos párocos de ensinarem aos índios em sua própria língua.

2. O autor

O manuscrito de que dispomos não traz o nome do autor nem marca alguma que o identifique. No entanto, esperamos ter provado em nossa dissertação de mestrado e no artigo "A imposição da língua portuguesa aos índios e as *Questões Apologeticas* do Pe. Manuel da Penha do Rosário" (SILVA, 1987, p. 164-177) que se trata desse religioso sacerdote, da Ordem de Nossa Senhora das Mercês.

Como faltam as 139 primeiras folhas do antigo volume, de que este códice foi destacado, acreditamos que tais folhas constituíssem o texto latino, perdido juntamente com a folha de rosto e todas as informações que deveria trazer quanto à autoria, datação etc.

Uma referência à Igreja das Mercês, de Belém, determinada com o possessivo "nossa" foi a primeira pista que nos levou ao autor. Sabendo que a dita igreja pertencia aos mercedários, passamos a investigar as biografias de todos os padres dessa ordem que pudessem ter vivido naquela região na segunda metade do século XVIII. Assim, através do livro *Mercedarios Ilustres*, do Frei Guillermo Vásquez Núñez, publicado em Madrid no ano de 1966, encontramos o que buscávamos na biografia intitulada

da "El Venerable Padre Manuel de la Peña, falecido por volta de 1790".

O confronto da referida biografia com o texto do manuscrito traz evidências inquestionáveis de que o biografado é o autor procurado. Para mostrar que esse confronto é suficiente, transcrevemos alguns parágrafos esclarecedores nos trabalhos mencionados, dispensando-nos de fazê-lo aqui novamente para não sermos repetitivo.

Começando os seus dez anos de paroquiado em 1767, depois de outros dez de trabalhos missionários, teve uma vida exemplar como religioso, ocupando também alguns cargos administrativos nos conventos e hospícios da Ordem no Estado do Grão-Pará.

Acredita-se que o autor "não deu à luz estas obras, embora se persuada que teriam rápida aceitação, porque não pretendia ser lembrado mas esquecido pelo mundo", conforme lembra seu biógrafo Vásquez Núñez, p. 623. Aliás, o próprio autor das *Questões Apologéticas* transcreve as seguintes palavras de seu inquisidor, prova do que se acaba de dizer: "Elas contém matérias de suma importância e de admirável disciplina eclesiástica, e toda bem fundamentalmente estabelecida, sendo dignas de irem às mãos de todos, para com elas ficarem instruídos". (Cf. § 73).

3. A datação

O original latino do qual este documento corresponde a uma versão resumida já estava concluído no segundo semestre de 1770, quando foi apresentado ao Sr. Inquisidor e Vigário Capitular de Belém como peça de defesa do autor contra as acusações que lhe foram feitas. (Cf. §§ 27 e 73 das *Questões Apologéticas*).

À imitação de Solórzano, o autor produziu uma outra obra, mais reduzida e menos erudita, na língua oficial de seu povo (cf. § 72), de modo que a versão portuguesa não é uma tradução do texto produzido em latim. Esta segunda e importante obra do Pe. Penha é de 1773, ou, se quisermos um maior rigor de datação, posterior a novembro de 1772 e anterior ao segundo semestre de 1774.

Como seria improvável que um pároco de índios pudesse produzir uma obra de tamanha responsabilidade moral em apenas um mês de dezembro (quando se sobrecarregam os párocos de compromissos de seu ofício) e como há números suficientes para datarmos o texto em 1773,

excluímos o rigor de colocar o documento entre dois limites cronológicos que podem ser provados.

Basta cotejarmos alguns parágrafos do texto, como o § 14, onde se diz: "pois seis anos há que assim o tenho percebido a cada passo, com a própria experiência". Ou seja, o autor declara que há seis anos que está trabalhando como pároco de índios, engajado na tarefa de cristianizá-los e aprendendo tudo aquilo que declarara nas linhas anteriores, não por informação de terceiros, mas com a própria experiência. Seis anos, portanto, a partir de 1767.

Nos §§ 64 e 72, podemos ver que o Venerável Mercedário escreveu esta apologia depois do governo de Fernando da Costa de Ataíde e Teive e do governo diocesano do Vigário Capitular Geraldo José de Abranches, ou seja, depois de novembro de 1772, quando foram substituídos.

No § 71, o autor transcreve uma carta do governador Fernando da Costa de Ataíde e Teive, datada de 18 de janeiro de 1767. Numa observação feita a essa carta, notifica que o réu, Eugênio Álvares da Câmara, "não foi absolvido até agora, há sete anos". As "desordens" referidas pelo governador devem ter ocorrido no final de 1766, pois 18 dias seria um prazo muito curto para que ele pudesse tomar conhecimento detalhado dos fatos, tomando uma decisão que prejudicaria a todos os vigários de seu Estado. Por isso concluímos que o manuscrito é de 1773. É apenas uma questão de cálculo: 1766 (quando ocorreu a "desordem") + 7 (anos passados até o momento em que o autor escrevia) = 1773.

Como o pároco-autor, ao chegar à não identificada vila, encontra a referida carta-circular de 18 de janeiro de 1767, declarando que "seis anos há que assim tenho percebido a cada passo com a própria experiência" (§ 14), fica evidente que não estão incluídos aqui os seus 10 anos de missões. Ora, se ele iniciou aquele seu paroquiado em 1767 e já conta com seis anos de experiência, é só refazeremos o cálculo: 1767 + 6 = 1773.

4. A metodologia

Tomada a decisão de editar o referido códice, fizemos a primeira leitura e transcrição através de um rolo de microfílmis cedido pelo Prof. Dr. José Ariel Castro, que foi nosso orientador em relação à dissertação de mestrado defendida em 1987. Numa segunda fase, conferimos nossa

transcrição diretamente com o manuscrito da Biblioteca Nacional, fazendo a revisão e estabelecendo uma leitura diplomática do texto. Foi essa leitura que publicamos na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* ainda em 1987. Baseado nela é que trabalhamos a nossa dissertação de mestrado, com uma leitura diplomático-interpretativa, segundo a nomenclatura de Segismundo Spina. (Cf. SPINA, 1977, p. 79).

No texto que apresentamos na edição de 1995, utilizamos as seguintes normas editoriais de transcrição:

- a) Remete-se às notas do autor, colocadas no rodapé, por meio de um algarismo arábico na sobrelinha;
- b) Remete-se às notas do editor, também colocadas no rodapé, por meio de letras minúsculas na sobrelinha seguidas de parênteses;
- c) A mudança de página no manuscrito é indicada em negrito e entre barras inclinadas;
- d) Os acréscimos conjecturais do editor são inseridos entre colchetes quadrados;
- e) Os fragmentos riscados, no manuscrito, foram omitidos, assim como algumas palavras repetidas e outros erros evidentes;
- f) A grafia foi atualizada, assim como a pontuação.

5. Considerações finais, tendo em vista a edição em andamento

Aproveitando os progressos conseguidos nas edições anteriores desse importante documento, a nova edição trará uma leitura interpretativa seguida de fac-símile, de modo que boa parte das notas incluídas na dissertação de mestrado, por exemplo, possam ser eliminadas, visto que o pesquisador interessado em maiores detalhes do texto original poderá consultar a versão mecânica e tirar suas conclusões, auxiliado por nossa leitura.

Esperamos que esta edição tornará o documento mais útil, servindo, ao mesmo tempo, aos que se interessam simplesmente pelas informações explícitas do texto, lendo a versão interpretativa, e aos linguistas, filólogos e similares, que poderão examinar o manuscrito com a ajuda da leitura interpretativa empreendida por nós.

Encartado no texto impresso, será incluída uma mídia com o texto

acompanhado de diversos links importantes para quem desejar aprofundar mais os diversos temas que o texto sugere.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIRECTORIO que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario. Lisboa: Na Officina de Miguel Rodrigues, impressor do Eminentissimo Senhor Cardial Patriarca, MDCCLVIII.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. As “questões” do Frei Manuel do Rosário: um confronto da Amazônia pombalina. *Caminhos*, Goiânia, vol. 5, n. 2, p. 417-431, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.ucg.br/index.php/caminhos/article/download/423/350>>.

ROSÁRIO, Manuel da Penha do, Pe. *Língua e inquisição no Brasil de Pombal (1773)*. Introdução e notas do Prof. José Pereira da Silva. [Rio de Janeiro]: Eduerj, [1995].

SILVA, José Pereira da. *Questões apologeticas*: edição crítica. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1987.

_____. A imposição da língua portuguesa aos índios e as *Questões Apologeticas* do Pe. Manuel da Penha do Rosário. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 148, n. 355, p. 164-177, 1987.

_____. *Questões apologeticas*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 148, n. 355, p. 230-281, 1987.

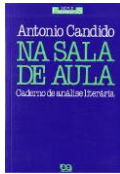
_____. Língua vulgar versus língua portuguesa: a defesa do Pe. Manuel da Penha do Rosário contra a imposição da língua portuguesa aos índios por meio de missionários e párocos (1773). *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro: DNL/FBN, vol. 113 (1993), p. 7-62, 1994.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*: crítica textual. São Paulo: Cultrix/ Universidade de São Paulo [1977].

VÁSQUEZ NÚÑEZ, Guillermo. *Mercedarios ilustres*. Madrid: Revista Estudios, 1966.

“CAVALGADA AMBÍGUA”, DE ANTÔNIO CÂNDIDO

Priscila Figueiredo da Mata Medeiros (UEMS)
priscilafdmata@hotmail.com



CÂNDIDO, Antônio. “Cavalgada ambígua”. In: *Na sala de aula: caderno de análise literária*. 8. ed. São Paulo: Ática, [s./d.], p. 39-54.

<https://fundbras.files.wordpress.com/2013/04/antonio-candido-na-sala-de-aula-livro.pdf>

“Cavalgada Ambígua”, de Antônio Cândido está incluído em *Na Sala de Aula*, cuja 8ª edição foi publicada pela Editora Ática. Sobre o autor da obra em exame é importante salientar que Antônio Cândido de Mello e Souza (*24/07/1918, no Rio de Janeiro), é um renomado literato, responsável por inúmeras críticas no cenário da literatura brasileira. Dentre suas produções, constam obras de peso, sobretudo no tocante à questão da formação da literatura no contexto nacional. Ademais, Cândido exerceu papel importante na cadeira acadêmica, tendo lecionado em universidades de São Paulo por um vasto período.

“Cavalgada Ambígua” está esquematizada em sete partes, cada qual tratando de um determinado elemento da obra de “Meu sonho” (constante da *Lira dos Vinte Anos*, de Álvares de Azevedo).

Inicialmente, Cândido aborda a questão do aparente diálogo entre os dois personagens da obra, quais sejam, o *Eu* e o *Cavaleiro*, apontando para o fato de que o personagem primeiramente tratado como cavaleiro, é nomeado posteriormente como *O Fantasma*.

Antônio Cândido prossegue sua exposição apresentando a sequência de fatos trazidos no poema, relatando que, da forma como foi construído o enredo de “Meu sonho”, fica a impressão de que o cavaleiro fez algo terrível, levando-se em conta o fato de que ele é seguido por um grito de vingança. O *Eu*, por seu turno, está desejoso de saber quem é aquele que galopa no vale escuro e o porquê de seu sofrimento.

A primeira hipótese levantada pelo *Eu*, de que é o remorso, é sumariamente afastada por Antônio Cândido, ao argumento de que “subsiste no *Eu* o sentimento de estar ante um mistério maior, até que sua pergunta angustiada seja respondida pelo *Fantasma* (...)”. (CÂNDIDO, [s./d.]

Repelida essa primeira hipótese, o literato prossegue sua análise de “Meu sonho”, trazendo à luz a resposta do *Fantasma*:

Sou o sonho de tua esperança,
Tua febre que nunca descansa,
O delírio que te há de matar!... (AZEVEDO, 2007)

Nesse momento, o crítico apresenta o primeiro sentido do texto por ele vislumbrado: o *Eu* descreve um sonho, no qual o cavaleiro é a corporificação de suas frustrações.

A análise de Cândido se consubstancia ainda na questão do tempo da narrativa. Pela percepção do crítico acerca da utilização dos verbos no poema, os fatos desnudados pelo *Eu* não tratam de algo pretérito, mas algo que está acontecendo:

Note-se que o *Eu* funciona como observador ideal, cuja percepção *institui* o assunto; e que não *conta* algo *ocorrido*, mas *mostra* o que *está ocorrendo*, numa apresentação de tipo dramático, realçada pela indicação dos figurantes e expressa pelos verbos, que estão todos no indicativo presente. De tal modo que o tempo narrado (ou da narração) é igual ao tempo narrativo (ou do narrador), pois a ação decorre simultaneamente ao ato de mostrá-la. (CÂNDIDO, [s./d.]

Na segunda parte da análise, Cândido trabalha os versos 16 a 18, que podem ter sido construídos no sentido de registrar o tropel e o clamor. Contudo, pelo fato de ter sido utilizado o ponto de interrogação, surge a impressão de que se está indagando ao *Cavaleiro* se ele corrobora essa impressão.

O crítico se preocupa em mostrar verso a verso, a tonalidade noturna do poema, a simplicidade do vocabulário e da sintaxe do mesmo, bem como a sonoridade que este apresenta:

Observe-se ainda a sonoridade expressiva, isto é, a correspondência do som ao sentido, na representação do galope e dos movimentos por meio de alterações da oclusiva dental no verso 15: “Macilen(T) o qual mor(T) o na (T)umba?...”.

Retomadas nos versos 16 e 17, elas tecem, acolitadas pelas suas irmãs labiais e velopalatais, uma obsessiva rede sonora “(T)u escu(T)as ... Na lon(G)a mon(T)anha / Um (T)ro(P)el (T)eu (G)alo(P)e acom(P)anha?” – amarrada pela forte rima do verso 18, com consoante de apoio “E um clamor de vin(G)ança re(T)umba?”. (CÂNDIDO, [s./d.]

Outra tratativa encontrada ainda na obra “Cavalgada Ambígua” é quanto à divisão do poema. O literato se preocupa em apresentar a quantidade de estrofes (quatro), de versos (seis) e o esquema obedecido em “Meu sonho” (esquema aabccb).

Uma observação bastante salutar do crítico é acerca do corte apresentado na última estrofe³⁵. Para Cândido, ao cindir o poema, este corte revela um desequilíbrio, que é compensado pelo elemento rítmico.

Na fase três da análise crítica de Antônio Cândido [s./d.], o autor assevera que “o ritmo, que além de responsável pela fisionomia geral do poema, é também o seu princípio organizador”.

Ele aponta ainda para o fato de que talvez o diálogo entre o *Eu* e o *Fantasma* seja aparente. Seu questionamento é o seguinte: não seria, ao invés de diálogo, um monólogo? Cândido furta-se de responder sua indagação nessa oportunidade, relegando-a a um momento ulterior.

A parte quatro da análise se inicia com uma explanação acerca de uma peculiaridade do romantismo, que é o lado noturno. Segundo Cândido [s./d.], “a noite parece mais ajustada a uma corrente que valoriza o mistério, respeita o inexplicável e aprecia os sentimentos indefiníveis”. O autor salienta ainda que “Incrustado na noite, o sonho passa então a modelo de poesia e narrativa: escrever como em sonho; descrever estados e ambientes de sonho; até propor o sonho como realidade, ou a realidade como sonho, mediados pela noite”. (CÂNDIDO, [s./d.]).

Diante da exposição supra, verifica-se que Cândido dedicou parte de sua análise para evidenciar o simbolismo da noite para a corrente romântica. O intento do autor, nesse momento da análise, é demonstrar o porquê Álvares de Azevedo é considerado o poeta da noite. Para tanto, Cândido relaciona algumas obras de Azevedo em que essa característica é bem marcada.

A conclusão trazida por Antônio é que, para Álvares de Azevedo, o sono e sonho são situações que favorecem a expressão, porque estes estados dão vazão ao macabro e fantástico, que são peculiaridades do romantismo.

No ponto cinco da crítica encetada por Antônio, o poema de Azevedo é classificado como balada. Para melhor elucidar sua assertiva, o literato passa a exemplificar algumas baladas, frisando o fato de elas conterem, na maioria, elementos sobrenaturais e macabros.

Após divagar acerca das características elementares da balada, o

³⁵ “Esse corte cinde o poema em duas partes, correspondentes às falas de modo que o desequilíbrio é grande, pois uma parte tem 21 versos e a outra apenas 3”. (CÂNDIDO, [s./d.]).

crítico acentua que o poema objeto de exame contém características da balada alemã e, salienta que esse “Meu sonho” possui algumas singularidades, como o fato de ser uma narrativa interior.

O autor prossegue sua análise, aduzindo que “a declaração d’*O Fantasma* pode encobrir a verdadeira razão do dilaceramento (expresso como *sonho*, *febre* e *delírio*, nos versos 22-24)”. (CÂNDIDO, [s./d.]).

Após a ponderação acima, Antônio prossegue asseverando que o cavalo é símbolo da força viril e o *Eu*, que o vê desenfreado, sente arrependimento, pois deseja praticar (ou está praticando) um ato impuro e, portanto, condenável. Enfim, o ato reprovável é o sexo.

Para Cândido chegar a esta conclusão, apresenta uma sequência de versos que, a seu ver, sugerem a conotação sexual. O autor cita outras obras para reforçar sua tese, além de se remeter aos “traços de autoerotismo”, constantes na obra de Azevedo.

Por toda essa exposição, Antônio conclui que a resposta do *Fantasma* nada mais é que a resposta de um sentimento de contrição por ocasião do forte desejo sexual (tido como pecado).

Por derradeiro, o crítico, na parte sete de “Cavalgada Ambígua”, salienta que sua análise visa trazer à luz os elementos escondidos dispostos em “Meu sonho”, tendo como agente norteador o ritmo.

A obra “Cavalgada Ambígua” é relevante, pois além de ter sido elaborada por um conceituado literato, como é o caso de Antônio Cândido, ela foi construída com consolidada fundamentação e clareza. Pelas características constantes na mesma é recomendada a estudiosos e apreciadores da literatura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Álvares. “Meu sonho”. In: *Lira dos vinte anos*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2007.

CÂNDIDO, Antônio. “Cavalgada ambígua”. In: _____. *Na sala de aula: caderno de análise literária*. 8. ed. São Paulo: Ática, [s./d.]. Disponível em: <<https://fundbras.files.wordpress.com/2013/04/antonio-candido-na-sala-de-aula-livro.pdf>>. Acesso em: 15-06-2015.

LITERATURAS EM LÍNGUA PORTUGUESA A UTOPIA EM TRÂNSITO SOB OS VENTOS DO IMPÉRIO

Priscila Figueiredo da Mata Medeiros (UEMS)
priscilafdmata@hotmail.com



CHAVES, Rita. Literaturas em língua portuguesa: a utopia em trânsito sob os ventos do império. In: *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. Cotia: Ateliê Editorial, 2005, p. 243-302.

https://books.google.com.br/books?id=Fpe4L4zKu9MC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

O capítulo “Literaturas em Língua Portuguesa A Utopia em Trânsito sob os Ventos do Império”, do livro *Angola e Moçambique: Experiência Colonial e Territórios Literários*, está dividido em quatro partes, as quais serão analisadas uma a uma, cujos temas seguem listados: parte I, “Angola e Moçambique: O Lugar das Diferenças nas Identidades em Processo”; parte II, “Imagens da Utopia: O Brasil e as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa”; parte III, “O Brasil na Cena Literária dos Países Africanos de Língua Portuguesa” e, parte IV, “Vida Literária e Projeto Colonial: Tradição e Contradição no Império Português”.

A Rita Chaves inicia sua abordagem lembrando ao leitor as relações travadas entre Ocidente e África, onde o primeiro subjuga o outro seja com grave exploração ou de forma mascarada. E é nessa adversidade que está fincada a raiz da literatura dos povos africanos de língua portuguesa, pois “as cores da violência tingem o desenho da contradição que é, afinal, a marca essencial de sua existência”. (CHAVES, 2005, p. 248)

Para demonstrar o quanto as relações conflituosas adentraram os traços literários africanos, o texto apresenta alguns excertos, em que literatos como Manuel Rui Monteiro e Pepetela, abordam a matança feita pelos colonizadores com o uso do fogo.

Nesse ponto a reflexão da autora é mais complexa, uma vez que ela não apenas está expondo o quanto o confronto marca a existência da literatura africana de língua portuguesa, mas o cerne da questão é o *conflito de ideários* entre os povos colonizadores e colonizados. Enquanto

para o primeiro a ideia de fogo como agente de morte não causa espanto, para o segundo, a associação fogo-morte só surge com a chegada daquele, que dá origem ao *sentido da diferença*. (CHAVES, 2005)

Na sequência, as ideias transmitidas são de que história e literatura têm um vínculo bastante forte, no qual a literatura tenta expressar de forma dinamizada as mazelas vividas pelos africanos, elencando-se alguns dos dilemas importantes para os pesquisadores da literatura dos povos africanos, sob a ótica do pós-colonialismo.

É apresentado o papel de cisão que a escrita promove entre os civilizados e não civilizados, com a discussão apresentada pela autora, que traz à tona a língua portuguesa como elemento formador de uma fenda entre a elite e “o restante”, sendo mais um motivo de hierarquização social em uma sociedade já tão estratificada.

Rita Chaves prossegue sua abordagem salientando que em Angola e Moçambique, a língua portuguesa é escolhida como instrumento linguístico para a práxis literária. Para exemplificar sua afirmação, lembra o caso de Rui Noronha, que foi anteriormente estereotipado como alienado, em razão de escrever com formas greco-latinas. Conforme ressalta, a revisão posterior de sua linguagem pôde enaltecer seus aspectos positivos e encarar seus textos como materiais que se valem da cultura do outro, sem deixar de abordar a cultura de seu povo.

Outro fato importante mencionado é a influência da literatura brasileira na África. Para a autora, a literatura brasileira foi importante elemento influenciador da literatura africana de língua portuguesa, pois, o que não era possível encontrar em Portugal (o colonizador), foi encontrado em um país que, assim como os africanos, fora colonizado por aquele.

A parte II aborda o tráfico negreiro, que dentre outros países, teve sua porcentagem em maior escala no Brasil, 30%. Essa relação conflituosa, onde o negro se via na condição de objeto, ainda que tenha sido encerrada teoricamente com a abolição da escravatura, permanece até os dias de hoje, se forem levadas em conta as atitudes preconceituosas tanto para os negros que vivem no nosso país, quanto para os que vivem na África. Isso porque o continente africano é visto como lugar de atraso, guerras e miséria.

Dado o pano de fundo de sua reflexão, que é a relação entre o Brasil e os países africanos, a autora salienta que o Brasil foi um elemento fundamental para a formação da consciência nacionalista dos países

africanos de língua portuguesa, exemplificando com José da Silva Maia Ferreira, escritor angolano que levou à sua terra alguns elementos constantes no romantismo brasileiro, após seu contato com nossos escritores.

Chaves demonstra que alguns fatores fizeram os africanos terem esperanças de sua independência com base nas experiências do Brasil. Vendo nosso país como local de democracia racial, a partir das ideias difundidas por *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, eles acabavam se comparando conosco e criando ideias de liberdade, visto que nós éramos a imagem viva da *ruptura com a metrópole*.

Outro ponto importante apresentado pela estudiosa é a influência de nossos autores modernistas na literatura africana. Sobre essa questão, ela destaca que houve a relação entre o local e o universal.

De mais a mais, Chaves (2005) informa que alguns autores africanos mandavam seus livros para serem publicados no Brasil, em razão de estarem vivenciando em suas terras a ditadura. Dessa forma, ficam demonstradas as trocas entre um e outro povo.

A parte III, *O Brasil na Cena Literária dos Países Africanos de Língua Portuguesa*, inicia-se com a apresentação de dois livros, *Os Agudás* (Milton Gurán) e *Diálogos Brasileiros: Uma análise da Obra de Roger Bastide* (Fernanda Peixoto). Conforme a autora, tais livros reforçam a ideia de influência da nossa literatura na literatura africana.

Da leitura das linhas iniciais se depreende que, pelo fato de o Brasil ser ex-colônia de Portugal, os países africanos tinham um sentimento de pertença em relação aos brasileiros. O Brasil era lugar de referência, o lugar de sonho.

A autora é enfática em demonstrar que o Brasil era tido como uma inspiração tanto pela parcela intelectualizada, como pelo estrato popular dos africanos, já que as semelhanças das paisagens e a força da miscigenação traziam proximidades entre esses povos.

Um dos textos recorrentes nos artigos de Chaves (2005) é o de Craveirinha, no qual o autor africano expõe seu amor pelo Brasil e a maior proximidade do povo africano com a literatura brasileira do que com a literatura portuguesa.

Ao concluir sua linha expositiva, a escritora assevera que o tema *identidade* envolve tanto questões práticas ou reais, quanto o imaginário ou simbólico. E o Brasil foi um forte elemento representativo para os

africanos, os quais souberam utilizar as situações impulsionadoras de mudança, para fins de fortalecer seu projeto libertário.

A parte IV do trabalho apresenta o sistema de exploração como um dado similar, tanto no Brasil quanto nos países africanos colonizados por Portugal. Segundo a autora, esse fato se deu de forma muito mais intensa na África, ao ponto de isso ter penetrado de tal forma no âmago daquelas sociedades que ainda repercute no presente, estendendo seus tentáculos, inclusive, às obras literárias.

A autora estende sua reflexão para a questão da língua, concluindo que existe uma angustiada discussão acerca da língua a ser utilizada nas produções literárias, situação essa agravada pelo fato de haver pluralidade linguística na região, bem como a alta taxa de analfabetismo.

Chaves (2005) prossegue sua exposição salientando que a literatura é utilizada como elemento de transformação social, como importante fator de reivindicação que, apesar de não desconsiderar a estética do texto, visa ser algo maior que isso. Essa é a chamada ruptura, na qual o homem da terra visa tirar de suas costas o estereótipo de *ser exótico*.

É apresentado também o fato de essa literatura trazer sempre em seu bojo o elemento exótico, o que revela uma dificuldade de enxergar o outro. Além de salientar que os heróis são sempre os portugueses que realizam feitos incríveis e, ao realizarem sua “missão”, voltam à sua terra. Com relação ao negro, quando é retratado, é apenas um coadjuvante.

De outro vértice, são apresentados autores que eram contrários às propostas colonialistas, como Alfredo Trony e Cordeiro da Matta. Conforme ela assevera, tais autores dão um lugar de importância à figura do negro, além de veicularem as produções da terra. Outros autores são apresentados como agentes de mudança, tais como Castro Soromenho, Manuel Ferreira e Nuno Bermudes. Em suas obras, o africano é presente como personagem, até mesmo protagonista, em narrativas que apresentam o colonialismo como estrutura fracassada. (CHAVES, 2005, p. 297)

Por fim, Chaves admite que, se forem considerados os fatores complexos aos quais estavam inseridas, as produções literárias dos africanos de língua portuguesa “conseguiram cumprir uma espécie de travessia, e seus passos, mesmo se limitados [...] foram compreendidos pelos escritores que se empenharam na [...] literatura que correspondesse ao estatuto de país libertado”. (CHAVES, 2005, p. 301)

A obra em análise é um importante material que ajuda a fortalecer

a pesquisa na vertente pós-colonial. Ao longo de sua exposição, a autora demonstra domínio de suas assertivas, as quais estão embasadas em importante material bibliográfico consultado pela mesma. A disposição das ideias é feita de maneira clara, porém, longe de ser rasa, já que suas reflexões são profundas e abastadas.

Verifica-se no corpo de sua pesquisa, que a autora se preocupou em trazer à luz algumas ideias de autores africanos, as quais, muitas vezes, foram expostas nas próprias palavras dos mesmos, facilitando ao leitor, a compreensão dos ideais trazidos por cada um. A estudiosa foge do pensamento comum, dando a toda sua pesquisa farto embasamento teórico, o que torna sua obra um relevante suporte bibliográfico.

Ante o estudo aprofundado ao qual está amparada, bem como a excelência dos projetos acadêmicos nos quais os artigos constantes nesse capítulo foram apresentados, a presente obra é indicada a todos os estudiosos e amantes da literatura africana de língua portuguesa. Devido a sua vertente pós-colonial, a obra em análise será bastante apreciada por pesquisadores dessa linha.

Acadêmicos de letras também serão grandemente beneficiados pelo trabalho de Chaves, uma vez que sua obra, conjugada com as demais disciplinas do curso trazem uma noção bastante clara acerca do nascimento da literatura de resistência contra os mandos da metrópole.